



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ENTRE AÇÕES E REPRESENTAÇÕES:
UMA RECOPILAÇÃO DOS ESTUDOS MENORES NO BRASIL

LUIZ FERNANDO LIMA PASSOS

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**ENTRE AÇÕES E REPRESENTAÇÕES:
UMA RECOPILAÇÃO DOS ESTUDOS MENORES NO BRASIL**

LUIZ FERNANDO LIMA PASSOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Eduardo Franco

Coorientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Oliveira

SÃO CRISTÓVÃO (SE)

2025

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

P289e Passos, Luiz Fernando Lima
Entre ações e representações : uma recompilação dos Estudos Menores no Brasil / Luiz Fernando Lima Passos ; orientador José Eduardo Franco. – São Cristóvão, SE, 2025.
103 f.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Educação – História - Brasil. 2. Reforma do ensino - Brasil. 3. Educação e Estado. 4. Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquês de, 1699-1782. I. Franco, José Eduardo, orient. II. Título.

CDU 37.014.3(81)(091)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



LUIZ FERNANDO LIMA PASSOS

**“ENTRE AÇÕES E REPRESENTAÇÕES: UMA RECOPILAÇÃO DOS ESTUDOS MENORES
NO BRASIL”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovado em 29.08.2025

**José Eduardo
Franco**

Assinado de forma digital por
José Eduardo Franco
Dados: 2025.09.19 11:11:08
+01'00'

Prof. Dr. José Eduardo Franco (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Educação / UFS

Documento assinado digitalmente
 **JORGE LUIZ ZALUSKI**
Data: 12/09/2025 20:15:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jorge Luiz Zaluski
Programa de Pós-Graduação em Educação / UFS

Documento assinado digitalmente
 **LUIZ EDUARDO MENESES DE OLIVEIRA**
Data: 12/09/2025 19:26:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira
Universidade Federal de Sergipe / UFS

Documento assinado digitalmente
 **JOSE CARLOS DE ARAUJO SILVA**
Data: 12/09/2025 21:55:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. JOSÉ CARLOS DE ARAUJO SILVA
Universidade do Estado da Bahia / UNEB

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2025**

Agradecimentos

Gostaria de agradecer especialmente à minha família pelo incentivo e pela paciência que tiveram comigo durante o período em que produzi esta dissertação. Agradeço também aos meus amigos de longa data, bem como aos novos amigos que fiz ao ingressar na pós-graduação.

Faço uma saudação especial aos amigos da Cátedra Marquês de Pombal, que tornaram esta jornada mais simples, pelo apoio que me demonstraram e pela constante troca de ideias.

Agradeço aos meus orientadores, professores José Eduardo Franco e Luiz Eduardo Meneses de Oliveira, pelo apoio contínuo e pelas valiosas correções. Agradeço ainda a todos os professores da linha de História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS, pelas excelentes aulas e pelos conselhos que contribuíram para a construção deste trabalho.

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão da bolsa de estudos que me permitiu uma dedicação ainda mais atenta durante o último ano de escrita desta dissertação.

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar os impactos da aplicação da reforma dos Estudos Menores, de 1759, no Brasil, tal como foi representada nas teses e dissertações acerca desta temática. Buscamos compor um quadro mais amplo do que a maior parte dos estudos recentes, que se dedicaram a analisar os impactos desta reforma de maneira específica, logo, realizamos uma investigação, no que diz respeito a historiografia do tema. Também analisamos como foi construído o processo educacional reformista, evidentemente com inspiração em aspectos do iluminismo, que teve como uma das suas bases a edificação de uma legislação educacional que regulamentou a educação em Portugal e nos seus domínios durante grande parte da época pombalina.

Palavras-chave: Estudos Menores; História da Educação; Período Pombalino; Reformas Pombalinas.

ABSTRACT

This study sought to analyze the impacts of the implementation of the Minor Studies reform of 1759 in Brazil, as represented in theses and dissertations on this topic. We sought to compose a broader picture than most recent studies, which have focused on analyzing the impacts of this reform in a specific manner. Therefore, we conducted research on the historiography of the topic. We also analyzed how the reformist educational process was constructed, clearly inspired by aspects of the Enlightenment, which had as one of its foundations the establishment of educational legislation that regulated education in Portugal and its domains during much of the Pombaline era.

Keywords: Minor Studies; History of Education; Pombaline Period; Pombaline Reforms.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Divisão dos Trabalhos de acordo com o local de produção acadêmica	68
Tabela 2- Divisão dos Trabalhos por Referencial Teórico	69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1- A REFORMA ILUMINISTA DA EDUCAÇÃO IMPERIAL PORTUGUESA	23
1.1- O ILUMINISMO DURANTE O SÉCULO XVIII NA EUROPA	23
1.2- PORTUGAL COMO ‘PAÍS DAS TREVAS’ E AS PROPOSTAS DE DOM LUÍS DA CUNHA PARA ‘ILUMINÁ-LO’	26
1.3- AS CAUSAS DA REFORMA DOS ESTUDOS MENORES E SUA APLICAÇÃO EM PORTUGAL	30
1.4- O DESENVOLVIMENTO DA REFORMA DOS ESTUDOS MENORES NO BRASIL	42
2-UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DOS ESTUDOS MENORES NO ALVARÁ E NAS INSTRUÇÕES	47
2.1-A DESTRUIÇÃO DO ‘METHODO’ DOS JESUÍTAS	48
2.2-A MORTE DO LATIM COMO LÍNGUA VIVA	56
2.3-O ENSINO PRÁTICO DAS HUMANIDADES COMO PRÁTICA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	59
3- UM PANORAMA DOS IMPACTOS DOS ESTUDOS MENORES NO BRASIL	66
3.1-UM ESTUDO DOS CLÁSSICOS SOBRE OS ESTUDOS MENORES NO BRASIL	66
3.2- A REFORMA DOS ESTUDOS MENORES ATRAVÉS DE TESES E DISSERTAÇÕES	68
3.3- UMA ANÁLISE SOBRE OS ESTUDOS MENORES ATÉ AQUI	73
4-AS REPRESENTAÇÕES DA REFORMA POMBALINA DOS ESTUDOS MENORES ATRAVÉS DAS TESES E DISSERTAÇÕES	76

4.1-A APLICAÇÃO DA REFORMA DOS ESTUDOS MENORES EM MINAS GERAIS	77
4.2-A APLICAÇÃO DA REFORMA DOS ESTUDOS MENORES EM GOIÁS	79
4.3-A APLICAÇÃO DA REFORMA DOS ESTUDOS MENORES EM MATO GROSSO	80
4.4-A APLICAÇÃO DA REFORMA DOS ESTUDOS MENORES NO PIAUÍ	81
4.5-A APLICAÇÃO DA REFORMA DOS ESTUDOS MENORES EM PERNAMBUCO	82
4.6-A APLICAÇÃO DA REFORMA DOS ESTUDOS MENORES NA BAHIA	83
4.7-A APLICAÇÃO DA REFORMA DOS ESTUDOS MENORES EM SERGIPE	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
BIBLIOGRAFIA	90

Introdução

A origem deste trabalho está na sua vinculação a uma instituição de pesquisa, criada em 2020, a Cátedra Marquês de Pombal surgiu com o intuito de investigar as ações do “Primeiro-Ministro”, Sebastiao José de Carvalho e Melo, conhecido pela historiografia como marquês de Pombal, no Reino de Portugal, que teve grande influência nas decisões do Reino e nos domínios portugueses entre 1755 e 1777. O fruto dessa pesquisa é um dos produtos da colaboração de todos os pesquisadores do grupo que tem contribuído para a atualização da historiografia que analisa a trajetória do marquês de Pombal, seja através de artigos, teses, dissertações ou livros. O trabalho aqui apresentado está incluído em um projeto maior chamado “Entre os jesuítas e a ilustração: o mito do Marquês de Pombal na educação brasileira” que foi elaborado pelo meu orientador, Prof. Dr. José Eduardo Franco, professor titular da Universidade Aberta de Lisboa, e coordenado pelo meu coorientador, Prof. Dr. Luiz Eduardo Oliveira, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe.

A temática educacional e da profissionalização docente tornou-se algo do meu interesse durante o período no qual exerci a profissão de professor de História. Assim, quando comecei a me enveredar pela temática pombalina, chamou-me a atenção a Reforma dos Estudos Menores de 1759, uma intervenção estatal que, por assim dizer, “construiu” a figura do docente como um funcionário estatal. Entender como se originou a licenciatura em Portugal e, conseqüentemente, no Brasil foi o que me motivou a realizar este trabalho.

O título é uma dupla homenagem, primeiro à noção de representação (ou representações) do historiador francês Roger Chartier, que busquei ter em mente ao longo de todo o trabalho deixar evidente que não há uma só realidade histórica, mas representações dela. A outra homenagem é ao Recopilador Sergipano, primeiro jornal produzido em Sergipe na cidade de Estância a partir do ano de 1832. Uma de suas edições está exposta no Arquivo Público do Estado de Sergipe (Apes). O jornal fazia a função de compilar (ou recopilar) notícias que vinham desde o Rio de Janeiro até o público sergipano. De uma certa forma, busquei me inspirar nesta tradição ao reunir aqui, em um único trabalho, a ser apresentado no Programa de Pós Graduação em Educação de Sergipe, diversas teses e dissertações que tratam da reforma dos Estudos Menores.

O Marquês de Pombal tem sido uma figura intrigante para a historiografia, tanto portuguesa quanto brasileira. Com o passar do tempo, o seu governo e os efeitos dele foram apropriados e reapropriados, discutidos e rebatidos pelos mais diversos grupos, desde jesuítas

até os maçons, os quais tentaram enxergar no reformador monárquico um liberal defensor das liberdades individuais. (Franco e Rita, 2004). Enquanto grupo de pesquisadores, buscamos entender como a mitificação do Marquês de Pombal, seja positiva ou negativa, também está presente nas reformas educacionais empregadas por ele e seus subordinados em todo o império português. Nosso objetivo é uma análise crítica que nos permita afastar das visões apaixonadas que rodearam o Marquês de Pombal, seja em vida ou após sua morte.

A metade final do século XVIII representou uma mudança profunda para o governo português e para o Brasil, à época vinculado ao país europeu. Em 1750, ascendeu ao poder o rei D. José I (1714-1777)¹, que teve como ministro mais destacado (e governante de fato, pela maior parte do seu reinado) o Marquês de Pombal. Este levou a cabo uma série de transformações econômicas e sociais que alterariam a conjuntura do império lusitano. O Marquês de Pombal que liderou as reformas que intentaram de maneira ambiciosa transformar o reino, sempre foi destacado pelos seus contemporâneos como alguém astuto e capaz, e foi essa astúcia que lhe rendeu uma ascensão lenta, mas consistente, ao poder.

Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), futuro Marquês de Pombal, era um membro da pequena nobreza lusitana, que não nasceu com a melhor das condições financeiras ou sociais para ascender na administração portuguesa. Algumas das oportunidades que teve foram graças ao seu casamento com a condessa de Daun, que abriu a Carvalho e Melo as portas para os altos círculos da nobreza, tanto portuguesa, quanto austríaca, chegando a se tornar um dos representantes da coroa portuguesa em Londres, de 1739 a 1743 (Maxwell, 1996, p.3).

Sendo um dos “estrangeirados”, grupo chamado assim conhecido, por terem sido influenciados especialmente por filósofos estrangeiros, em especial franceses. (Souza,2022, p.308). Estes estrangeirados retornavam a Portugal influenciados por ideias reformistas, que nem sempre eram bem recebidas em Portugal e, que rendia uma conotação pejorativa a muitos deles. No caso de Pombal, a sua experiência de acompanhar o processo reformista conservador empregado na Áustria traria grandes influências para o resto da sua carreira.

O Marquês se apropriaria de algumas das bases do iluminismo para construir um governo que se enquadra no que os historiadores posteriormente chamariam de despotismo esclarecido, em que a Igreja teve alguns dos seus privilégios questionados. No caso português, ao invés de construir um governo laico, o que vai ser realizado é a submissão da Igreja Católica

¹ Rei D. José I (1714-1777) foi rei de Portugal e Algarves entre 1750 e 1777, foi durante seu reinado que aconteceu o grande terremoto de Lisboa em 1755, que destruiu boa parte da capital lusitana e levou a ascensão do Marquês de Pombal após o seu destacado trabalho para a reconstrução da cidade.

aos desígnios da Coroa e não mais o contrário – mas essa é uma temática que será melhor abordada posteriormente. O futuro Marquês de Pombal assumiria como Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1750, um reconhecimento pelo seu destacado trabalho na diplomacia portuguesa na Inglaterra e na Áustria, mesmo ano que Portugal teve um novo rei na figura de D. José I, que seria o garantidor da autonomia de Pombal, durante todo o período que governou em Portugal.

No entanto, para os fins do nosso trabalho, interessa-nos mais o período em que o Marquês governou com poder quase absoluto, de 1755 a 1777, o período em que ele executou mais livremente o seu projeto de reforma do império luso. Essa fase de poderes amplos lhe foi concedida graças à sua resposta rápida diante da crise generalizada que sucedeu o grande terremoto de Lisboa em 1755, cismo que destruiu grande parte da capital portuguesa. O projeto de reconstrução da capital que empreendeu e que foi muito apreciado pelo rei e pela administração renderam-lhe a concessão do título de Conde de Oeiras e o cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Reino, o que significava, na prática, o controle da administração.

Livre para atuar, o ministro do rei começa a empreender um projeto de transformação radical da administração portuguesa e, entre as colônias, deu uma atenção especial à maior e mais rentável delas, o Brasil. Um dos primeiros desafios que o Marquês de Pombal teve de enfrentar foi a implementação do Tratado de Madri, assinado em 1750, que serviria para atualizar o Tratado de Tordesilhas² e estabelecer a divisão da América do Sul entre Portugal e Espanha através de métodos mais assertivos de medição do que os que estavam disponíveis no século XV. Depois de anos de discussão entre Portugal e Espanha sobre os limites das fronteiras dos seus territórios na América, a forma final acordada entre as coroas foi a de que as terras seriam de propriedade daqueles que a ocuparam de fato.

A assinatura do Tratado transformou as fronteiras da América reconhecendo a posse efetiva dos territórios de acordo com as populações europeias que efetivamente os ocupavam:

Era assim reconhecido o domínio já efetivo de Portugal sobre a região do Amazonas, Maranhão e Mato Grosso. Em contrapartida, era cedida à Espanha a tão cobiçada Colônia de Sacramento e as terras imediatamente a norte do Rio da Prata, motivo de frequentes conflitos. (Oliveira e Franco, 2016, p. 28)

² Este tratado assinado pelos reinos ibéricos no ano de 1494, dividiu o Oceano Atlântico em duas partes, tendo como referência a localização de uma linha imaginária a 370 léguas da ilha de Cabo Verde, tudo que se localizasse à Oeste desta referência pertenceria ao reino espanhol, enquanto que tudo que se localizasse à Leste seria possessão portuguesa.

Essa mudança afetaria diversas comunidades nativas que viviam sob o comando dos jesuítas, pois o Tratado previa o deslocamento forçado de milhares de indígenas de seus territórios de origem para as áreas de influência do império espanhol, onde hoje estão localizadas a Argentina e o Paraguai. Essa imposição incomodou profundamente diversos padres jesuítas que se recusaram a aceitar o acordo entre as potências ibéricas. Foi o ponto de viragem da postura administrativa portuguesa e espanhola em relação aos jesuítas, que passaram a ser vistos como uma ameaça à ordem real.

Uma informação muito relevante que temos de ter em vista, como aponta Carvalho, é que “Pombal - e o mesmo poderíamos dizer de seus homens - não teve nenhum propósito sistemático previamente estabelecido de combater os jesuítas” (1978, p.102). Podemos dizer que foram as circunstâncias que o levaram a agir da maneira que agiu. Ao entender que os jesuítas eram uma possível ameaça ao seu projeto econômico e de integração entre portugueses e nativos, ele concluiu que deveria eliminá-los. No entanto, não se tratou de uma maquinação fria e longamente planejada como seus inimigos o acusaram posteriormente.

Da sua parte, os jesuítas temiam que essa realocação forçada exporia os indígenas às ações predatórias dos colonos, afastando-os de sua proteção, por isso resistiram a aplicação do Tratado de Madri da maneira como foi estabelecido (Maxwell, 1996, p.71). O que ocorreu foi que jesuítas e nativos aldeados no Sul do país entram em franca revolta contra essa imposição, organizando-se para as batalhas que viriam. Após um confronto em 1754, em que se opuseram o exército unificado de espanhóis e portugueses frente às forças jesuíticas e indígenas, os jesuítas conseguiram manter a sua proeminência na região por mais um tempo.

Este tempo, porém, seria curto. Dois anos depois, espanhóis e portugueses voltam à região, ainda mais numerosos e mais bem armados, o resultado foi uma grande batalha, que culminou na morte de milhares de indígenas rebelados, como aponta Maxwell: “A vitória dos espanhóis e portugueses foi total. As forças da missão haviam sido usadas para se opor a soldados mercenários, e não às forças organizadas de um exército europeu” (1996, p.55)

A partir desse ponto, os jesuítas sofrem, também, com uma cruel campanha de difamação que “envenena” a sua relação com a sociedade europeia, tamanhas foram as suas acusações que:

De tal modo é hiperbolizado este projeto de poder e as suas potencialidades em termos de dominação, que a literatura pombalina chega a prever que, se os jesuítas não fossem atalhados a tempo, nem todos os exércitos da Europa coligados os conseguiriam dominar. (Oliveira e Franco, 2016, p.30)

Os jesuítas deixam de ser entendidos como aliados da colonização, verdadeiros missionários em nome do rei, passando a acusados de serem uma Companhia de homens gananciosos que estavam muito mais interessados em garantirem os seus privilégios e a riqueza dos seus colégios e fazendas do que auxiliarem no projeto de colonização. Também foram acusados de influenciar negativamente os indígenas, “envenenando as mentes” deles para se oporem à vontade do Estado, e de construir um exército particular composto pelos nativos que poderiam já estar integrados à cultura lusitana, não fosse a influência dos jesuítas. Após os conflitos que seguiram a assinatura do Tratado de Madri, os jesuítas cruzaram uma linha que não conseguiriam mais voltar, passaram a ser vistos como inimigos do Estado português e a serem perseguidos por ele.

Uma constante na administração pombalina foi o seu desejo de libertar Portugal da condição de dependência em relação à Grã-Bretanha. Para isso, ele vai tentar empreender estratégias para engrandecer a economia portuguesa e os seus negociantes para que a médio e longo prazo os comerciantes portugueses pudessem ter condições de competir com os produtos ingleses e seus representantes. Um dos grandes representantes do Marquês em terras brasileiras foi o seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o que não se constituiu em um caso isolado, a administração pombalina esteve repleta de parentes do Marquês em cargos relevantes. Esse irmão foi nomeado para o cargo de governador do Grão-Pará e Maranhão, onde recomendou dentre outras coisas a criação de uma companhia monopolista de comércio na região. Essa companhia serviria para melhor controlar o comércio na região norte do país, que estava, na prática, a cargo de contrabandistas, conhecidos como comissários volantes que vendiam produtos brasileiros aos ingleses, que em troca forneciam a eles o acesso ao catálogo dos seus produtos manufaturados, que eram revendidos no Brasil com grande lucro para os comissários e para os ingleses.

A criação da companhia comercial estabeleceria um padrão na política pombalina, em que o papel centralizador do Estado se tornava cada vez mais presente e relevante, os estatutos da Companhia estabeleciam que somente a alguns poucos comerciantes seria concedido o direito à venda desses valiosos produtos na Europa:

[...] Pombal outorgou o seu apoio aos comerciantes portugueses estabelecidos na metrópole em detrimento dos comerciantes clandestinos e contrabandistas, que prejudicavam o comércio regular e o crédito. Ele esperava que, ao tornar a consolidação imperial uma operação lucrativa, pudesse aproximar mais os interesses dos comerciantes portugueses e os do império. (Maxwell, 1996, pg.55)

A ideia que seria padrão na administração do Marquês era de criar uma burguesia que servisse aos interesses do reino, para que o reino pudesse competir em melhores condições com as grandes casas comerciais estrangeiras estabelecidas em Lisboa e no Porto. As reformas do ensino, com a regulamentação dos Estudos Menores, em 1759, a reforma dos Estudos Maiores com a reorganização da Universidade de Coimbra em 1772 e a criação da Aula de Comércio, também de 1759, todas foram iniciativas que visavam criar um ensino adequado às necessidades de um império que precisava se adequar ao seu tempo com um ensino que fosse muito mais prático do que enciclopédico.

Outra das recomendações de Francisco Furtado causaria profundas mudanças na estrutura religiosa colonial, ele durante a sua estada no norte do Brasil recomendou ao irmão que tomasse precauções com relação às possessões dos jesuítas na América Portuguesa que eram muito vastas, havia um receio por parte de Furtado de que os jesuítas pudessem usar suas riquezas contra o governo português, se assim desejassem.

Outro ponto que sempre foi um ponto de conflito entre jesuítas e colonos, como atestou Francisco Furtado, foi a questão da mão-de-obra no norte da colônia, os colonos que vinham tentar “ganhar a vida” acusavam os jesuítas de fazerem um “jogo duro” para não liberarem o uso dos nativos para trabalharem em suas propriedades, de forma forçada, diga-se, o que dificultava muito as possibilidades de crescimento comercial na região, segundo eles e além disso, acusavam os jesuítas de estarem empregando esses nativos como trabalhadores escravizados na suas próprias fazendas e missões.

A recomendação de Mendonça Furtado foi para que o governo português estabelecesse um fluxo constante de pessoas escravizadas para o longínquo norte da colônia, o que provavelmente diminuiria as tensões entre colonos e jesuítas:

Durante o ano de 1754, Mendonça Furtado, numa série de cartas a seu irmão, fez apelos aos colonizadores a fim de que formassem uma companhia comercial para facilitar o fornecimento de mão-de obra africana à região amazônica. Ele acreditava que a importação de escravos africanos aliviaria a pressão sobre os colonizadores por escravizar e maltratar a população indígena nativa. (Maxwell, 1996, pg.59)

A decisão do Marquês de Pombal, foi a de seguir a recomendação do seu irmão e estabelecer a dita Companhia, que foi intitulada de Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, cuja maior função foi garantir o fornecimento de pessoas escravizadas nessa região, que padecia durante este período pela falta de mão-de-obra, as pessoas escravizadas foram, então, usadas para ‘resolver’ este problema, com a Companhia alcançando grandes rendimentos, estimulados especialmente pelo seu caráter monopolista (Dias, 1968, pg. 63).

1755 foi, portanto, um ano essencial da política pombalina, sendo o ano da criação da Companhia de Comércio e do início da destruição de outra Companhia, a dos jesuítas, com a decretação da ‘liberdade’ dos indígenas e o esfacelamento da autoridade dos religiosos dentro das missões.

Em lugar de aldeamentos jesuítas, as antigas missões foram transformadas em Diretórios Indígenas subordinados a um Diretor Geral dos Índios, cabendo ao governo nomear um Diretor para cada uma das antigas missões jesuítas e esse deveria promover a integração entre nativos e colonos, no que seria de acordo com o governo uma libertação para os nativos depois de séculos de domínio jesuíta. Mais do que apenas escolher um lado nesse conflito, o Marquês teve os seus próprios motivos para decretar a “libertação” dos nativos, ele percebeu durante o seu período na Inglaterra e na Áustria que um império que quisesse consolidar as suas posições teria que promover a posse efetiva dos territórios com a ocupação de colonos na região, se seria uma tarefa muito difícil de realizar a se considerar sua pequena população no período, a solução mais simples seria de transformar o indígena em um colono.

Ao decretar a liberdade dos indígenas, ele acreditava que estava promovendo essa integração, foi incentivado pelo governo o casamento entre portugueses e nativos, além de o governo ter agido para impor o uso da língua portuguesa em todo o território nacional e de se ter proibido a discriminação entre portugueses e nativos na administração pública. E nesse caso, como por várias vezes ocorreu durante o período pombalino, a intenção e as ordens do ministro se perdiam no caminho entre a capital e as colônias. A liberdade dos nativos, longe de ser uma dádiva, se constituiu, na prática, como uma das mais cruéis medidas que eles tiveram que enfrentar.

Ao receberem a ‘liberdade’ do ‘jugo’ imposto pelos inicianos, na realidade, os nativos perderam os seus maiores defensores e por mais que houvessem vários problemas na relação entre jesuítas e indígenas, especialmente a imposição de um genocídio cultural, com a imposição da religião dos conquistadores, os jesuítas se preocuparam em manter alguns aspectos da cultura indígena na sua prática diária. Houve um esforço por parte dos jesuítas de promoverem uma integração societária ao aprenderem a língua dos nativos, em criarem uma gramática de tupi e realizarem a catequese utilizando a língua dos nativos³.

O governo português, a partir da figura do Marquês de Pombal decidiu que essas práticas impediam a integração entre colonos e nativos e impôs o aprendizado da língua

³ Neste ponto esforçaram-se os missionários jesuítas em registrar as línguas nativas, tanto para facilitar a ação evangelística dos futuros missionários que estivessem no Brasil, quanto para incutir nos povos nativos a noção da linguagem escrita.

portuguesa como única válida em todo o território brasileiro, o que ele desejava era criar um país totalmente integrado através da miscigenação da população, o que nem sempre ocorreu de maneira pacífica:

Pombal agia, na verdade, para assegurar o futuro da América portuguesa ao encorajar o aumento da população. Mas como não acreditava que esse objetivo poderia ser alcançado, no Brasil, por meio de uma emigração europeia maciça; visava, ao afastar a população indígena da proteção religiosa, estimular a sua europeização por intermédio da miscigenação (Maxwell,1996, pg.54)

A vontade de Pombal, enquanto defensor da monarquia era garantir a posse do território brasileiro nas mãos da coroa portuguesa, o que não era algo garantido, já que Espanha e Portugal tinham acabado de assinar um acordo para definição das fronteiras dos seus impérios, mas não havia garantias de que esses conflitos não pudessem retornar e ainda havia a lembrança não tão distante das invasões de franceses e holandeses. Ele entendia que a única maneira de garantir a posse da terra era realmente ocupando ela com súditos leais à coroa portuguesa e se “transformar” os nativos em súditos era o caminho mais certo, seria esse caminho que ele iria adotar, mesmo tempo que passar por cima de uma Companhia religiosa secular e protegida pelo Papa.

Pode-se dizer que essa ação levou a uma integração maior entre nativos e colonos, mas longe de se ser um ponto pacífico como desejava a administração portuguesa, os nativos foram obrigados a adotar a cultura do colonizador de forma violenta, além de muitas nativas terem sido obrigadas a contraírem casamentos forçados com portugueses, também foi aberto o caminho para a escravização indígena no norte do país. Os jesuítas que a essa altura já eram entendidos como adversário do Estado e da colonização, já estavam sendo alvos de uma campanha de difamação internacional com a publicação de livros patrocinados pelo estado português como a Dedução Cronológica, que fazia uma recapitulação de todo o que supostamente os jesuítas já tinham feito contra o estado português (Franco,2005, p.255), se veriam envolvidos em um evento que culminaria com a expulsão da Companhia de Jesus em todo o território lusitano.

Em setembro de 1758, o rei D. José I sofreu uma tentativa de assassinato e a resposta estatal a essa tentativa de regicídio acabaria por abalar Portugal e todo o império. Pombal ordenou uma investigação que acabou por condenar vários membros da família Távora, uma das mais prestigiosas famílias da nobreza lusitana, e não só eles, como também alguns membros da Companhia de Jesus também foram acusados de terem participado da conspiração para assassinar o rei. A implicação da família Távora na conspiração é algo a se suspeitar até os dias

de hoje, já que o processo que condenou os membros dessa família não seguiu o rito padrão daquele tempo que era a aplicação de penas mais brandas à membros da nobreza, o processo de inquirição e julgamento foi na verdade bem rápido e bem pouco transparente:

O rei indicou uma comissão para averiguações em 9 de dezembro de 1758, concedendo ao juiz-presidente ampla autoridade para revogar mesmo as mais ínfimas proteções concedidas pelo código legal português. Com termos de referência tão amplos, o tribunal agiu com eficiência. Os interrogatórios eram feitos diante dos secretários de estado, inclusive o próprio Pombal, em seu papel de secretário do reino. (Maxwell, 1996, pg.88)

Toda essa crise gerada com a tentativa de assassinato do rei D. José I foi entendida por Pombal também como uma oportunidade de eliminar seus inimigos e, conseqüentemente, consolidar seu poder, ao envolver os jesuítas, membros da nobreza e alguns comerciantes como participantes da conspiração regicida, conseguiu eliminar muitos dos que se mostravam contrários aos seus planos de consolidação do poder régio e da alta burguesia (Maxwell, 1996, pg.92). O fato é que cerca de oito jesuítas foram acusados de terem participado desse plano e mais do que isso, toda a Companhia de Jesus foi banida do império português e suas vastas propriedades no Brasil foram confiscadas em favor do Estado luso, o que gerou uma concentração ainda maior de poder nas mãos do Estado. Em setembro de 1759 foi oficializada a expulsão dos jesuítas do império português, encerrando uma década em que os inicianos só perderam nos mais diversos níveis, seja econômico, social, cultural e também educacional.

Porém, não foram só alegrias para Pombal e seus colaboradores, já que o controle da educação no império português estava quase que inteiramente nas mãos dos inicianos, caberia agora ao Estado tomar o controle dessa atividade social, algo que o Estado português nunca tinha se envolvido diretamente, porque sempre esteve disposto a delegar essa atividade para as próprias famílias dos estudantes ou às diversas ordens religiosas que se dedicaram ao ensino, sendo os jesuítas uma das ordens mais destacadas nesse empreendimento.

A Companhia de Jesus chegou à Portugal em 1540, mesmo ano em que tiveram seus estatutos aprovados pelo papa Paulo III e desde que pisaram em território português expandiram rapidamente a sua atuação, com uma organização invejável e um ensino atento a formação de espíritos humanos disciplinados e afeitos ao conhecimento, tiveram o controle da educação portuguesa da metade do século XVI até a metade do século XVIII.

A Companhia cresceu tanto, por estar atenta a ciência do seu tempo como afirmam Fiolhais e Franco:

Os Jesuítas foram rápidos e diligentes intermediários na chegada da Revolução Científica a Portugal e ao mundo. Trouxeram para Portugal os métodos e as ideias de

Galileu, asseguraram, durante mais de um século e meio, o funcionamento de uma brilhante escola de matemática em Lisboa (a Aula da Esfera) e levaram para o Oriente a nova ciência que tinha despertado na Europa, que incluía o uso de telescópios e de relógios mecânicos (2017, pg.165)

Apesar de não terem o monopólio da educação na América, os jesuítas virtualmente o possuíam, pois, seus colégios superaram em muito o número das instituições de ensino pertencentes às outras instituições religiosas (José, 2023, pg.16). Eram eles os responsáveis pela educação das camadas mais ricas da colônia, cabia a eles a preparação para que a elite colonial tivesse a oportunidade de acessar um curso superior na desejada Universidade de Coimbra na capital da distante metrópole. A Companhia de Jesus esperava assim, angariar o respeito da população com que convivía e transformar a mente da elite local.

A campanha de difamação pública da Companhia de Jesus muitas das vezes utilizou-se de uma caricatura dos inicianos como homens gananciosos e sem escrúpulos que queriam deter o controle dos nativos somente para si, essa perspectiva muitas das vezes não é verdadeira,

É sabido, por exemplo, que os membros da Companhia de Jesus não eram tão atrasados ou ignorantes como afirmava a lei. Seu ideário e suas ações, do ponto de vista político-económico, eram bastante arrojados para o tempo, como comprovam os escritos económicos do padre jesuíta António Vieira (1608-1697), que defendia a participação dos cristãos-novos na economia portuguesa e a criação de companhias de comércio [...] (Oliveira,2018, pg. 31)

Foi tática comum dos adversários dos jesuítas se valerem desta distorção para que angariassem mais descontentes com os inicianos para pressionarem por medidas que restringissem a sua atuação em todo o império e, ao fazê-lo, tentaram deslegitimar a obra dos inicianos que foi tão destacada nos tempos modernos, em especial pela sua ampla atuação educacional em vários continentes. A atuação dos jesuítas foi tão abrangente, que durante o século XVIII, os jesuítas contavam com uma capilaridade educacional bastante respeitável dentro do reino português, como aponta Mendonça: “Neste último século, foram notórios os números de colégios e alunos da Ordem, que já contavam “torno de vinte mil alunos, numa população estimada em três milhões de habitantes” (2018, pg. 66 In: Franco... [et al], 2018).

Os jesuítas, apesar de não serem os únicos, como os números apontam foram uma das ordens religiosas mais representativas em termos de presença educacional, com método definido para todos os seus membros através da *Ratio Studiorum*, estabelecido no século XVI, os jesuítas contavam com diretrizes claras para os seus membros praticarem o ensino e se correto ou não, não cabe a nós julgarmos, tornou-se um dos grandes referenciais metodológicos para o ensino durante a modernidade.

Porém, não era só pela vontade de instruir as mentes do povo português que se moviam os jesuítas:

Pelas Constituições da Companhia de Jesus, somente os Colégios e as Casas de Formação poderiam possuir bens que lhes garantissem o sustento do trabalho pedagógico e missionário. Não resta dúvida, portanto, que a expansão do ensino jesuítico, no reino como nos domínios portugueses, foi condicionada por este relevante fator (Carvalho, 1978, pg. 110)

Junto com a criação de novos colégios vinha também a expansão das suas propriedades sobre o território brasileiro, que como já apontamos tinham vantagens que os outros colonos não possuíam, seus inimigos os culpavam de estarem mais interessados em acumular riquezas para si, do que qualquer outra coisa.

Esta situação tem que ser devidamente relativizada, pela dificuldade de se conseguir alimentos frescos, nas colônias que estavam submetidas a um processo de produção voltada a abastecer a colônia, o que muitas das vezes gerava uma dificuldade de se conseguir alimentos frescos localmente, já que não havia a intenção da elite colonial de estabelecerem um mercado interno de alimentos numa população de tão diminuta de colonos brancos, preferiam, então, importar alimentos da colônia, mesmo que estes se desgastassem ao longo da demorada jornada, sendo assim, se alguém quisesse ter alimentos frescos, era necessário produzi-los na sua própria terra, o que acontecia em muitas das missões jesuítas. (Freyre, 2005, pg. 98)

Nos anos anteriores à expulsão da Companhia de Jesus, os inicianos foram muito criticados, pelo seu método educacional, que seria a base do atraso português em relação às potências da época como Inglaterra e França, julgava-se que os jesuítas mantinham um sistema educacional defasado para as novas necessidades de um império que estava atravessando a Era Moderna bem à margem do progresso das nações mais ricas. Alguns estudiosos, como Verney (1746) e Sanches (1760), criticaram o apego dos jesuítas à filosofia aristotélica e pela insistente recusa em promover qualquer atualização metodológica, o que se chocava contra os interesses de um Estado que precisava mais de comerciantes do que de mais padres naquela altura. A realidade é que o estado português já estava “inchado” pelo número excessivo de padres naquele momento, de acordo com Maxwell: “E em 1750 Portugal, com uma população de menos de 3 milhões de pessoas contava com um verdadeiro exército no clero: 200 mil membros, segundo algumas estimativas” (1996, pg. 17).

Provavelmente o crítico mais voraz do método jesuíta de ensino foi Luís Antônio Verney (1713-1792)⁴, que formalizou as suas críticas no livro intitulado “O Verdadeiro Método de Estudar”, publicado em 1746, nesta obra Verney, dividida em 16 cartas tratando dos mais variados assuntos educacionais, o autor tece crítica especialmente ao ensino de latim realizado pelos jesuítas, que de acordo com ele não fazia sentido tentar ensinar latim, usando somente o latim, através de penosas memorizações e recitações constantes, o que levava os estudantes a verdadeiro passarem por um suplício para aprenderem a língua dos antigos romanos.

Verney acreditava que seria muito mais proveitoso ensinar latim da mesma forma como se ensinavam as línguas vivas, ou seja, aprendendo-se primeiro o significado de algumas palavras ou frases de inglês ou italiano traduzidas para português, o intento de Verney sempre foi promover uma simplificação do ensino das línguas clássicas, assim, os alunos poderiam desenvolver um gosto pelo aprendizado, ao invés de só encararem os estudos das línguas clássicas como um tormento. O livro de Verney causou um verdadeiro rebuliço na educação portuguesa, tendo uma recepção tão positiva quanto negativa, fato é que a obra de Verney foi levada em alta estima pelos colaboradores de Pombal e é interessante observar como algumas das suas sugestões estão presentes no Alvará de 1759 que instituiu os Estudos Menores como responsabilidade do Estado português.

Outro autor bastante lembrado nesse contexto é António Ribeiro Sanches (1699-1783)⁵, que escreveu *Cartas para a educação da mocidade*, publicado em 1760, em que defendia que o governo português estava perdendo várias oportunidades ao relegar o ensino aos jesuítas, já que esses ao promoverem um ensino excessivamente formalista, mais afastavam do que agregavam alunos através do seu método. Sanches defendia ainda que em Portugal, os jovens se interessavam muito mais em serem militares ou padres, devido às grandes vantagens que essas duas profissões possuíam em relação às outras, essa situação fazia um pouco de sentido quando Portugal estava na sua fase de ‘descobrimientos’, em que a Coroa necessitava desses profissionais para fazer a guerra ou catequizar os nativos.

O contexto do século XVIII, porém, era outro com Portugal com um império extenso e necessitando de profissionais para gerir as diversas colônias, não faria sentido insistir somente na cruz e na espada, quando o império necessitava muito de comerciantes, contadores ou burocratas que estivessem atualizados com os novos métodos que surgiam constantemente.

⁴ Luís António Verney foi um destacado religioso e intelectual português, vinculado à Congregação do Oratório, foi um dos grandes críticos do método educacional jesuíta e um grande proponente de métodos de ensino alinhados com os ensinamentos da sua ordem que prezava por uma simplificação maior do ensino.

⁵ Foi um médico e intelectual português, que deixou seu país natal ainda jovem, teve atuação profissional bastante destacada, além de ter sido um profundo crítico dos atrasos que ele enxergava em Portugal.

Naquele contexto seria mais útil para o Estado que o ensino fosse mais utilitário com a garantia de uma base sólida, mas não excessivamente complexa, o que o Império Lusitano necessitava era se dedicar a uma formação que fosse mais frágil do que aquela que os jesuítas realizam, mas que por ser mais simples, seria mais fácil de o Estado formar quadros qualificados para a administração e para o comércio, setores em que o governo sentia a necessidade de uma quantidade maior de trabalhadores aptos a encararem os desafios da modernidade.

Havia, também, outra questão que incomodava pessoalmente Sanches, que era a falta de liberdade religiosa em Portugal, em especial em relação aos judeus, que teriam a contribuir para o engrandecimento do império. É preciso explicar que Sanches, era descendente de ‘cristãos-novos’, judeus que foram obrigados a se converterem ao cristianismo, formou-se em Medicina, porém viveu boa parte da sua vida na França, onde teve contato com livros iluministas e escreveu as suas reflexões sobre as melhores maneiras de educar a juventude, então ele entendia bem como a rigidez em várias áreas no seu país prejudicava o próprio país. Todas essas discussões serviram para que as rachaduras no edifício educacional construído pelos jesuítas fossem sendo expostas pelos seus críticos, antes das reformas educacionais que ocorreriam após a expulsão dos inicianos, eles já não se encontravam em uma posição de tanto prestígio como em outras eras.

O que esteve em pauta na escrita dos críticos do modelo jesuíta foi a defesa de um projeto que se aproximasse das ideias iluministas que estavam começando a abalar a Europa do século XVIII, não se deve, porém se empolgar muito com essas iniciativas, já que a administração pombalina se interessou pela modernização de alguns aspectos da sociedade portuguesa, mas nunca em chegar a ameaçar a ordem já estabelecida. Se o Estado português entrou em confronto com a Companhia de Jesus não foi para opô-la a um projeto laico de sociedade, muito pelo contrário a religião católica continuou como a única religião oficial em todo o império, o que se teve foi o favorecimento de alguns grupos, como os oratorianos, em contraste aos jesuítas que passaram à condição de inimigos, mas o catolicismo continuou dominante em Portugal:

Pombal e seus colaboradores eclesiásticos, na verdade, tomaram e adaptaram de outros o que servia para os seus objetivos, que eram essencialmente regalistas e católicos. Ou seja, aceitavam a supremacia do Estado, mas não queriam ver o catolicismo derrubado. (Maxwell, 1996, pg.102)

Expulsos os jesuítas, passou para responsabilidade do Estado a construção e administração de todo um sistema educacional, que o próprio Estado não tinha a experiência em gerir, era preciso organizar (ou reorganizar) tudo, desde o ensino de primeiras letras até os

ensinos maiores, equivalentes aos atuais cursos superiores, mas o aspecto da reforma educacional pombalina de que vai tratar esse trabalho é a reforma dos Estudos Menores, equivalente a educação básica. A instituição do Estado como ente responsável por gerir a educação pública inaugurada em 1759 é uma inovação portuguesa, neste sentido o governo pombalino foi pioneiro ao promover a criação de amplo sistema educacional público, algo que ainda estava em fase de discussão em outros países europeus, coube ao Estado português devido a sua especial situação com a repentina destruição do modelo estabelecido previamente promover a aplicação das teses educacionais já tão debatidas, mas nunca realmente empregadas.(Aranha, 2006, pg.289)

As reformas educacionais propostas por Verney, Sanches e outros autores começam a, em alguns pontos, serem aplicadas após a expulsão dos jesuítas, e até mesmo um pouco antes dela com a instituição da Lei do Diretório de 7 de junho de 1757, que criou a figura do diretor dos indígenas que deveria entre outras coisas cuidar da educação dos nativos com a criação de duas escolas em cada aldeamento, uma para os meninos e outra para as meninas. O foco deste trabalho, porém, é outro, buscamos entender como se deu a aplicação da reforma dos Estudos Menores em 1759, dois anos após a Lei do Diretório, quando a administração portuguesa amplia o seu escopo de atuação educacional, abarcando os Estudos Menores, que eram exercidos pelos jesuítas e por outras ordens religiosas, mais especificamente através das teses e dissertações acerca deste tema, para que possamos analisar como ele tem sido tratado nestes trabalhos.

Para que fique mais claro do que estamos tratando os Estudos Menores eram essencialmente uma preparação para os Estudos Maiores (ou ensino superior, segundo os nossos termos atuais), de acordo com Cardoso:

Os Estudos Menores incluíam dois níveis distintos: o primeiro era formado pelas Aulas Régias de ler, escrever e contar, correspondendo ao nível primário, e o segundo era formado pelas cadeiras de Humanidades, ou seja, Gramática Latina, Língua Grega, Língua Hebraica, Retórica e Poética, correspondendo ao nível médio, ou secundário (2002, p.5)

É sobre este segundo nível, das aulas de humanidades que nos dedicamos ao longo deste trabalho, nosso foco principal é analisar as mudanças no sentido do ensino deste segundo nível dos Estudos Menores empregadas pelas políticas educacionais pombalinas após a expulsão dos jesuítas do império português, a partir das suas representações através das teses e dissertações que detalham a aplicação das transformações educacionais na América portuguesa.

Para sistematizar o ensino foi instituída a Diretoria Geral de Estudos, já em 1759 e que perdurou até 1771, cujo primeiro e único diretor, D. Tomás de Almeida, seria responsável por

organizar os Estudos Menores especialmente em Portugal, mas também no Brasil, estabelecendo os critérios necessários para a admissão dos professores régios, que passariam a ser pagos pelo Estado para desempenharem as suas atividades, embora em nenhum momento durante a sua administração, o Estado português garantiu o pagamento dos professores régios. Só se poderia ensinar em Portugal se o professor fosse aprovado por Tomás de Almeida, assim que se conseguisse essa autorização o professor já poderia começar a ensinar. Os momentos iniciais da reforma em Portugal não foram de grandes resistências para a administração portuguesa, com os professores buscando rapidamente se adaptar à nova situação, já que, de acordo com Carvalho: “Os professores que teimavam ensinar pela Arte do Pe. Alvarez, com o auxílio dos demais livros proibidos, eram recolhidos à prisão e obrigados a assinar um termo no qual juravam que nunca mais se ocupariam do ensino do latim no reino e seus domínios” (1978, pg.112).

Já no Brasil a reforma encontrou maiores dificuldades para ser executada, já que a distância em relação à metrópole e a falta de materiais escolares adequados fizeram com que a reforma tivesse alcance bem limitada, como aponta Silva: “Quanto ao precário cotidiano das escolas, cabe destacar as dificuldades, para a consecução de um local para o funcionamento das aulas, a falta de livros, de penas, de papéis e até de bancos escolares” (Silva, 2006, pg.83). Havia também uma crônica falta de profissionais qualificados para exercer a função de professor régio, que não era das mais atrativas, também, tendo em vista que durante os primeiros anos da reforma não havia uma garantia legal de recebimento de salários, com os professores dependendo integralmente da contribuição dos pais dos alunos para poderem sobreviver.

É difícil de afirmar o quanto esta situação ocorreu no Brasil devido às dificuldades já esperadas de uma colônia que tinha dificuldades de ter um abastecimento regular de produtos metropolitanos, além de pouca mão-de-obra qualificada e disponível para exercer a docência e o quanto esta situação não era a aplicação do conselho de Ribeiro Sanches, que defendia que o ensino deveria ser reservado somente aos filhos dos colonos que tivessem as maiores posses da colônia, enquanto que aos mais pobres bastaria o aprendizado da doutrina cristã ensinada pelos párocos locais(Silva, 2006. Pg.95).

O certo é que a educação era desigual, mesmo entre os desiguais, já que a educação no império português não destinada nem mesmo a todos os filhos da elite lusitana:

Embora gratuito, pois os padres da Companhia de Jesus eram remunerados por El-Rei, o ensino destinava-se primordialmente aos filhos da classe dominante, representada pelos donos de terras em geral, e em particular pelos senhores de

engenho. Ainda assim, a educação era reservada somente aos filhos homens, em geral aos não-primogênitos. A estes, reservava-se a direção futura dos negócios paternos, não havendo tempo a perder com os estudos, considerados desprovidos de caráter prático.

O saber era reservado à formação de religiosos fossem do clero secular ou conventual, ou então serviam para encaminhar os alunos à Universidade de Coimbra. (Cardoso, 2002, pg.13)

O saber, nessa perspectiva era entendido como algo menor empregado somente para que os filhos da elite imperial que não assumiriam os negócios da família tivessem alguma ocupação futura com que pudessem garantir o seu sustento, então, não é surpresa que a administração portuguesa tenha construído um sistema educacional com baixa remuneração aos professores régios, enxergados como meros instrumentos. Ao mesmo tempo como os filhos primogênitos que assumiam os negócios da família não tinham uma educação muito avançada, não enxergavam o valor do conhecimento formal, então, estes filhos quando adultos não pressionavam social ou economicamente para que houvesse uma mudança no sistema educacional, o ciclo de desvalorização da educação se fechava e se perpetuava desta maneira.

Para consolidar o controle governamental sobre a informação, o governo português retirou da Igreja outra das suas prerrogativas mais importantes, que era a de poder censurar os livros que circulavam pelo reino. Pombal, logo percebeu que se quisesse ter sucesso no seu intuito reformista não poderia deixar o controle da informação ficar em qualquer outra mão que não fosse a de um dos seus colaboradores, por isso a censura estabelecida pelo Tribunal da Inquisição em Portugal foi substituída pela criação de um novo órgão, a Real Mesa Censória, criada em 1771, este mesmo órgão também ficou responsável pelo controle da educação após o encerramento da Diretoria-Geral de Estudos. A Real Mesa Censória foi composta por alguns dos maiores colaboradores de Pombal, como o Frei Manuel do Cenáculo, e concedeu a liberação para que obras de Voltaire e Locke que antes não podiam circular de maneira livre pudessem fazer parte das leituras da elite intelectual do reino. Após uma certa empolgação inicial com as mudanças que estavam sendo realizadas, a realidade foi de muitas dificuldades para execução das reformas, já que ao expulsar todos os jesuítas do império português se expulsou a educação portuguesa de um dia para o outro, a administração portuguesa sofreu com a falta de candidatos aptos a preencherem os novos cargos que foram criados.

Essa consequência era lógica porque ao expulsar os jesuítas sem ter feito uma preparação prévia instruindo os professores nos novos métodos ou treinando novos professores, o que se viu foi a grande dificuldade de se encontrar professores suficientemente instruídos para poderem executar o planejamento educacional previsto no Alvará de 1759. No Brasil, a situação era ainda mais complicada, se em Portugal o governo central pôde controlar um pouco

mais de perto as profundas transformações no sistema educacional e ainda assim teve dificuldades, mais difícil foi o caso brasileiro em que as longas distâncias faziam com que as informações demorassem muito a circular.

Há sempre que se mencionar que a autorização para publicar impressos só foi consolidada no Brasil, com a chegada da família real em 1808, outras iniciativas como a de Antônio Izidro da Fonseca foram fechadas rapidamente por ordem real, até este ponto todos os livros ou periódicos que chegavam ao país de forma legal, tinham que receber autorizações governamentais, que por conta do seu processo burocrático atrasavam o envio das remessas, que já seriam bastante caras devido ao transporte interatlântico (Holanda, 1995, pg.120).

Os desafios que o governo português teria que enfrentar não seriam simples, era preciso criar um processo para admissão dos professores, instruí-los com relação aos novos métodos de ensino de latim que seriam postos em prática e garantir que os novos manuais chegassem em suas mãos para que eles pudessem se instruir, além de tentar garantir o financiamento da educação. A solução (teórica) para garantir o funcionamento dos Estudos Menores só seria efetivada décadas mais tarde com a criação de um novo imposto chamado de subsídio literário que seria cobrado sobre um percentual sobre a produção de alguns produtos como a aguardente, o vinho e a carne.

Este imposto só foi criado em 1772, junto com a lei de 6 de junho deste ano que instituiu, também, a criação das classes de primeiras letras por parte do Estado português, e seus efeitos nem sempre foram os mais proveitosos, com arrecadações inconstantes e muitas vezes insuficientes para manter este amplo edifício educacional que estava sendo construído (Fonseca, 2023). O que se pretendia no Brasil era criar uma nova geração que estivesse mais atualizada com os novos métodos de ensino que também estavam sendo inseridos na metrópole, a administração buscava apagar a tradição jesuítica do mesmo jeito que apagou a sua presença do território brasileiro e sabia que a educação seria uma importante ferramenta para a transformação da mentalidade dos seus colonos e afastá-los do “obscurantismo” dos inacionos.

Tratava-se de preparar bem o cidadão aqui, instruí-lo nos novos métodos de latim, grego, retórica e outras disciplinas para que ele pudesse chegar bem-preparado para continuar os seus estudos preferencialmente na Universidade de Coimbra que também passaria por uma grande renovação alguns anos mais tarde, em 1772. Essa visão positiva da educação que se queria alcançar, esbarrou em alguns defeitos que a administração portuguesa não buscou alterar e que se mantiveram como tradição para muitos anos depois da reforma também, apesar de o ensino teoricamente ser público e custeado pelo Estado não se buscou promover uma grande ampliação do número de alunos com o ensino, geralmente estando restrito aos filhos dos

membros mais ricos da colônia. Os problemas logísticos também nunca foram totalmente superados, com a demora para com que se chegassem os novos manuais às mãos dos professores terminasse por atrasar a aplicação da reforma educacional da maneira que a administração portuguesa almejava.

O nosso trabalho se justifica na necessidade que detectamos de realizar um trabalho mais amplo do que tem sido feito nos últimos anos, como iremos explicitar na primeira seção, as teses e dissertações ou mesmo os artigos acerca da reforma dos Estudos Menores no Brasil tem se detido em analisar a implementação da reforma em uma localidade específica, seja uma capitania ou até mesmo uma vila. Pretendemos operacionalizar um trabalho que possa executar um balanço historiográfico da produção acadêmica mais recente sobre a nossa temática em um contexto mais geral do que tem sido feito atualmente.

Este trabalho, também, passou por grandes transformações. Pretendia, inicialmente, tratar da aplicação da reforma dos Estudos Menores em Bahia e em Sergipe Del Rey. No entanto, as dificuldades de ter que realizar um levantamento nos arquivos baianos, além de ter que me dedicar ao estudo da paleografia, durante o período de realização desta dissertação, para poder realmente compreender os vestígios do passado, dificultaram a aplicação desta minha proposta inicial. Decidimos, então trabalhar a reforma sob outra perspectiva, analisando as representações já existentes das mesmas nas teses e dissertações que tratam deste tema.

Também decidimos que a minha contribuição mais substancial para o estudo da reforma dos Estudos Menores seria analisar a legislação que a instituiu, tópico ainda pouco explorado pela historiografia pombalina e que ganhou capítulo dedicado a esta análise. Nele, demonstramos o quanto que a legislação educacional pombalina não foi uma mera obra da necessidade de criar um edifício educacional após a expulsão dos jesuítas, mas uma verdadeira expressão de um novo projeto não somente educacional, mas social, com a tentativa de integrar Portugal a certos aspectos do iluminismo crescente na Europa, ainda que de forma bem limitada por uma monarquia centralizadora.

Pretendemos demonstrar através dos trabalhos que serão analisados que a reforma dos Estudos Menores no Brasil não foi implementada de forma regular em todo o território, que as ações da administração oficial de cada região analisada levaram a resultados diferentes na execução da reforma educacional e que, por isso, os trabalhos analisados têm representado a reforma dos Estudos Menores de forma distinta a depender de como ela foi executada em cada localidade.

Nosso objetivo geral é compreender como os programas de pós-graduação tem se apropriado do tema da reforma dos Estudos Menores através das teses e dissertações que tratam

dessa temática, pretendemos realizar um balanço historiográfico do que já foi produzido acerca do tema para que possamos compreender como o tema já foi e como ele está sendo tratado atualmente, entendendo, também, que a situação atual é de diminuição do número de programas específicos de História da Educação, muitas das vezes com estes trabalhos tendo sido deslocados para os programas de pós-graduação em História.

Como objetivos específicos pretendemos através dos trabalhos levantados apontar quais foram as diferenças de aplicação da reforma dos Estudos Menores nas diversas regiões do Brasil, queremos entender quais foram as ações diferentes que professores e outros funcionários régios empreenderam para a execução prática da reforma e como estas ações têm sido representadas nas teses e dissertações analisados. Também ensejamos, demonstrar como a reforma educacional pombalina foi mais do que uma simples transformação de métodos educacionais, mas um dos produtos das reformas pombalinas que buscava colocar o império português em consonância com certos aspectos do iluminismo. Além de realizarmos uma análise qualitativa da legislação educacional pombalina que instituiu a reforma dos Estudos Menores após a expulsão da Companhia de Jesus do império lusitano.

Como metodologia de pesquisa iremos nos apropriar das reflexões de Roger Chartier e do seu conceito de representação, já que sua visão de como a realidade é dificilmente apreensível pelo historiador, o que temos são representações do objeto ou período analisado, sendo assim, pretendemos observar se houveram diferentes representações da mesma reforma ou se estabeleceu mais consensos do que opiniões divergentes, ou citando suas próprias palavras: “No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objecto ausente através da sua substituição por uma “imagem” capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é” (Chartier,1988,p.20).

A análise da representação (ou representações) é fundamental para o trabalho do historiador, já que não podemos tomar um discurso ou uma fonte como essencialmente verdadeira, a representação não surge do nada, ela é a materialização de uma intenção, de um discurso que busca produzir determinados resultados, por isso um mesmo evento pode ser discutido de diversas maneiras a partir da intencionalidade daquele que constrói uma determinada representação de um evento.

Analisar as representações de um acontecimento histórico e, também, como ele foi apropriado por diversos grupos sociais distintos, nos ajuda a produzir uma análise mais complexa do conhecimento histórico, ao confrontarmos os discursos é possível produzir novos significados que por vezes não estavam disponíveis quando determinada representação começou a ser estabelecida, além de conseguirmos acompanhar a evolução das compreensões

que um momento histórico passa a ter a depender de que época e de que organização social se apropria dele.

Como os maiores referenciais teóricos para a execução do nosso trabalho nos basearemos nas obras de Laerte Ramos de Carvalho, Francisco Falcon, António Alberto Banha de Andrade e Kenneth Maxwell, quatro autores com trabalhos de décadas diferentes, mas que contribuíram enormemente para a renovação das interpretações da reforma educacional pombalina e das reformas pombalinas como um todo, além de cada um deles interpretar o governo pombalino de uma maneira distinta, o que nos ajuda a seguir o nosso objetivo de comparar e interpretar as diferentes representações que o nosso objeto de estudo possui.

Sendo assim, a primeira seção realizará uma contextualização histórica da era pombalina como uma era de um desenvolvimento de um iluminismo com características portuguesas, ou seja, conservador e com limites bem estabelecidos, sendo a educação uma parte essencial do projeto de reafirmação do poder real que passava a determinar o funcionamento de um setor que ele não se envolvia diretamente até a expulsão dos jesuítas.

A segunda seção trará uma análise da legislação educacional pombalina e de como ela foi importante para estabelecer as bases do novo processo educativo que aconteceu a partir de 1759, com a abertura para que professores leigos pudessem se dedicar a nova função de professor régio que era estabelecida, além desta legislação ter encerrado o período de ensino do latim como língua viva, estabelecendo um ensino muito mais prático, com inspiração na tradição dos educadores oratorianos.

Já a terceira seção apresentará um panorama de como a reforma dos Estudos Menores foi tratada pelos autores clássicos desta temática e de como os programas de pós-graduação têm se apropriado desses clássicos e têm produzido novas pesquisas nos últimos anos, detalhando os aspectos metodológicos em comum e os que diferem dentro destes trabalhos.

Por fim, a quarta seção trará uma análise do conteúdo das teses e dissertações levantadas por este estudo, com o intento de assim, termos uma visão um pouco mais geral da aplicação da reforma dos Estudos Menores nas capitanias que contaram com trabalhos historiográficos para analisá-la, trata-se de uma seção que buscará analisar o conteúdo historiográfico destas produções e seus resultados.

1 A REFORMA ILUMINISTA DA EDUCAÇÃO IMPERIAL PORTUGUESA

1.1 O ILUMINISMO DURANTE O SÉCULO XVIII NA EUROPA

O século XVIII na Europa foi palco de diversas transformações que culminaram num dos seus maiores eventos, a Revolução Francesa, no fim daquele século. As bases da sociedade estabelecida, com um controle excessivo dos nobres de amplos setores da economia; as constantes e penosas guerras, que traziam mais prejuízos do que avanços para a maior parte da população, e a predominância da Igreja no setor educacional, em especial da Companhia de Jesus, começam, então, a ser questionadas por intelectuais pertencentes ao grupo social em maior ascensão naquele contexto, a burguesia.

A própria ideia de intelectuais modernos, como mais ou menos imaginamos hoje, com pessoas dedicadas à aquisição do conhecimento e à difusão dele, começa a se estabelecer naquele período, com a formação de sociedades literárias e acadêmicas, além de um reavivamento das universidades, com propostas de transformações sociais sendo formuladas, muito embora não tenham sido raros os casos de intelectuais que tinham pouco apreço à “massa ignorante” (Falcon, 1993, p. 105).

Uma instituição constantemente atacada por muitos dos iluministas era a Companhia de Jesus, pelo seu método considerado ultrapassado para as necessidades de uma sociedade que estava em constante modernização e necessitava de uma educação mais acessível, mais simplificada. Mesmo sem, inicialmente, pretender estender a todos o acesso à educação, acreditava-se que os jesuítas mantinham um método que mais impedia do que incentivava o progresso da humanidade, sendo representantes da Contrarreforma Católica e não do avanço da ciência, especialmente da filosofia.

Essa era uma das razões para os iluministas serem vistos, tanto em sua época quanto depois dela, como inimigos da fé cristã, o que estava longe de ser verdade; eles pretendiam que o ensino considerasse o ser humano como centro do conhecimento, com a ideia de Deus estando acessível ao entendimento do ser humano, mas nunca negando a existência divina ou sua primazia na condução da sociedade. Em muitos dos casos, os iluministas foram mais antijesuítas do que antirreligiosos (Falcon, 1993, p. 98).

Muitos desses intelectuais acreditavam que o mundo precisava passar por uma profunda transformação, alcançando uma era em que as superstições seriam reduzidas, haveria maior tolerância religiosa entre as pessoas e a educação desempenharia papel fundamental nesse

processo. Nesse contexto, a educação conduziria a sociedade a uma nova era – uma era de Luzes –, como expõe Falcon:

[...] o objetivo geral do seu movimento [dos filósofos] era aumentar a humanidade existente no mundo... devemos insistir que os filósofos desejavam um mundo mais tolerante, mais pacífico e mais próspero, menos cruel, menos supersticioso, menos bairrista – um mundo de homens livres e racionais. (1993, p. 112).

Muitos dos intelectuais do período passaram a acreditar que uma profunda transformação social não era apenas possível, mas também provável, porque percebiam que, em boa parte, a história era a história da evolução intelectual da humanidade, sendo uma questão de tempo e de fornecer as ferramentas corretas para que a sociedade pudesse se livrar das forças que a faziam insistir em um caminho de trevas, preconceitos, guerras e atrasos econômicos. A partir de então, um novo ideário – aliada aos ideais da burguesia florescente – passou a ocupar cada vez mais espaço nos centros de discussão e começou a influenciar também a ação dos Estados.

Esse ideário correspondia à busca por uma racionalização maior de todos os aspectos da vida humana, a uma valorização do trabalho em contraposição à vida dócil em que viviam muitos dos nobres, a uma melhor organização da administração pública, com a formação de quadros mais bem preparados para ocupar cargos públicos, além da ampliação da educação para mais setores sociais, o que levaria a um progresso da sociedade como um todo, como salienta Falcon:

É certo que muitos aspectos da Ilustração, formas de pensamento e de comportamento dos homens que a integram, podem ser referidos à burguesia e compõem uma espécie de ideário particular: o desprezo pelo desperdício e pela ostentação, o gosto pelas pequenas viagens, a busca da utilidade e da simplicidade no trajar a estima pelo trabalho, a seriedade profissional, a condenação das formas caritativas tradicionais de ajuda os pobres e até mesmo o hábito de reuniões nos cafés e casas de chá e a estima pela mulher “cultura” (1993, p. 95-96).

O ideário iluminista se espalhou por diversos países da Europa ocidental, onde encontrou terreno fértil para uma perspectiva de transformação em um contexto de cansaço pelos constantes esforços de guerra, uma pressão cada vez maior da burguesia em obter não somente o poder econômico, mas também político, e a vontade, ou mesmo necessidade, dos soberanos de fortalecer seus complexos administrativos em países que precisavam gerir não somente as suas nações, mas também os lucros e percalços das suas “conquistas”. Com isso, o

que se observou foi um momento de intelectuais ativistas agindo na difusão do ideário das Luzes (Carrato, 1968, p. 123).

Esses intelectuais, especialmente durante as primeiras décadas do século XVIII, aliaram-se aos soberanos para juntos transformarem as nações europeias. Eles constataram que a sua presença junto aos centros de poder ajudava na execução de reformas nas suas respectivas nações; ademais, não se incomodavam com as monarquias, e até mesmo com o autoritarismo que elas empregavam, desde que essas ações gerassem uma melhoria para a sociedade (Falcon, 1993, p. 131).

Podemos citar casos mais ilustrativos como o de Voltaire, que foi um forte aliado de Luís XIV, rei francês, durante seu governo, atuando como empregado do Estado e, muitas vezes, elogiando a ação do monarca enquanto buscava consolidar seu favoritismo, num momento em que ser um *homme de lettres* passara a ser uma ocupação e a concessão de uma pensão estatal representava a diferença entre viver uma vida confortável ou enfrentar a penúria (Darnton, 1987, p. 22).

Outra mudança trazida pelos intelectuais iluministas em consonância com a burguesia emergente foi o papel da educação como transformadora social. Passou-se a discutir a ampliação do acesso à educação para mais estratos sociais, numa verificação de que o conhecimento ajudava a transformar para melhor a vida da população como um todo. Discutia-se também até que ponto era interessante educar os menos favorecidos e quais seriam os limites da educação oferecida a eles.

O sentido da educação também passou a ser questionado, na medida em que a burguesia desejava uma forma educacional que favorecesse os seus interesses mais imediatos. O estudo enciclopédico⁶, por exemplo, deveria ser abolido em favor de um saber mais prático e verificável. Buscavam-se aplicações imediatas, e o saber desinteressado deveria ser atacado e abandonado. Os novos tempos já não permitiam o acúmulo de conhecimento por mero interesse pessoal: era preciso aprender algo que pudesse ter alguma aplicação social (Cardoso, 2002, p. 56-57).

Discutia-se, naquele período, o sentido do conhecimento, com a exigência formal de que ele tivesse uma aplicação específica. A figura do monge que se isolava no mosteiro com seu saber foi uma das mais criticadas: o conhecimento deveria ser socialmente difundido, em

⁶ O ensino durante boa parte da Era moderna não tinha uma dimensão prática, por vezes, os estudiosos eram pessoas abastadas que desenvolviam sua curiosidade acerca de áreas do conhecimento, sem necessariamente estarem preocupados com a aplicação destes conhecimentos em um setor da sociedade, situação profundamente criticada pela burguesia no seu processo de ascensão enquanto grupo social.

maior ou menor grau, conforme o estrato social. De todo modo, a educação e seu uso passaram a ser cada vez mais debatidos desde o século XVIII iluminista, o que resultaria, de certa forma, no primeiro sistema educacional público estabelecido no império português na segunda metade daquele século.

1.2 PORTUGAL COMO “PAÍS DAS TREVAS” E AS PROPOSTAS DE DOM LUÍS DA CUNHA PARA “ILUMINÁ-LO”

O Iluminismo teve uma boa circulação na Europa setecentista, sendo questão de tempo para que esse conjunto de ideias chegasse também a Portugal, inicialmente a partir dos “estrangeirados”, muitos deles diplomatas em cortes estrangeiras que absorveram muito do que leram dos escritores iluministas e tentaram adaptar as sugestões que liam para a realidade portuguesa, onde o Estado desde sempre teve um papel preponderante na vida comum e a Companhia de Jesus – tão atacada pelos iluministas – “reinava” sem grandes restrições.

Uma figura bastante destacada entre os estes estudiosos e que nos servirá de apoio para entendermos a real situação do império português durante metade do século XVIII é Dom Luís da Cunha⁷, que, no seu *Testamento político* – obra já bastante clássica da historiografia luso-brasileira – mostrou as grandes falhas que a administração estava cometendo até aquele momento, a maneira como estavam sendo subaproveitadas as suas capacidades e as possíveis contramedidas que o futuro soberano, D. José I, deveria adotar se quisesse reformar o império e equilibrar a balança comercial, além de garantir uma maior dignidade ao império nas mesas de negociação com outras potências.

É de grande utilidade analisar a obra de Dom Luís da Cunha, tanto pela abrangência das críticas ao funcionamento de Portugal e de seu império quanto pela sinceridade – até surpreendente para uma sociedade nos moldes absolutistas –, a fim de compreendermos os reais impactos do Iluminismo em Portugal, a forma conservadora e reformista com que foi teorizado e as soluções propostas pelo diplomata, algumas das quais chegaram a ser efetivamente empregadas durante o governo do Marquês de Pombal.

Já no início da obra, Dom Luís da Cunha demonstra sua desconfiança em relação aos verdadeiros interesses dos jesuítas no reino português, recomendando que o soberano não tivesse – como os seus antecessores – a figura de um confessor oficial, pois esse cargo era

⁷ Dom Luís da Cunha (1662-1749) iniciou sua carreira como magistrado no Porto, onde, após obter destaque, conseguiu ingressar na carreira diplomática, representando Portugal na Inglaterra, Espanha e França por mais de trinta anos.

sempre alvo de grandes disputas pela proximidade que o confessor tinha com o próprio rei, conhecendo seus segredos mais íntimos. Cunha temia que o padre confessor pudesse aproveitar esses encontros regulares para tentar influenciar a política do império, especialmente se a pessoa a ocupar o cargo fosse novamente um jesuíta, como geralmente ocorria. Assim, recomendava que o rei escolhesse um padre de boa conduta e que não tivesse uma agenda política bem definida (Cunha, 1976, p. 23).

Podemos notar, desde o início da obra, o quanto Cunha se preocupava com o soberano manter uma certa independência mental para melhor escolher a conduta que deveria exercer na sua administração, além de recomendar que o rei também não tivesse um primeiro-ministro (Cunha, 1976, p. 22), o que era um tanto curioso, visto que o futuro Marquês de Pombal representaria para Portugal mais do que um primeiro-ministro, sendo quase um segundo rei. Mais curiosa ainda é a constatação de que foi o próprio Dom Luís da Cunha que recomendou que o rei empregasse Sebastião José de Carvalho e Melo como seu Secretário de Negócios do Reino (Cunha, 1976, p. 27).

Abordando algumas questões mais práticas, Cunha faz uma verdadeira denúncia da situação de abandono em que se encontravam várias localidades do interior do Reino português. Sem a devida ligação por meio de boas estradas, muitas localidades estavam isoladas ou ficavam em regiões de acesso muito dificultoso, o que era uma perda para o Reino, que se encontrava em situação de despovoamento de amplas áreas do seu território. Cunha faz também uma denúncia das “sangrias” causadas pelos que abandonavam suas vidas em Portugal para tentar seguir o sonho da riqueza nos outros territórios ao alcance do império lusitano, situação que o autor explicita mais adiante no livro.

A solução proposta por Cunha é que a administração central fizesse um trabalho duplo de abrir estradas e ampliar os serviços de correios por todo o reino, pois o sistema vigente – com pessoal insuficiente e pouco estruturado – levava a uma grande demora nas comunicações dentro e fora do Reino, além de prejudicar funções que dependiam de uma maior agilidade informacional, como era o caso dos comerciantes, que eram particularmente afetados.

Uma das críticas mais severas do autor é dirigida à Igreja portuguesa, especialmente pelas amplas vantagens que possuía, controlando um terço das terras do Reino (Cunha, 1976, p. 41-42) sem contribuir para o desenvolvimento comercial, além de estar isenta de impostos e de muitos dos seus membros, como acontecia com as ordens católicas, se retirarem da vida secular. Eram diversos homens e mulheres que poderiam ajudar a melhorar a situação demográfica do país, o qual sofria constantemente com a evasão de pessoas para outras regiões do império, como já mencionamos.

Tendo em vista que aqueles que ingressavam nos conventos tinham alimentação garantida e uma vida relativamente tranquila, em comparação com outras funções na sociedade portuguesa, além de contarem com o respeito social por estarem exercendo uma função religiosamente importante, não é de surpreender que muitos escolhessem esse caminho, o que significava uma vida não de conforto, mas de mais estabilidade do que a maioria dos camponeses. Mas, ao mesmo tempo, eles não contribuía para o aumento da população portuguesa e de uma possível melhora econômica que uma população mais robusta poderia fornecer a Portugal.

Cunha propôs, então, que o Estado passasse a limitar o número de pessoas que ingressavam nos conventos, o que não prejudicaria fundamentalmente a Igreja e traria bons resultados para o Reino, com um aumento da produção agrícola e também um aumento populacional agregado. A proposta de Cunha era que o governo isentasse de impostos os agricultores que tivessem três ou mais filhos (Cunha, 1976, p. 72).

Em relação à defesa de Portugal, Cunha considerava que o governo falhava em proteger adequadamente seu território e que, dadas as capacidades do império, muito mais poderia ser feito. Para ser respeitado, o império português precisava de um exército coeso e bem estruturado, uma vez que, embora os conflitos com a vizinha Espanha não fossem iminentes, eram sempre possíveis. Além disso, era evidente a necessidade de investir na própria proteção caso quisesse manter suas possessões em outros continentes. O diplomata, então, sugere como o rei poderia alcançar esse progresso militar:

A este fim V.A pode ter: 1º de 25 a 30 mil bons soldados infantis, entretidos e disciplinados, como se no outro dia se houvessem de pôr em campanha; 2º bem providos os seus armazéns de armas, e artilharia com todos os mais materiais, munições e petrechos de guerra; 3º bem reparadas, e melhoradas as fortificações de todas as suas fronteiras com muitos engenheiros que não estejam, como agora estão, comendo o soldo ociosamente [...] (Cunha, 1976, p. 44).

Dom Luís da Cunha se preocupou também em analisar a situação econômica de Portugal, que era àquela altura um país essencialmente agrário e dependia da importação de produtos manufaturados para o consumo interno, o que deixava o país em um constante déficit comercial. Apesar de ser coberto pelo ouro e pelos diamantes extraídos do Brasil, essas riquezas não durariam para sempre. Para o autor, Portugal estava sofrendo no momento a consequência de ter uma Inquisição tão presente e atuante. Muitos judeus deixaram o país por medo de serem vítimas desse processo, o qual podia lhes tirar suas propriedades e, em certos casos, a própria vida – com a condenação à morte na fogueira.

Também era de pouca ajuda para a indústria nacional a excessiva liberdade de que desfrutavam os comerciantes e industriais ingleses em Portugal, que levaram o país a assinar tratados penosos para si e lucrativos para a Inglaterra. A situação era tal que os grandes proprietários, ao perceberem a situação do império português com o tratado de Methuen⁸, se dedicavam à vinicultura, reduzindo a plantação de outros gêneros alimentícios, o que levou a situações em que até o trigo utilizado para produzir pão era importado de outros países (Cunha, 1976, p. 66).

Para combater essa deficiência produtiva, Cunha propôs que o governo realizasse amplos investimentos para que pudesse tornar a indústria portuguesa produtiva e principalmente capaz de ser autossuficiente em produtos básicos, combatendo os efeitos do tratado de Methuen, expandindo o comércio com outras nações europeias e incentivando, assim, a produção agrícola nacional. Era preciso também promover uma tolerância maior em relação à população judaica para que pudesse empregar seus recursos materiais e técnicos na revitalização da indústria, sendo fundamental estabelecer garantias para que aquele povo não tivesse medo de perder o que investira no país, como ocorria com o confisco após uma condenação pela Inquisição.

Neste ponto, é necessário sermos bem cautelosos quanto à tolerância que Cunha propunha quanto aos judeus: não se tratava de um projeto de aceitação ou de integração deles à sociedade portuguesa; na verdade, o autor deixa claro ao longo do texto que não tinha um grande apreço pelos judeus, mas considerava que eles eram fundamentais para um projeto de desenvolvimento econômico a ser empregado em Portugal e no império. Assim, o judeu passava a ser tolerado pela sua utilidade econômica – e não muito mais do que isso.

Entretanto, Cunha foi um grande crítico do processo da Inquisição por denunciar a maneira como muitos dos acusados eram coagidos a delatar outras pessoas que também estavam praticando atos tipicamente judaicos somente para se salvarem, e dessa forma novos processos eram criados sem haver bases sólidas para que essa investigação realmente fosse efetivada. Além disso, o fervor inquisitorial não ajudava a reputação pública de Portugal, que queria “se vender” como um país livre de judeus, mas, com esse processo fervoroso, terminava por ser conhecido como um país repleto deles (Cunha, 1976, p. 76).

⁸ Tratado assinado entre Portugal e Inglaterra em dezembro de 1703 em que Portugal concordava em abrir seu comércio para os lanifícios ingleses em troca de uma redução da tarifa cobrada pelos ingleses para a entrada do vinho português no país britânico. O tratado, além de desigual, levou à extinção da indústria têxtil portuguesa apoiada pelo Estado.

Dom Luís da Cunha, com o seu *Testamento político*, realizou um profundo diagnóstico das causas do “atraso” do império português. Abordou questões como a forma pela qual as riquezas levadas do Brasil não se convertiam em desenvolvimento econômico para o país, a excessiva influência da Igreja – especialmente da Companhia de Jesus – na política portuguesa e as maneiras de superar as dificuldades econômicas, apesar do tamanho reduzido de Portugal em comparação com outras nações europeias concorrentes. Em suma, discutiu como o país poderia construir um projeto de desenvolvimento nacional que reduzisse sua dependência em relação a outros Estados.

É inegável a influência que essa obra teve no desenvolvimento da política pombalina, com a recomendação de que Sebastião José de Carvalho e Melo fosse escolhido para ocupar um alto cargo na hierarquia lusitana, como já mencionamos. É possível notar reflexos das recomendações de Cunha no trabalho do Marquês de Pombal, como a limitação da atuação da Companhia de Jesus e sua posterior expulsão, a criação de companhias monopolistas que desafiaram os interesses ingleses no Brasil, além do início de um processo industrializante que só teria efeitos realmente sensíveis após o seu governo, mas que teve início durante o período em que foi um quase-rei.

1.3 AS CAUSAS DA REFORMA DOS ESTUDOS MENORES E SUA APLICAÇÃO EM PORTUGAL

O Iluminismo enquanto movimento educacional também chegou a Portugal no século XVIII através dos “estrangeirados”. Mais uma vez, autores como Luís António Verney absorveram os ensinamentos de John Locke sobre como deveria ser realizado o processo educacional e adaptaram as ideias ao contexto português, atacando o ensino jesuíta vigente. O que Verney propôs no seu *Verdadeiro método de estudar* foi uma renovação do ensino, o qual deveria ser simplificado, porque foi considerado pelo estudioso como um ensino excessivamente formalista que mais atrapalhava o aluno do que o incentivava a manter uma vida intelectualmente ativa.

Essa simplificação foi proposta principalmente para o ensino do latim, visto como pouco prático e demasiadamente complicado, longe de sua forma pura e clássica, como ressalta Andrade:

Propunha a simplificação do método de ensinar do latim-base da pedagogia do século XIX, se não XX - ao mesmo tempo que defendia maiores contatos com a fonte pura das antiguidades clássicas. Entusiasta seguidor do Iluminismo italiano, denunciava,

irritado, os desvios da latinidade, perpetrados nos tempos bárbaros em que o magistério dos Jesuítas prevaleceu na Europa (1981, p. 38).

A suposta falta de interesse dos jesuítas de realizarem uma atualização, especialmente no seu ensino de filosofia, era uma das razões para que uma reforma profunda fosse realizada. Se, inicialmente, o livro de Verney provocou uma grande polêmica, mas sem grandes expectativas de que uma mudança profunda no sistema educacional pudesse ser realmente realizada, a expulsão dos jesuítas de todo o império português obrigou o Estado a realizar, de maneira imediata, uma profunda transformação no sistema educacional, a qual foi baseada nos escritos de Verney.

Um dos pontos que mais incomodavam Verney em relação ao ensino dos jesuítas era a vontade que eles tinham de que seus alunos aprendessem latim de forma a se tornarem especialistas nessa língua. Segundo apontava, não conseguia compreender a necessidade de o ensino ser feito para os iniciantes na língua diretamente na língua romana, o que, na sua opinião, mais atrapalhava do que incentivava o ensino (Carvalho, 1978, p. 68).

Além disso, Verney entendia que muitos na sociedade portuguesa utilizavam palavras em latim sem haver uma necessidade clara para isso, simplesmente pelo fato de o latim ter se tornado um certo modismo, uma forma de distinção social. Logo, recomendava que se usassem mais palavras em português, que podiam ser tão belas quanto as latinas, além de serem mais acessíveis (Carvalho, 1978, p. 65).

Os reformadores propunham uma redução do próprio conteúdo a ser ensinado, o que de certa forma reduzia o conhecimento aprendido, algo que, como sabido, foi muito criticado por Andrade:

Enquanto os jesuítas se propunham a ensinar o aluno a falar latim e conhecer a literatura como se de língua viva se tratasse, dado o uso que se tinha, os reformadores setecentistas contentavam-se com a aprendizagem perfunctória, que bastasse para entender o idioma de Lácio, com especial atenção pela sua Literatura (1981, p. 20).

Um dos efeitos mais salientes da expulsão dos jesuítas de todo o império português foi a necessidade de se criar todo um aparato educacional; até mesmo a expulsão era gerida pelos membros da Companhia de Jesus, além de outras ordens religiosas católicas, sem a necessidade de intervenção do Estado para o seu funcionamento e nem o financiamento dele – o aparato educacional. Por mais que a reforma dos Estudos Menores tivesse sido teorizada em seus aspectos essenciais por Luís António Verney, com o seu famoso *Verdadeiro método de estudar*, e por António Nunes Ribeiro Sanchez, com *Cartas para educação da mocidade*, os livros

causaram um abalo na estrutura educacional dos inacianos e serviram de base intelectual para a redação do Alvará dos Estudos Menores, que estabeleceu os moldes da educação a ser seguida a partir da expulsão dos jesuítas em 1759.

As acusações mais comuns em relação ao ensino dos jesuítas presentes em ambas as obras citadas é o excessivo formalismo que o ensino dos inacianos apresentava, com a demora exagerada para formar seus estudantes. Os autores acreditavam que todos sairiam ganhando com a simplificação do ensino. Para o Estado, significaria formar mais rapidamente as pessoas que futuramente ocupariam os cargos administrativos então vagos e que exigiam profissionais qualificados. O império também carecia de comerciantes atualizados com as técnicas mais avançadas de contabilidade, capazes de competir em melhores condições com seus pares estrangeiros. Além disso, a simplificação do ensino poderia, em tese, despertar maior interesse dos alunos, já que o aprendizado se tornaria mais simples e acessível.

Outra situação que complicava a prática do ensino dos jesuítas é a ascensão da Congregação do Oratório, que, nas décadas anteriores à expulsão dos inacianos, ganhou cada vez mais espaço na administração portuguesa, conquistando alguns dos privilégios antes reservados somente aos jesuítas. No plano educacional, a situação de monopólio começou a ser alterada pelos oratorianos com a publicação do *Novo Método de Gramática Latina da Congregação do Oratório*, em 1752, que apresentou a metodologia a ser empregada oficialmente durante a aplicação da reforma, com uma simplificação da sintaxe e uma forte tentativa de tornar o ensino de latim mais acessível.

Essas críticas provocaram uma profunda perturbação na calma de que os jesuítas desfrutavam no controle do edifício educacional português, tendo que se pronunciar diante das acusações de estarem mantendo um método atrasado em relação às necessidades de um Estado moderno e de que o faziam por estarem mais preocupados em formar futuros quadros para sua hierarquia do que qualquer outra coisa. Mas, apesar desse incômodo, não parecia, antes da expulsão da Companhia, que uma grande mudança seria efetivada.

De uma maneira prática, o discurso vigente depois da reforma dos Estudos Menores era de que se desejava que o ensino se enquadrasse nos termos da modernidade e não mais nos desígnios de uma ordem católica contrarreformista com interesses próprios e que estava formando seus estudantes de maneira excessivamente lenta e ao mesmo tempo os deixando despreparados ao longo de vários anos de estudo.

O que o Marquês de Pombal e outros intelectuais reformistas antes dele desejavam era uma centralização da educação, com a monarquia estando à frente do processo de formação dos seus súditos para torná-los mais capacitados para um mundo com uma competição

comercial cada vez mais intensa, com a necessidade de gestão de territórios além-mar, além da defesa dos interesses portugueses. Tudo isso seria difícil de realizar sem um enfrentamento ao controle jesuíta da educação.

A reforma estabeleceu, assim, um novo padrão para o ensino, especialmente para o dos seus súditos mais abastados, com a criação das Aulas de Comércio, que seriam a base para a criação de uma burguesia nacional intelectualmente a par das mais novas técnicas contábeis, para que pudesse competir com os comerciantes estrangeiros tão presentes em Lisboa e no Porto, além da disseminação de técnicas para um desenvolvimento industrial que começaria a ser empregado durante o período pombalino. A situação de atraso intelectual era gritante, como aponta Teles (2022, p. 289): “Além disso, enquanto os filhos de mercadores estrangeiros haviam praticado a escrituração de partidas dobradas em estágio na Inglaterra, França e Holanda, muitos filhos de comerciantes portugueses sequer sabiam ler e escrever”.

A maior referência da transformação educacional que começou a ser imposta com a reforma foi a criação do Colégio dos Nobres, instituição especialmente preparada para dignificar a nobreza portuguesa, incentivando-a a um estudo em consonância com os ideais iluministas em ascensão durante o século XVIII, como já tinha proposto o estrangeirado Ribeiro Sanches.

O que estava sendo proposto e começando a ser realizado era a criação de um novo tipo de nobre que não fosse conhecido somente pela bravura militar, mas que também tivesse conhecimentos úteis à nação em tempos de paz, como registrou Carvalho:

Nestas condições, a educação do nobre deveria ser feita por intermédio dos estudos indispensáveis à arte militar: matemática, física, astronomia, nas suas múltiplas aplicações, além do conhecimento das letras clássicas, como o latim e o grego, da retórica, da história, da poesia e das línguas vivas. Somente desta forma poderia contar o Estado não apenas com a valentia, mas ainda com as letras de seus fidalgos (1978, p. 144).

O Real Colégio dos Nobres foi a maior expressão da reforma, a sua forma ideal, e o grande modelo de súdito era formado dentro dessa instituição. Com um currículo realmente robusto, buscava-se transformar a mentalidade da nobreza lusitana, estabelecendo de fato a distinção entre essa classe e as demais da sociedade através dos novos conhecimentos, além de incrementar a capacidade militar do Reino com a criação desse novo tipo de nobre. O Colégio estabeleceu também uma diferença fundamental em relação às outras instituições educacionais, com o ensino sendo realizado de modo integral, sem a presença de religiosos, o que levou a eventuais problemas de disciplina na instituição (Carvalho, 1978, p. 147).

O Colégio dos Nobres foi, em termos gerais, um grande fracasso, já que demorou muito para iniciar suas atividades devido à vontade da Administração de conseguir diretores e professores estrangeiros – algo que a fez experimentar dificuldades. Depois, ao não conseguir manter alguns desses professores, o funcionamento da instituição foi prejudicado, e o aproveitamento dos estudos lá realizados foi baixo (Carvalho, 1986, p. 451).

Buscava-se transformar a situação de relaxamento intelectual experienciada por muitos dos nobres até o momento anterior à reforma educacional. Sua criação em março de 1761, menos de dois anos após a expulsão da Companhia de Jesus, mostra o empenho dos reformadores em transformar a cultura nobiliárquica portuguesa. O problema é que os contratempos supracitados fizeram com que o Colégio só fosse aberto efetivamente em 1766, cinco anos depois da sua criação, obtendo fracos resultados, como já mencionamos.

A crise da educação portuguesa era também de reputação pública. Em vários outros países da Europa, Portugal era tido como um país excessivamente religioso e com um ensino defasado, como salienta Falcon (1993, p. 202): “Durante o século XVIII ficou evidente que Portugal se isolara do resto de Portugal numa ‘Ilha de Pureza’ e que sua adesão a ortodoxias estreitas não contribuíra para o prestígio da reputação intelectual de Portugal no exterior e nem para o desenvolvimento econômico do país”.

Os inicianos, enquanto controlavam boa parte da educação básica e as universidades portuguesas, foram atacados por serem intelectualmente ensimesmados, sem grande vontade ou mesmo necessidade de buscar outras referências intelectuais e, de forma prática, abrir suas mentes para o mundo moderno e de ideário iluminista que estava se formando na Europa em constante mudança, segundo Falcon:

No nível político, a presença eclesiástica, sua importância, tanto política quanto econômica e sua dominação ideológica retardaram a secularização e causam sérios transtornos à própria razão do Estado. [...] Nesse universo mental, dominado em larga escala pelo marasmo, pela estagnação, o abalo e o corte só se verificam realmente com o *Verdadeiro Método de Estudar* (1993, p. 156-157).

Essa constatação de uma ordem realmente fechada em si mesma não é ponto pacífico entre os historiadores; inclusive, um dos mais destacados no estudo da reforma dos Estudos Menores, o português António Alberto Banha de Andrade, vinculado à Companhia de Jesus, rebateu enfaticamente essa afirmação:

Se nas aulas de Matemática, se estudava esfera, geografia, geometria, trigonometria, astronomia, estática, óptica, dióptrica, catóptrica e fortificação, na filosofia, não faltavam já, igualmente, questões de Mecânica, Hidrostática, Óptica, teoria das cores,

formação do arco-íris, diafaneidade dos corpos e sistemas celestes. De entrada resume-se a história da filosofia, com menção de Galileu, Bacon, Descartes, Newton, Gravesande, Musschenbroeck, Bernouilli, Buffon, Benjamin Franklin, etc., etc. (Banha de Andrade, 1981, p. 28).

Essa diferença de opiniões tão distantes é bem comum para quem se dedica ao estudo da época pombalina; difícil é encontrar algum período mais controverso na historiografia luso-brasileira, e mesmo historiadores modernos – como os últimos citados – registram o tema de forma díspar. Poucas épocas se enquadram mais nas noções de representação legadas por Chartier. Parece-nos que o Marquês de Pombal conseguiu um feito provavelmente não esperado por ele no pós-morte: tornou-se mais polêmico do que em vida, com poucos historiadores que analisaram a ele e seu governo, estando imunes a demonstrarem exaltadas paixões ao comentarem as ações do estadista português.

Aproveitamos, então, para citar o próprio Chartier (1988, p. 22) ao dizer que “A relação de representação é assim confundida pela acção da imaginação, ‘essa parte dominante do homem, essa mestra do erro e da falsidade’, que faz tomar logro pela verdade, que ostenta os signos visíveis como provas de uma realidade que não o é”.

O que fazem esses historiadores é representar uma realidade que para eles é evidente. Mesmo que a verdade em si não possa ser apreendida pelo historiador, dificilmente se consegue escapar da armadilha de ser um acusador de Pombal ou um ferrenho defensor devido às atitudes polêmicas que ele executou durante o seu governo. Cabe a nós tentar manter, na medida do possível, uma certa isenção quanto a essas polêmicas, registrando os pontos de vista distintos e tentando, a partir do confronto entre eles, gerar uma interpretação bem embasada e coerente dos fatos, ainda que nunca totalmente fidedigna.

Acreditamos que será de bastante utilidade neste momento contextualizarmos a atuação da Companhia de Jesus no império português e como essa ordem religiosa se tornou preponderante em toda a educação portuguesa. A realidade é que o fator geográfico ajudou a ordem, que iniciou seus trabalhos na Espanha com Inácio de Loyola, em 1534, sendo reconhecida através de uma bula papal em 1540.

Nesse mesmo ano de 1540, já receberam permissão real para atuar em Portugal e nos seus domínios missionários voluntariosos e estudiosos destacados. Os jesuítas rapidamente conseguiram vantagens como ordem para agir mais livremente pelo império lusitano, obtendo cada vez mais o controle da educação portuguesa ao longo dos séculos, chegando ao ponto de ter quase o monopólio da educação básica (Carvalho, 1978, p. 34).

A expansão dos colégios jesuítas muitas vezes vinha acompanhada pela ampliação dos negócios a que a ordem se dedicava, com fatores econômicos e educacionais caminhando lado a lado, como aponta Carvalho:

Pelas Constituições da Companhia de Jesus, somente os Colégios e as Casas de Formação poderiam possuir bens que lhes garantissem o sustento do trabalho pedagógico e missionário. Não resta dúvida, portanto, que a expansão do ensino jesuítico, no reino como nos domínios portugueses, foi condicionada por este relevante fator (1978, p. 110).

Durante o tempo em que atuaram em Portugal, os jesuítas foram entendidos mais como aliados do império do que como potenciais inimigos da autoridade estabelecida; não que tudo tenha se desenrolado de maneira impassível, já que esse favoritismo da monarquia em relação aos jesuítas certamente gerou tensões com outras ordens religiosas, como aconteceu com os oratorianos antes da sua expulsão. Mas muitas vezes os jesuítas atuaram como aliados da colonização, com seus colégios servindo como bases para expansão do império, como ocorreu no Grão-Pará (Carvalho, 1978, p. 111).

Os jesuítas, porém, eram essencialmente organizados em todas as ações que realizavam, e com a educação não era diferente. Os educadores inicianos seguiam o *Ratio Studiorum*, obra que regulava nos mínimos detalhes como deveria ser realizado todo o processo educacional, promovendo uma formação calcada nas humanidades e no ensino, além das ciências e de um cuidado especial para o ensino do latim – ensinado diretamente com obras de autores greco-romanos (Aranha, 2006, p. 203-205).

Pelo empenho com que ensinavam e pelo interesse em se tornarem uma ordem religiosa voltada à aquisição e difusão do conhecimento vigente depois da Contrarreforma Católica, os jesuítas se dedicaram a ser o “braço” da Igreja na defesa de sua base intelectual, o que representou certo conservadorismo, especialmente no campo filosófico. Contudo, isso não os isolava dos novos conhecimentos, que continuaram a ser aprendidos e difundidos entre seus membros, especialmente nas universidades, como a de Coimbra, que estava sob sua gestão (Andrade, 1981, p. 28).

Tratando mais especificamente da reforma dos Estudos Menores, ela pode ser dividida em duas fases distintas. A primeira, foco deste trabalho, ocorreu em 1759, ano da expulsão da Companhia de Jesus de todo o império português. Nesse momento, foi instituída a profissão de professor régio, proibido o método de ensino jesuítico vigente até então e adotadas providências para a organização do ensino. A segunda fase deu-se em 1772, com a promulgação da lei que estabeleceu as classes de Primeiras Letras como responsabilidade estatal, além de criar o

Subsídio Literário, imposto destinado ao financiamento da educação em todo o império português.

Com o Alvará de 28 de junho de 1759, que formalizou a primeira fase da reforma dos Estudos Menores, a educação passou a ser organizada em classes régias. Nelas eram ensinados gramática latina, grego, retórica e poética aos alunos que já tinham concluído a educação básica. Já as chamadas classes de Primeiras Letras consistiam em aulas de alfabetização, leitura e fundamentos de matemática, ministradas pelos chamados mestres régios.

Apesar de englobadas na esfera dos Estudos Menores, as classes de Primeiras Letras não tiveram uma atenção especial na redação do Alvará. Um outro aspecto muito relevante dele é que não fixa especificamente qual seria o recurso utilizado para o pagamento dos professores, agora empregados como funcionários régios.

Entretanto, foi estabelecido o valor da remuneração dos professores. Os mestres régios deveriam receber entre 40 e 90 mil réis anuais, a depender da localidade em que atuassem. Por sua vez, os professores de gramática latina recebiam entre 100 e 400 mil réis; os de grego e retórica, entre 280 e 440 mil réis; e os de filosofia, entre 320 e 460 mil réis anuais. Além disso, os professores que atuavam em Lisboa recebiam um adicional de 100 mil réis para o custeio da casa onde ministravam as aulas, muitas vezes a mesma em que residiam (Carvalho, 1986, p. 457).

Ainda que recebessem regularmente seus vencimentos, esses mestres e professores régios tinham grandes dificuldades para sobreviver com esse mísero salário. Como durante a primeira fase da reforma dos Estudos Menores, na maior parte dos casos esses valores não foram sequer pagos – a vida dos professores era repleta de dificuldades.

Há, porém, pesquisadores da educação que não concordam com a ideia de que a reforma realmente realizou grandes mudanças na educação portuguesa, como é o caso de Rómulo de Carvalho, que considera que a reforma nem pode ser assim chamada:

Não se trata, portanto, de uma reforma, embora o próprio termo seja empregado no alvará, mas da substituição de um método, substituição que aliás não irá ser feita por um método novo, mas pelo método já utilizado a duzentos anos, com as actualizações consideradas necessárias (1986, p. 430).

Na nossa perspectiva, esse diagnóstico é exagerado, uma vez que, apesar de as disciplinas continuarem basicamente as mesmas, houve mais do que uma mera simplificação do ensino: realizou-se um realinhamento do propósito do ensino, que agora seguia os desígnios de um Estado absolutista. Houve uma secularização do ensino, abrindo portas para que os

leigos também pudessem ensinar, e, mais do que isso, a profissão de professor régio foi estabelecida. Pode-se discutir se a reforma trouxe efeitos positivos ou negativos, mas é seguro afirmar que a educação imperial lusitana foi profundamente alterada a partir dela.

Com a reforma foi garantido um novo status: a partir daquele momento, os professores régios admitidos em exame público também receberiam um título de nobreza, passando a ser *Professoribus e Medicis*, o que lhes dava, entre outras coisas, o direito de não serem presos (Silva, 2006, p. 102).

Naquele momento, a Administração estava se propondo realmente a implementar uma grande infraestrutura escolar, já que o ideal proposto não foi o de criar grandes colégios reunindo mestres e alunos diversos num mesmo local; na verdade, se propunha o sistema de aulas avulsas, com cada professor, em teoria, ensinando apenas uma disciplina e os alunos frequentando diversas classes em locais diferentes, porque o mais comum era os professores utilizarem o espaço das suas próprias residências para realizar as aulas.

Tratando da aplicação da reforma, ela começou a ser organizada logo após a expulsão dos jesuítas, em 1759, com a criação da Diretoria-Geral de Estudos. Esse novo órgão governamental ficou responsável pela gestão do sistema educacional recém-criado: desde a definição dos exames a serem aplicados aos candidatos a professores – que deveriam ser aprovados em concurso público para, então, serem designados como professores régios e, conseqüentemente, funcionários régios – até a determinação do número de classes a serem abertas, além de velar pela execução dos novos métodos estabelecidos (Silva, 2006, p. 80-81).

Foi definido que o primeiro Diretor-Geral seria Dom Tomás de Almeida, figura proeminente na Igreja lisboeta e também fervoroso defensor dos novos métodos a serem empregados na reforma dos Estudos Menores. De acordo com o Alvará que o estabeleceu na função, ele teria diversas obrigações, cabendo-lhe verificar anualmente o andamento da reforma, observar a atuação dos professores, podendo demiti-los se a necessidade assim exigisse, e também uniformizar o ensino conforme os novos métodos.

Passou-se rapidamente aos exames de seleção, que ocorreram não muito tempo após a expulsão dos jesuítas, pois o Alvará dos Estudos Menores estabeleceu que, em cada um dos bairros de Lisboa, deveria haver um professor com classe aberta e também determinou que ninguém poderia ensinar sem a autorização de Dom Tomás de Almeida. Mesmo o ensino doméstico e não remunerado estava proibido. Qualquer um que ensinasse, especialmente utilizando-se do método dos inacianos, estava suscetível à prisão; então logo se fizeram os primeiros exames públicos.

Os exames aconteceram de forma tranquila, com os aprovados já estando cientes da necessidade de se aterem ao ensino com os novos manuais propostos pelos oratorianos, que deveriam ser o novo padrão, como estabelecia a lei. A questão mais problemática foi a demora para a realização da nomeação efetiva dos professores. Além dos primeiros – nomeados de forma emergencial após a reforma –, outros professores foram aprovados posteriormente, mas não receberam qualquer esperança legal de serem incorporados à hierarquia estatal.

Quanto a esses últimos professores, eles se viram em um processo de indefinição: por um lado, o Estado reconhecia as capacidades deles através da sua aprovação, por outro não os incorporava à sua hierarquia. Esses profissionais tiveram de se resignar a uma luta diária pela sobrevivência, buscando, de forma independente, meios de sustento.

É necessário que sejamos justos com o diretor-geral em um ponto: ele, desde a sua nomeação, foi um funcionário dedicado que assumiu a difícil tarefa de elaborar um sistema educacional que deveria impactar não só Portugal, mas os outros territórios do império lusitano, algo que nunca tinha sido feito antes. Ele insistiu para que a Administração desse providências quanto à remuneração dos professores e os nomeasse de maneira oficial; mas, sem obter grandes conquistas durante o tempo em que atuou, foi diversas vezes ignorado quando trouxe esse assunto à pauta (Andrade, 1981, p. 97).

Apesar disso, a reforma dos Estudos Menores não encontrou grandes resistências em Portugal, sendo, em geral, bem aceita em seus anos iniciais, com as aulas iniciando de forma acelerada para suprir a ausência dos antigos mestres. Contudo, algumas pessoas foram presas por ainda utilizarem a Gramática do padre Alvarez – renomado jesuíta que era referência para os estudos de gramática latina antes da reforma –, sendo liberadas após assinarem um termo no qual se comprometiam a não mais ensinar pelo antigo método (Carvalho, 1978, p. 121).

O que ocorreu, no entanto, não foi uma aceitação absoluta da reforma, situação que nunca foi totalmente resolvida, já que a administração nunca conseguiu entregar os manuais com o novo método dos oratorianos em uma quantidade compatível com a necessidade de instruir todos os novos professores – em sua maioria não inteirados das novidades que a reforma abrupta acabou por ocasionar. Mesmo com o espetáculo da busca forçada e da queima das gramáticas alvaristas, o método dos jesuítas continuou corrente de maneira extraoficial (Andrade, 1981, p. 103).

Com o passar dos anos, os verdadeiros problemas da reforma começaram a aparecer, especialmente a falta de professores fora das maiores cidades portuguesas e a dificuldade em encontrar professores para aulas de grego e retórica (Carvalho, 1978, p. 122).

Isso tornou ainda mais evidente que o projeto da reforma foi realizado de maneira intempestiva, excluindo os inicianos do império português. Sem professores capacitados, a reforma buscava secularizar o ensino, colocando o Estado como organizador do processo educacional e permitindo que não apenas clérigos pudessem ensinar. O Alvará estabelecia que aqueles aprovados no exame proposto pela Diretoria-Geral estariam aptos a lecionar, mas poucos na sociedade portuguesa possuíam essa capacitação, sendo os religiosos ainda a maioria dos professores após a reforma. Além disso, a falta de uma remuneração adequada e confiável afastou muitos potenciais candidatos.

Apesar de a legislação não trazer exatamente como os professores seriam pagos, foi estabelecido o valor que eles deveriam receber, sendo 400 mil réis anuais para os professores de latim e 450 mil réis anuais para os professores de retórica (Andrade, 1981, p. 132). Tais valores não eram capazes de fornecer uma vida digna aos professores mesmo se recebessem regularmente esses valores, o que na prática não acontecia.

A Diretoria-Geral esperava poder contar com os oratorianos para substituir os professores jesuítas, mas a realidade não se configurou dessa maneira. A Congregação do Oratório não contava com os mesmos números que os inicianos e, apesar de apresentar um projeto educacional sólido o bastante para substituir o método que era padrão até a expulsão, não contou com a adesão ampla dos seus membros para servirem como professores, o que fez com que a falta de pessoal qualificado para executar a reforma educacional fosse uma constante durante a época pombalina, muito embora os oratorianos tivessem contribuído com a elaboração da legislação educacional que fundamentara a reforma (Andrade, 1981, p. 74).

Ao longo dos anos em que atuou como Diretor-Geral dos Estudos, Dom Tomás de Almeida tentou de forma insistente executar a reforma educacional que ele acreditava ser capaz de transformar a cultura intelectual do império português, mas a prática o levou a perceber que seus poderes eram menores do que ele supunha. Ademais, a falta de uma remuneração constante dos professores fez com que seus intentos nunca prosperassem plenamente. Com isso, Almeida foi aos poucos resignando-se diante das dificuldades que percebia.

A reforma dos Estudos Menores nunca foi plenamente realizada mesmo nas grandes cidades portuguesas, ao passo que nas menores o ensino foi realizado de maneira errática – quando era realmente realizado. A Diretoria-Geral de Estudos terminou por perder a sua razão de existir com a criação de um novo órgão, a Real Mesa Censória, criada em 1768. Ela era composta por uma união de clérigos e leigos destacados e foi responsável pela censura de obras literárias. Contudo, poucos anos depois da sua criação, assumiu o controle dos Estudos Menores em todo o império, encerrando a administração de Dom Tomás de Almeida. Sem

grandes sucessos e sem conseguir implementar realmente a reforma que ele desejava, sua era foi marcada pela falta de financiamento e de mestres para executar as mudanças pretendidas (Maxwell, 1996, p. 123).

Foi somente em 1772, na segunda fase da reforma, que o problema da falta de remuneração dos professores começou a ser solucionado, com a instituição do subsídio literário, imposto a ser cobrado sobre a venda de alguns produtos, como a carne e a aguardente (Maxwell, 1996, p. 123). Não que a criação do imposto tenha solucionado completamente o problema do pagamento dos professores, mas, ao estabelecer uma fonte específica de arrecadação, a Administração passou a ter um meio mais organizado de custear os vencimentos. Embora os pagamentos nem sempre tenham sido realizados corretamente, a lei garantiu uma arrecadação e um pagamento mais regulares, contribuindo, assim, para o aumento do número de professores ao lhes proporcionar uma base mais segura para reivindicar seus vencimentos.

Também é um fato relevante, na segunda fase da reforma dos Estudos Menores em 1772, o estabelecimento do ensino de Primeiras Letras como responsabilidade do Estado, que passava a incluir os mestres de Primeiras Letras na sua hierarquia. Embora recebessem um salário inferior ao dos professores de Humanidades (gramática latina, grego, retórica e poética), passaram a ser reconhecidos legalmente e a pleitear uma remuneração do Estado.

A reforma dos Estudos Menores só começou realmente a ser implementada após a criação do subsídio literário. Somente após a criação de uma previsão legal o número de escolas e de professores começou a aumentar e a vacância gerada pela expulsão começou a ser suprida. Entretanto, é seguro dizer que a maior parte dos novos professores não tinha o mesmo refino intelectual dos inicianos. A necessidade de conseguir mais professores fez com que a rigidez dos exames iniciais executados por Dom Tomás de Almeida fosse muito reduzida. Com isso, ganhou-se em quantidade, mas nem sempre em qualidade do ensino, que continuava mal financiado e, conseqüentemente, carecia de mais incentivos para que os professores se aprimorassem intelectualmente.

Também é preciso que esclareçamos um pouco mais o contexto da implementação da reforma em Portugal. A expulsão da Companhia de Jesus criou um impacto grande na sociedade portuguesa, com a administração pombalina envolvendo-se numa grande polémica com a Igreja Católica, necessitando focar sua atenção em reduzir potenciais atritos com a sua população, ponto em que ela foi bem-sucedida, não se observando grandes manifestações públicas contra a expulsão da Companhia por parte da população.

Além disso, o envolvimento de Portugal na Guerra dos Sete Anos e a invasão espanhola prejudicaram a aplicação da reforma educacional, visto que muitos alunos foram convocados

para o serviço militar. Isso frustrou Dom Tomás de Almeida, que esperava contar com esses alunos como defensores do novo método implementado. O andamento dos Estudos Menores em Portugal durante os anos do conflito (1762-1763) foi, portanto, prejudicado, sendo realizado de modo mais regular apenas em Lisboa, Coimbra, Évora e Porto (Carvalho, 1978, p. 125).

Em suma, o governo pombalino teve que lidar com diversas crises ao longo da sua era de poder. O ensino era uma área relevante no processo de reforma do império português implementado pelo marquês, mas outras questões foram consideradas mais urgentes dentro do contexto de um império intercontinental, relegando a educação a um segundo plano.

Inicialmente, o governo pombalino não se preocupou em estabelecer uma remuneração constante para os professores, acostumados a práticas de outra época, como explica Carrato:

Não sei se por ingenuidade, rotina ou inexperiência, o Govêrno Régio continuou a pensar que não havia necessidade de dinheiro para dar escolas ao povo, que os professôres régios não precisavam de ordenados para trabalhar, que seriam apóstolos como os antigos jesuítas, que dispensavam ordenados ou os tiravam dos seus próprios recursos, sem incomodar a Real Fazenda... As autoridades régias pareciam confiar, assim, que seus pedagogos tinham de ser abnegados, desinteressados das coisas materiais, como o haviam sido os jesuítas expulsos (1968, p. 146).

Somente quando ficou mais evidente que o funcionamento dos Estudos Menores era impossível sem o Estado intervir diretamente nessa questão, garantindo o pagamento dos professores, ou ao menos a esperança de um pagamento, a reforma começou a ser realmente empreendida, com a expansão do ensino e dos professores régios.

1.4 O DESENVOLVIMENTO DA REFORMA DOS ESTUDOS MENORES NO BRASIL

Antes de tudo, é interessante fazermos um esclarecimento: ao longo deste tópico, abordaremos a reforma dos Estudos Menores de maneira mais ampla ao versarmos acerca dos resultados da sua implantação no território brasileiro, pois trataremos os resultados da reforma de maneira mais particular em um capítulo mais adiante, no qual detalharemos a reforma em suas especificidades regionais, através das teses e dissertações que abordam mais especificamente a aplicação da reforma dos Estudos Menores no Brasil.

Um dos impactos mais diretos da expulsão dos jesuítas e da ação estatal de criar um sistema de diretores leigos, provenientes das elites locais, responsáveis pela administração de vários aspectos da vida dos nativos aldeados como estabelecia a legislação foi a maneira distinta como a educação ministrada a eles passou a ser realizada, proibindo-se a catequese

diretamente na língua das sociedades nativas e o uso da língua-geral – reputada como invenção demoníaca pelo discurso oficial.

Foi implementada a Lei do Diretório dos Índios em 1755, que “libertava” os indígenas da tutela dos membros da Companhia de Jesus e repassava a organização dos aldeamentos em que viviam para as mãos de diretores escolhidos entre as elites locais, os quais deveriam zelar pela proteção e pelo ensino dos povos.

Começou, assim, uma nova fase da colonização, com a obrigação do ensino completamente em português. Para garantir que esse intento fosse cumprido, toda a comunicação oficial só poderia ser realizada em português. A partir da expulsão dos inicianos, quando o projeto passou a vigorar oficialmente, os nativos deixaram de contar com intermediários, como os jesuítas, para se comunicarem com a Administração. Com isso, houve um processo de aprendizado forçado do português, no caso dos adultos, e de alfabetização na língua lusitana, no caso das crianças.

A historiografia já se deteve, de forma consistente, no quanto esse processo de expulsão dos jesuítas e da criação do Diretório foi nocivo para os nativos (Andrade, 1978, p. 12). Esse processo não é o foco deste trabalho, mas constitui um ponto importante a ser mencionado, já que a mudança educacional pombalina começou a ser implantada no Brasil com a exigência de se acabar com o uso das línguas nativas.

Tratando da educação que os jesuítas promoviam, seu intento era promover uma sólida formação aos seus alunos. Eles se dedicavam especialmente a educar os filhos dos mais abastados colonos, mas não chegaram a desprezar completamente a educação dos mais pobres, e mesmo dos nativos, fornecendo uma educação gratuita, muitas vezes, aos últimos, uma vez que os vencimentos dos seus outros negócios, como a agropecuária, conseguiam cobrir os custos dessa educação.

O grande foco dos jesuítas era, realmente, formar os filhos não primogênitos da elite colonial, dando-lhes uma boa formação para que depois pudessem se encaminhar para Coimbra, principalmente para a carreira eclesiástica, por isso havia um grande foco nos estudos de latim durante a formação do estudante (Cardoso, 2002, p. 13).

Ao manter uma organização social dessa forma, a monarquia acabava por criar uma situação de desigualdade entre os desiguais, porque o estudo era tido na vida cotidiana como algo pouco útil. Aos primogênitos era ofertada uma educação mais simples que os capacitava somente para gerir suas propriedades, enquanto aqueles que se dedicavam aos estudos estavam sempre alijados do controle do poder econômico, com seus saberes entendidos, muitas das vezes, como forma de passatempo.

A expulsão dos inicianos do Brasil teve um impacto ainda mais intenso no país do que em Portugal. A imediata exclusão deles da convivência com os colonos desestruturou o edifício educacional brasileiro ainda mais do que no Reino. Se em Portugal, como detalhamos anteriormente, as dificuldades para substituir os professores jesuítas era enorme, no Brasil a situação foi ainda mais catastrófica. As dificuldades de se conseguir mestres aptos a realizarem a reforma foi bem mais grave.

Buscou-se remediar a falta de professores tão logo foi extinta a Companhia de Jesus no Brasil. Para tanto, foi realizado, em 5 de fevereiro de 1760, um exame público para seleção de professores na capital do país à época, a cidade de Salvador. Dezenove docentes foram aprovados nesse exame e estavam aptos a exercer suas funções (Silva, 2006, p. 88).

Também houve o envio de alguns poucos professores de Portugal para o Brasil, como ocorreu em Pernambuco, mas eles enfrentaram dificuldades para executar a reforma. O choque cultural foi profundo, e foi necessário utilizar a coerção para garantir que os alunos não evadissem completamente das turmas, estando eles e seus pais convencidos de que o método dos inicianos era o único a ser considerado em questão de aprendizagem (Andrade, 1978, p. 64). Também houve a participação de alguns oratorianos na aplicação da reforma no país, mas eles não conseguiram atingir o mesmo desempenho de seus colegas em Portugal, pois a vivência no Brasil exigia deles uma coragem que não conseguiram demonstrar como professores (Carrato, 1968, p. 131). Além disso, esses docentes não eram suficientes para suprir, sozinhos, a carência de professores constatada em todo o território brasileiro.

A grande questão é que, como quase tudo que ocorreu antes da segunda fase da reforma em 1772, com a criação do Subsídio Literário, não havia financiamento constante para os professores, nem garantia de integração oficial à hierarquia estatal. Assim, muitos tiveram de lidar com a falta de uma remuneração estável.

Na vida prática, esses professores tinham de recorrer aos pais dos seus alunos em busca de uma remuneração. Mas, a inconstância do número de alunos e do pagamento dos pais não garantia uma remuneração constante, tornando o magistério uma profissão pouco almejada na primeira fase da reforma dos Estudos Menores.

Como já mencionamos, um dos intentos da reforma dos Estudos Menores era secularizar o ensino através de uma abertura maior da escolarização para que outros – não apenas religiosos – pudessem lecionar. A legislação estabelecia que quem quisesse se tornar professor régio deveria realizar exames nas maiores cidades do Brasil e, quando aprovado, conseguiria o reconhecimento da sua aprovação também pelas autoridades portuguesas. A realidade, no entanto, era outra, como bem observa Silva:

Por toda essa adversidade, afirmamos que a solicitação pela abertura de cadeiras tinha um percurso muito variado podendo seguir mais comumente três formas: a postulação unicamente por iniciativa da Câmara; o pedido realizado pela comunidade através de documento redigido por um escrivão que o remetia à Câmara, em nome da coletividade e o meio mais comum que se tratava da manifestação por parte de algum indivíduo interessado em ser provido no cargo, e que na maioria dos casos argumentava que procurava atender às necessidades da mocidade — de uma dada localidade — que se encontrava desprovida das “luzes” da instrução. (2006, p. 133).

Com um processo que dependia mais da autorização das Câmaras locais do que de um exame público com regras rígidas, estavam abertas as portas para o clientelismo local realmente exercer sua força durante a escolha dos professores régios, pois os professores precisavam ser benquistos pelos membros da Câmara se quisessem conseguir seu cargo. Fortalecia-se, desse modo, o poder das elites locais para decidir quais eram os candidatos realmente aptos, o que nem sempre foi decidido pelo mérito individual propriamente dito.

Por outro lado, um dos grandes empecilhos para a execução da reforma foi, como ocorreu em Portugal, a falta de manuais com os novos métodos de ensino a serem executados pelos professores. Então, em terras brasileiras, continuou-se a utilizar os antigos manuais já conhecidos (Andrade, 1978, p. 29).

Assim como em Portugal, no Brasil a situação da reforma só começou a melhorar com a instituição do Subsídio Literário em 1772, durante a segunda fase da reforma, quando se estabeleceu uma perspectiva de financiamento da educação. A partir desse momento, começou a crescer o número de interessados em exercer a função de mestres e professores. No entanto, a Administração nunca conseguiu uma arrecadação regular e constante que fosse capaz de resolver integralmente o financiamento de todo o sistema educacional e o pagamento dos profissionais da educação.

A possível explicação para esse fracasso é trazida por Carrato:

Como a Universidade de Coimbra atendia às suas despesas com rendas próprias, era de esperar que toda a receita do tributo fôsse aplicada inteira no ensino das primeiras letras e das humanidades. Todavia, essa esperança logo se frustrou, pois grande parte do contributo começou, desde o primeiro momento, a ser desviada para a manutenção dos cursos da Aula de Comércio e do Colégio dos Nobres, aliás dispendiosos, e logo em seguida iriam ser ainda mais defraudados os seus propósitos iniciais, quando dêle passaram a retirar verbas importantes para subvencionar, até com certo escândalo, a Academia das Ciências de Lisboa, a Academia da Marinha, a Biblioteca Pública, etc (1968, p. 133-134).

Se já era difícil convencer a população da necessidade do pagamento de mais um imposto – o qual era cobrado até mesmo das vilas e freguesias que não contavam com

professores régios (Dias, 2009, p. 36) –, com a falta de resultados práticos provenientes dessa cobrança, a sonegação do imposto tornou-se uma prática bastante comum na colônia. Formava-se, assim, um ciclo muito complicado para o desenvolvimento da educação no Brasil.

De uma parte, os colonos se ressentiam pelo pagamento de mais um imposto; de outro, a Administração não conseguia suprir a educação com os recursos financeiros e materiais, pois seus interesses mais imediatos eram outros que não a educação colonial. Como resultado disso, tivemos uma educação que dependia muito mais dos méritos individuais dos seus professores do que do apoio da estrutura educacional metropolitana.

Entretanto, após a criação do Subsídio Literário, o número de mestres e professores régios só cresceu, mesmo sendo sabido que os salários não eram pagos em dia, e muito menos com certa regularidade, o que nos leva a tentar entender por que esses profissionais se submetiam a essa situação. Dias aponta as razões:

Enquanto funcionários do Estado, não gozavam de nenhuma segurança profissional e dificilmente fariam carreira permanecendo na sua localidade. Financeiramente não era uma profissão muito vantajosa, mas poderia servir de degrau para outras mais rentáveis, e para a obtenção de benefícios e certo status. Portanto o cargo de professor trazia consigo privilégios, prestígio, destaque na sociedade e a possibilidade de fortalecimento político e financeiro para aqueles que o ocupassem (2009, p. 58).

Ainda havia outro fator importante a ser considerado por aqueles que desejavam ser profissionais da educação, qual seja: a possibilidade de acumular essa função com outra que já exercessem, na medida em que a exigência temporal para o ensino de cada um dos conhecimentos estabelecidos na reforma não era muito extensa, permitindo o acúmulo de funções. Por mais que houvesse a certeza da demora na realização do pagamento, os profissionais também sabiam que em algum momento seriam pagos, o que os incentivava a seguir trabalhando com uma remuneração, ironicamente, mais provável do que em outras funções na sociedade colonial.

Com efeito, podemos dizer, em relação à aplicação da reforma dos Estudos Menores no Brasil, que ela foi mais problemática do que em Portugal. As dificuldades geográficas, materiais e financeiras para aplicá-la foram enormes, com a situação só começando a ser ligeiramente remediada na segunda fase da reforma, porém sem resolver os problemas efetivamente. De maneira concreta, o que houve na colônia foi uma abertura para que professores laicos pudessem ensinar e fazerem parte da estrutura estatal, mas muitos dos colonos se ressentiram da falta do ensino jesuítico, que, além de tudo, não os onerava de forma compulsória (Andrade, 1978, p. 64).

2 UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO DOS ESTUDOS MENORES NO ALVARÁ E NAS INSTRUÇÕES

Um aspecto fundamental para o entendimento da reforma dos Estudos Menores é a análise da legislação que a instituiu. A partir da instituição da vontade de El Rey, podemos entender um pouco melhor o contexto da reforma e sua aplicação, já que as duas peças legais que abordaremos nesta seção – o Alvará de 28 de junho de 1759, que instituiu os Estudos Menores como função do Estado, e as instruções aos docentes de gramática latina, grega, hebraica e de retórica, as quais foram estabelecidas juntamente com o Alvará – deveriam determinar desde o conteúdo a ser ministrado até a forma de seleção dos professores. Combinadas, elas representam boas fontes para o entendimento da construção pombalina dos mestres jesuítas como completamente ineficientes e a necessidade do apagamento do “fastidioso Methodo” (como prega o Alvará dos Estudos Menores) desses mestres, que deixavam a nação portuguesa atrasada em relação ao estudo oferecido nas nações polidas da Europa.

Ao longo do desenvolvimento dessas duas peças legais, e mais profundamente no Alvará, há a referência ao trabalho dos jesuítas como inimigos do Reino, verdadeiros seres cínicos que estavam interessados em destruir o império lusitano a partir de uma das suas bases mais relevantes – a educação. Os fracassos educacionais alegados por esses textos não eram acidentais; eram obra de uma ordem religiosa que estava interessada em manter o império português na mais completa ignorância, a qual não era a norma antes da entrada dos inicianos em Portugal. Esses religiosos teriam, então, trabalhado para destruir a boa educação que existia no Reino, como é exemplificado por meio da rememoração de mestres capazes como Diego de Teive⁹.

Não pretendemos neste texto fazer uma análise extensa dos textos do Alvará dos Estudos Menores e da Instrução aos professores; almejamos realizar uma análise qualitativa de alguns aspectos educacionais transformadores que foram formalizados com a expulsão da Companhia de Jesus de todo o império português e com os referidos textos legais, o que – aliado a uma análise da historiografia acerca desse evento – nos ajudará a entender os verdadeiros impactos da reforma educacional pombalina.

⁹ Foi um destacado humanista e latinista, além de ser figura relevante na corte do rei D. Sebastião. Foi preso pela Inquisição em 1550 e libertado um ano depois. Após sua soltura, tornou-se estudioso relevante no Colégio das Artes, onde conseguiu tornar-se diretor da instituição.

A intenção desta seção é analisar três aspectos fundamentais presentes na legislação pombalina que instituiu a reforma dos Estudos Menores: o primeiro é a destruição moral do método de ensino empregado pelos jesuítas antes da sua expulsão do império português, destruição essa que começou a ser gestada desde antes da administração pombalina; o segundo aspecto é o encerramento do ensino de latim como se ainda fosse língua corrente, iniciando o estudo comparado com a língua portuguesa; por fim, há uma análise da mudança de sentido empregada pela reforma, a qual buscou dar um sentido essencialmente prático ao ensino, com o conhecimento devendo ser enquadrado nas novas necessidades de um império que se reposicionava na modernidade.

2.1 A DESTRUIÇÃO DO “METHODO” DOS JESUÍTAS

O texto do alvará é taxativo ao afirmar a intencionalidade dos inicianos em oferecerem um ensino de má qualidade para controlar os alunos e futuramente a Nação em si:

[...] (livres das preocupações, com que os mesmos Religiosos pretenderão alucinar os meus Vassallos, distrahindo-os na sobredita fôrma, do progresso das suas applicações, para que, criando-os, e prolongando-os na ignorancia, lhes conservassem huma subordinação, e dependencia tão injustas, como perniciosas) [...] (Portugal, 1761, p. 779).

O fracasso educacional alegado na legislação analisada não era um fracasso em si, mas sim um projeto para que os alunos e futuros dirigentes do império português se mantivessem em plena ignorância e nunca fossem expostos a conhecimentos que começavam a se estabelecer em outras nações europeias. O que a legislação aponta é um receio da Ordem de Loyola de perder relevância caso a fagulha da curiosidade pelo conhecimento fosse acesa num Reino que tinha se mantido nas trevas graças aos professores jesuítas.

Podemos notar também de forma inicial, ao ler o texto do Alvará dos Estudos Menores, a criação de uma realidade discursiva que coloca o ensino desenvolvido pelos inicianos como prolixo e muitas vezes inútil. O texto legal informa:

[...] os prejuízos do uso de hum Methodo, que, depois de serem eles conduzidos os Estudantes pelo longo espaço de oito, nove, e mais anos, se achavam no fim delles tão ilaqueados nas miudezas da Grammatica, como destituídos das Linguas Latina e Grega, para nelas falarem; e escreverem sem hum extraordinário desperdício de tempo [...] (Portugal, 1761, p. 779).

Essa representação não é surpreendente quando retomamos as palavras de Luís António Verney, um dos maiores críticos portugueses do método jesuíta de ensino, ao comentar sobre os resultados de anos de ensino de gramática latina pelos seguidores de Loyola: “É lástima que homens que passaram tantos anos nas escolas pequenas e grandes, homens que estão hoje ensinando a outros e ocupam cargos de letras e política, não saibam escrever uma carta! Pois isto é coisa que sucede todos os dias” (Verney, 2018, p. 125-126).

Essa é uma das bases da crítica de Verney ao método jesuíta, visto que, para ele, muitas das vezes se preocupavam mais com o ensino da forma do que do conteúdo em si, o que, ainda de acordo com ele, resultava em um grande erro, por exemplo: muitos dos letrados portugueses utilizavam palavras e versos latinos sem compreender seu real sentido, pois se preocupavam apenas em parecer versados na língua latina, mesmo sem realmente entendê-la (Verney, 2018, p. 120). Para o estudioso, essa situação era resultado de uma formação defeituosa, em que os mestres jesuítas conduziam os alunos ao erro de traduzirem textos latinos de forma direta, sem explicar aos estudantes o sentido dos textos que liam e sem realizar uma verdadeira contextualização do período da obra analisada e do que aqueles textos significavam (Verney, 2018, p. 136).

Conforme Verney (2018), essa era uma forma ineficiente de se aprender a língua latina, porque para ele o mais importante era estudar o sentido dos textos analisados, não tanto o sentido literal das palavras, uma vez que aprender de maneira mais centrada na apreensão do sentido dos textos lidos seria mais rápido, além de mais eficiente, pois o estudante entenderia do que se falava e não somente o que se falava nos textos que lhe eram entregues para estudo, que, em muitos contextos, era, de acordo com Verney (2018, p. 123), extremamente mnemônico e desenraizado de um sentido prático.

Verney (2018) representou, indiretamente, o antídoto para a educação reputada por ele como defeituosa, por parte dos inicianos. Se eles tinham um *Methodo* fastidioso, Verney estabeleceu um *Verdadeiro método de estudar*, obra que rendeu amplo reconhecimento às ideias que propôs para transformar o ensino que vinha sendo realizado especialmente pelos inicianos, a quem ele se refere de modo indireto em vários momentos. Ele propunha especialmente uma mudança no sentido do ensino, o qual deveria deixar de ser algo rígido e formalizado no estudo desenraizado da língua latina para se tornar agradável, simples, que inspirasse o amor dos estudantes pelo conhecimento ao incentivar os mestres a escolherem obras de fácil compreensão e eliminar a obrigação dos alunos de comporem versos em latim, situação que deveria ser reservada apenas a alguns dos alunos quando já estivessem em um estado avançado de compreensão da antiga língua dos romanos.

Outro ponto muito importante para Verney (2018) é o incentivo a uma docilização do ensino em si; como profundo crítico do uso da violência como ferramenta pedagógica, ele declara:

Além disto, é obrigado o estudante a compor vários períodos, a que chamam “orações”, repetir uma quantidade de regras latinas e portuguesas; e se o pobre rapaz não pode responder a tudo, em vez de lhe aliviar o peso e mostrar-lhe a estrada e animá-lo a prosseguir-la, dão-lhe muita palmatoada e obrigam-no a odiar todo o género de estudos. (Verney, 2018, p. 123).

O uso de métodos complexos e da violência – quando esses métodos eventualmente não conseguiam dar bom resultado – gerava, para Verney (2018), somente frustrações por parte dos professores, os quais mantinham uma postura agressiva para se manterem como figuras de autoridade, e também por parte dos alunos, que começavam a entender o ensino como razão das suas dores e tinham cada vez mais dificuldades em terem disposição para se dedicar aos estudos, gerando um ciclo que se repetia.

Voltando ao texto do Alvará em si, nota-se uma insistência em apontar uma necessidade de salvação da educação nacional. De certa maneira, El Rey estava cumprindo uma missão ilustre que seus antecessores não realizaram. Uma mudança profunda na educação portuguesa era mais do que necessária, como informa:

Desejando Eu não só reparar os mesmos Estudos para que não acabem de cair na total ruína, a que estavam proximos; mas ainda restituir-lhes aquelle antecedente lustre, que fez os Portuguezes tão reconhecidos na Republica das Letras, antes que os ditos religiosos se intromettessem a ensinillos com os sinistros intentos, [...] (Portugal, 1761, p. 780).

Existe, de certa forma, um sentimento de saudosismo no Alvará, evidenciando a necessidade de recuperar um passado idealizado, um passado em que Portugal e os portugueses eram conhecidos como grandes intelectuais, o que teria sido destruído pela ação maléfica dos jesuítas. Nesse sentido, El Rey se apresentava como um redentor, como um soberano preocupado em recuperar o lugar de direito dos portugueses na República das Letras, e Portugal voltava a se encontrar com as luzes do conhecimento, as quais pareciam ter sido esquecidas. O que se ambicionava esquecer naquele momento era o método jesuíta responsável por tantos atrasos, como é apontado no seguinte trecho: “[...] abolindo até a memória das mesmas Classes, e Escolas, como se nunca houvessem existido nos meus Reinos, e Dominios, onde tem causado tão enormes lesões e tão graves escandalos” (Portugal, 1761, p. 781).

Não muitos parágrafos depois dessa afirmação impactante, o Alvará estabelece claramente o novo método a ser seguido por todos aqueles que desejavam tornar-se professores de acordo com a Reforma dos Estudos Menores, a qual salientava: “[...] Ordeno, que no ensino das Classes e no estudo das Letras Humanas haja uma geral refórma, mediante a qual se restitua o Methodo antigo, reduzido em termos simplicis, claros, e de maior facilidade, que se pratica atualmente pelas Nações polidas da Europa; [...]” (Portugal, 1761, p. 781).

Embora o texto da lei relate a busca pela recuperação do método antigo, anterior à chegada da Companhia de Jesus a Portugal, o que realmente estava a ser implementado era um método novo, o qual buscava estar em consonância com o proposto pelos intelectuais iluministas, naquele momento em ascensão em diversos países europeus. É possível mais uma vez perceber o impacto da obra de Verney (2018) ao analisarmos outras passagens da obra do religioso português:

Isto suposto, deve cuidar o mestre em exercitar a memória dos principiantes em algumas determinadas matérias. Primeiro, acostumá-los a dizerem em breves palavras a lição que hão de explicar. Depois, explicará aos ditos alguns passos seletos de autores, principalmente poetas, v.g., alguma das fábulas de Fedro, ou Ovídio, mas curtas, e sempre agradáveis pois só assim entram. Nestas, os rapazes devem dizer primeiro o que contêm; depois, pouco a pouco, ir repetindo todas as palavras; com o tempo, pode-se aumentar o número dos versos; e este exercício pode-se fazer dois ou três dias da semana (Verney, 2018, p. 149-150).

A grande transformação metodológica buscava essa simplificação, trazendo trechos agradáveis dos autores clássicos latinos; Verney (2018) entendia que era muito mais importante cativar o estudante com textos que lhe fossem atrativos do que insistir na tradução de textos clássicos – nem sempre muito claros para aqueles que estavam iniciando seus estudos em gramática latina – apenas pela autoridade e relevância histórica que esses textos haviam angariado.

Verney e seus ideais representaram uma forte inspiração para o desenvolvimento da reforma dos Estudos Menores e para o próprio texto do Alvará que os instituiu, como já vimos; mas é muito importante registrar que ele era parte de um grupo, de uma ordem religiosa, e muitas das suas ideias não foram exclusivamente suas, já eram discutidas pela Congregação do Oratório. Logo, é fundamental contextualizarmos brevemente a ação dos oratorianos e sua ascensão especialmente durante o século XVIII.

A Congregação do Oratório iniciou suas atividades em 1668, sob a liderança de Bartolomeu de Quintal, religioso que contava com boas relações com a realeza, o que garantiu aos membros da ordem a possibilidade de crescerem como grupo religioso e desenvolverem

uma ação missionária baseada na simplicidade e na ausência de votos, além do sustento da ordem através de privilégios reais que lhe foram concedidos (Silva, 2013, p. 97).

Se o século XVII foi importante para a criação e o estabelecimento da ordem em Portugal, foi durante o século seguinte que os oratorianos conseguiram uma posição ainda de maior destaque durante o governo do rei D. João V (1689-1750). Ao longo desse reinado, iniciado em 1706, houve a concessão de privilégios reais à ordem, a criação de mais conventos desses religiosos e principalmente o desenvolvimento de um novo método educacional; assim, o que, durante as primeiras décadas em Portugal não era o intento da ordem, passaria a ser uma das suas ações mais relevantes para a sociedade.

Não se tratava apenas de uma mera questão pedagógica, mas de um projeto iniciado por D. João V para reduzir o poder dos inicianos em relação à Coroa portuguesa, como afirma Silva:

Tal esforço fica perceptível na aproximação de D. João V da Ordem dos Oratórios, através de privilégios régios, doações e intercessões em prol dos oratorianos no que concerne à entrada da ordem na questão educacional. Foi a partir da tutela joanina que os oratorianos surgiram como uma real alternativa ao ensino jesuítico, seus colégios chegaram até mesmo a abrir a seus estudantes possibilidades de ingresso na Universidade de Coimbra, concorrendo diretamente com os colégios jesuítas. (2018, p. 100).

Se já desenvolviam atividades educacionais em Portugal desde 1670, foi com o apoio real joanino que os oratorianos passaram a desenvolver um sistema educacional que realmente rivalizou com o ensino dos jesuítas. Os tempos eram outros, e a modernidade trouxe novas reflexões para o papel da monarquia na organização de toda a sociedade. Até mesmo os primeiros iluministas defendiam uma ação mais enfática da Coroa, que deveria ser a base para a melhoria das nações. Os jesuítas – detentores de amplas propriedades, conventos e colégios, além de isentos de vários impostos – tornaram-se grandes alvos de boa parte dos intelectuais do Iluminismo, enquanto, para o rei, era interessante reduzir o poder da Companhia e, conseqüentemente, aumentar sua arrecadação, consolidando o próprio poder. Se o golpe mortal para a Companhia de Jesus foi dado em 1759, podemos dizer que ele se iniciou durante o governo de D. João V (Silva, 2018, p. 106).

Os oratorianos representaram, em termos educacionais, uma grande renovação; se, por vezes, os jesuítas ensinavam sem a devida contextualização das temáticas abordadas, os oratorianos dedicavam-se a aproximar os conhecimentos das atividades cotidianas, como apontam Toledo e Barboza ao descreverem qual acreditavam ser a função do conhecimento para os oratorianos:

O conhecimento deve ser ensinado com base na experiência, de maneira que os conceitos sejam explicados de maneira clara, satisfazendo a curiosidade dos estudantes. Nesse sentido, na discussão dos estudos, defendia que estudar era um aprendizado para a vida. Portanto, ele deveria ser escolhido com cuidado, partindo sempre daqueles conhecimentos necessários à vida cotidiana. (Toledo e Barboza, 2024, p. 11).

Por isso podemos observar, na obra de Verney (2018), a insistência dele de que, durante o ensino de latim, os professores também ensinassem noções de história e geografia aos seus alunos, na medida em que o ensino descontextualizado da língua romana poderia significar pouco para os jovens estudantes, os quais não entenderiam a disposição real dos lugares mencionados no texto clássico e a significação das referências presentes nesses textos sem os conhecimentos que não poderiam ser obtidos somente por uma leitura direta. Assim, a proposta de Verney (e dos oratorianos) era de que um ensino contextualizado, além de ser mais simples de ser compreendido, também incentivava a busca por mais conhecimento, já que, ao entenderem as noções iniciais de história e geografia, os estudantes poderiam estar mais dispostos a buscar outras informações, ao contrário do que acontecia quando simplesmente seguiam o método dos inicianos.

Era essa possibilidade de independência e a busca constante pelo conhecimento que os oratorianos buscavam desenvolver através das suas escolas, de acordo com Toledo e Barboza:

Defenderam a difusão das ideias de Descartes, Newton, Galileu, Mussembroeck, Gravesande, dentre outros. A disseminação dos princípios básicos do iluminismo filosófico pela pedagogia oratoriana era apoiada numa concepção de homem que pensasse por si e defendesse os interesses da coletividade aos do indivíduo. Os compêndios elaborados estimulavam a formação de bons costumes e de modelos para a sociedade da época (2024, p. 11).

O ensino dos oratorianos através dos autores citados representava uma consonância com o que havia de mais moderno em termos de conhecimento científico à época. Por mais que saibamos que esses mesmos autores eram estudados e discutidos pelos jesuítas, foram os oratorianos que se mostraram mais dispostos a popularizar tais conhecimentos para um público maior do que os círculos reduzidos das universidades e da Igreja.

Os oratorianos buscavam um ensino que estivesse em conformidade com a era moderna e almejavam a valorização do ensino a partir das línguas correntes; ao invés de continuarem tratando o latim como uma língua viva, eles entendiam que era importante seguir os conselhos de autores como Comênio e Locke, os quais já tinham recomendado séculos antes que o ensino

fosse realizado primeiramente na língua vernácula para depois se ensinar a língua latina (Oliveira, 2022, p. 31).

Se já contavam com o apreço da Coroa antes da expulsão dos jesuítas, após essa destituição traumática, conseguiram ainda mais relevância dentro do Reino português, pois representavam os mestres ideais que deveriam suprir a ausência dos mestres inacianos – que deveriam ser apagados, como estabelecia o Alvará. A grande questão após a implementação da reforma era outra: os oratorianos eram certamente mestres capazes, mas não eram numericamente suficientes para realizar a reforma, por isso também o Estado criou a possibilidade de mestres leigos exercerem o magistério.

O Alvará dos Estudos Menores acabou por reconhecer os méritos dos oratorianos ao estabelecer o seguinte:

Nem nas ditas classes, nem em outras algumas destes Reinos, que estejam estabelecidas, ou se estabelecerem daqui em diante, se ensinará por outro Methodo, que não seja o Novo Methodo da Grammatica Latina, reduzido a Compendio para uso das Escolas da Congregação do Oratorio, composto por Antonio Pereira da mesma Congregação: ou a Arte da Grammatica Latina reformada por Antonio Felix Mendes, Professor em Lisboa (Portugal, 1761, p. 781).

Os oratorianos realizaram esse importante papel de se dedicarem ao ensino no Reino de Portugal com bons méritos e relativo sucesso, porém em outros locais, como o Brasil, a ação deles não foi tão bem-sucedida, como afirma Carrato:

O remédio foi o aproveitamento do pessoal tradicional do ensino, isto é, os elementos das Ordens Religiosas, dentre os quais sobressaíam os oratorianos. Mas êstes revelaram, desde logo, que, não obstante a fama de muitos dos seus, e mesmo sua proficiência no campo pedagógico, não tinham aquela constância dos jesuítas, e o seu espírito de sacrifício e acomodação às circunstâncias dispareas ou adversas que freqüentemente topavam aquêles homens tão combatidos; êles eram bons mestres quando guiados e acalentados pelas luzes da Côrte e da cidade, mas não eram capazes de aventurar-se aos azares da grande catequese, onde quer que ela chamasse (1968, p. 131).

Avaliações tão drásticas como essa devem sempre ser feitas com cautela, uma vez que a construção historiográfica pode revelar novos documentos, novas análises e a produção de discursos que não estavam disponíveis anteriormente. Muitas vezes, há uma constante busca por representar um evento da maneira como o autor entende que ele ocorreu. Sendo assim, a melhor forma de analisarmos um evento histórico é reunir diferentes versões para que possamos ter uma visão mais complexa do que aquela oferecida por julgamentos taxativos, os quais, à primeira vista, podem parecer tão interessantes.

A respeito da atuação dos oratorianos no Brasil, outros autores a reconhecem de forma positiva, especialmente na capitania de Pernambuco. De acordo com Toledo e Barboza, por exemplo,

Os oratorianos trabalharam na missionação em Pernambuco entre os séculos XVII e XVIII, especialmente. As missões contribuíram para a ocupação do interior do sertão. Foram iniciadas após a expulsão dos holandeses em 1654, com expansão das atividades de pecuária e distribuição de terras. A Junta de Missões, organismo consultivo ligado à administração central, foi o órgão regulador das missões que, em Pernambuco, compreendia as regiões de Alagoas, Itamaracá e Paraíba. O Seminário para os estudos Oratorianos foi fundado no século XVII em Recife; e ampliado em 1754. Nele, os religiosos se dedicavam ao ensino de Filosofia, Teologia, Artes e Humanidades; e respondiam pela formação de novos religiosos e de leigos. A obra Instrução de principiantes, e novo methodo de se aprenderem as primeiras letras para o uso das escolas da Congregação do Oratório era utilizada como cartilha para o primeiro grau na formação de seus religiosos. A biblioteca dos oratorianos era muito estimada, porque possuía um vasto acervo, com mais de quatro mil livros (2024, p. 9).

Os oratorianos destacaram-se após a expulsão dos holandeses da capitania de Pernambuco e das suas cercanias, exercendo um papel fundamental para estimular a ocupação do interior com o desenvolvimento dos aldeamentos, além de sobressaírem por sua dedicação pedagógica formalizada no Seminário que tinham em Recife. Se, por um lado, não podemos equiparar a ação dos oratorianos com o impacto temporal e numérico dos jesuítas, não podemos, por outro, negar os seus sucessos e o empenho que tiveram em desenvolver um novo método de estudo, um método consoante com os tempos modernos que começavam a se impor em Portugal e no seu império sob a administração pombalina.

Não era nada simples a situação dos professores oratorianos que vieram para o Brasil tentar dar notícias da reforma que havia sido implementada em Portugal e dos novos métodos a serem seguidos pela população – já há séculos habituada ao ensino dos jesuítas. Além dessas dificuldades, a escassa quantidade de manuais didáticos para a correta aplicação da reforma também não contribuiu para que os oratorianos conseguissem desenvolver a reforma que muitos deles planejavam.

Porém, apesar desse contexto, os oratorianos representaram, para a administração pombalina, uma alternativa educacional capaz de substituir, principalmente de maneira conceitual, os inacianos que caminhavam para a exclusão. Seu método tornou-se o modelo imposto pela administração, marcando o fim do método jesuíta, havia séculos familiar à sociedade letrada portuguesa. Com dedicação e relevante apuro intelectual, o método oratoriano passou a ser a nova referência de ensino.

2.2 A MORTE DO LATIM COMO LÍNGUA VIVA

Uma das críticas mais comuns ao método pedagógico dos jesuítas ao ensinarem a língua se dava ao fato de eles a tratarem como se ainda fosse uma língua viva. Na altura da reforma pombalina da educação, o método dos jesuítas já se encontrava muito bem estabelecido com a gramática latina desenvolvida pelo padre Manuel Álvares, publicada pela primeira vez em 1572, a qual contava com quase dois séculos de ampla aceitação da sociedade portuguesa, que até aquele momento tinha estudado de maneira quase absoluta a partir do método alvarista. Porém, os tempos haviam mudado, e uma necessidade de atualização desse método se tornava evidente quando a aceleração da era moderna passou a exigir um ensino também mais acelerado.

O período anterior à reforma foi marcado pelo aumento das críticas ao método dos inicianos, tido por alguns como ultrapassado, como afirma Verdelho:

Entretanto acentuou-se a contestação do ensino dos Jesuítas por parte de outras ordens religiosas e do próprio clero secular, sobretudo por motivos institucionais. No plano didático, os pontos mais salientes da discórdia prendiam-se sobretudo: com a noção de vernaculidade na língua latina; com a valorização da leitura do texto literário, em vez da memorização e da prática da disputa oral; e finalmente, com a utilização da língua materna como base para o ensino do latim (1983, p. 7).

A disposição dos seguidores de Loyola de continuarem ensinando através da composição e memorização de versos latinos passou a ser fortemente questionada, além da realização de debates pouco práticos em latim. No entanto, o aspecto mais questionado era o tratamento dado pelos jesuítas ao latim, o qual ainda era considerado uma língua viva – o que, de várias formas, era verdade, especialmente dentro da Igreja Católica e entre os intelectuais europeus, acostumados a ler livros em latim. Inclusive, novos livros ainda eram produzidos ou traduzidos para a língua dos antigos romanos. Contudo, essa situação vinha se reduzindo cada vez mais na era moderna, com a valorização e padronização das línguas nacionais, tornando-se cada vez mais relevante conhecer a própria língua do que a dos antigos.

Enquanto isso, o padrão de ensino antes da reforma pombalina era a adoção do método alvarista, que buscava ensinar latim através do estudo direto dessa língua. A reforma pombalina passou a propor uma profunda mudança no estudo da gramática latina, sendo chegada a hora de reconhecer a morte do latim como língua viva. Verney (2018), ao analisar o resultado do método alvarista de ensino, é enfático ao afirmar a confusão que o método produzia nos alunos, além de propor um ensino menos atarefado:

E terá o mestre a advertência de não obrigar sempre os rapazes a que traduzam de repente, mas em dias alternados. E comumente deve ordenar-lhes que escrevam em casa a sua tradução e, quando vierem à escola, fará que deem a razão de tudo que traduziram. Este modo de ensinar aproveita muito e imprime as coisas na memória; pelo contrário, o método comum é falar como papagaio e exposto a mil enganos (Verney, 2018, p. 142).

Verney (2018) entendia que o ensino dos inacianos – na tentativa de construir um ensino sólido baseado na repetição de palavras e versos latinos – gerava o efeito oposto: um ensino desinteressante para os estudantes e de poucos efeitos práticos, já que os mestres não conseguiam realmente dialogar com os alunos. Além disso, a insistência na imposição de pesadas tarefas criava um ambiente de pouca inspiração para o ensino, levando os estudantes mais a repetir os versos como se fossem uma poesia que haviam decorado do que conseguir entender o seu significado e produzir um verdadeiro conhecimento da língua.

Essas afirmações categóricas de que os jesuítas eram mestres do atraso e do isolamento intelectual dever ser tomadas com ressalva, pois elas nem sempre representavam a realidade, como salienta Oliveira a seguir ao comentar a circulação de ideias dentro das comunidades inacianas:

[...] o ataque aos jesuítas, fora do âmbito retórico, nem sempre tinha fundamento. É sabido, por exemplo, que os membros da Companhia de Jesus não eram tão atrasados ou ignorantes como afirmava a lei. Seu ideário e suas ações, do ponto de vista político-econômico, eram bastante arrojados para o tempo, como comprovam os escritos econômicos do padre jesuíta Antônio Vieira (1608-1697), que defendia a participação dos cristãos-novos na economia portuguesa e a criação de companhias de comércio [...] (2022, p. 24-25).

Essa construção retórica do ensino jesuítico como método retrógrado acabou, porém, confirmada pelo Alvará dos Estudos Menores, o qual determinou que o novo método de ensino de gramática latina deveria ser aquele utilizado pela Congregação do Oratório, conforme apontamos anteriormente. Nesse contexto, a administração pombalina estabelecia um direcionamento nessa disputa pedagógica ao adotar o ensino dos oratorianos.

Mais do que uma simples atualização do ensino da gramática latina, a reforma pombalina promoveu uma verdadeira valorização da língua nacional portuguesa, que passou a ter sua gramática ensinada aos iniciantes – não mais apenas os fundamentos, como ocorria antes nas classes de primeiras letras. Após a era pombalina, a gramática da língua portuguesa passou a ser estudada com muito mais destaque. O ensino da língua nacional tornou-se também um modo de afirmação do papel do próprio Estado português, como afirma Verdelho:

A Escola generaliza a reflexão sobre a língua materna e converte-se numa instância padronizadora dessa mesma língua. Institui-se assim uma espécie de "poder gramatical" que pode funcionar como um instrumento centralizador do estado. O estudo da gramática da língua materna, na escola, nesta época, pode ser entendido como uma tentativa de controlo e de apropriação do poder simbólico da linguagem (1983, p. 21).

Havia uma preocupação, seguindo a tendência iluminista do período, em estabelecer e padronizar a língua nacional em todo o território português. Para isso, era preciso recorrer à educação: através do ensino, o poder do imperador seria reafirmado por meio de uma nova prática pedagógica que começava a ser delineada. Essa transformação começou a ter força de lei com a promulgação das Instruções, em especial na seção em que se abordava a instrução para os professores de gramática latina, como exposto no parágrafo quarto: “Todos os homens sábios uniformemente confessão, que deve ser em vulgar o Methodo para aprender os preceitos da Grammatica; pois não ha maior absurdo que intentar aprender uma língua no mesmo idioma, que se ignora” (Portugal, 1761, p. 794).

Observamos nessa declaração – uma das primeiras das Instruções aos professores – a vontade de tirar o ensino do latim desse espaço de certa abstração em que ele era empregado durante o ensino dos jesuítas, os quais tratavam o latim como se ele fosse a língua corrente da sociedade portuguesa. A administração portuguesa passou a adotar a direção oposta, seguindo as proposições da Congregação do Oratório para o ensino da língua latina, que perdeu seu protagonismo em favor da língua portuguesa, a qual experimentou uma ascensão pedagógica sem precedentes na educação lusitana.

O início da via crucis do latim como língua viva em Portugal foi estabelecido no parágrafo sexto das Instruções aos professores de gramática:

Para que os estudantes vão percebendo com mais facilidade os princípios da Grammatica Latina, he util que os professores lhes vão dando uma noção da Portugueza; advertindo-lhes tudo aquillo, em que tem alguma analogia com a Latina; e especialmente lhes ensinarão a distinguir os Nomes, os Verbos, e as Particulas, porque se podem dar a conhecer os casos. (Portugal, 1761, p. 795).

O ensino do latim passou então a ser mediado pelo próprio ensino da língua portuguesa, estabelecendo a ligação entre as duas línguas. A intenção legal era de que os alunos aprendessem a língua clássica através da comparação entre ambas, comparação essa que só seria possível se os estudantes já tivessem uma boa compreensão da língua lusitana no momento em que fosse preciso ler um texto latino (Oliveira, 2022, p. 28). A reforma dos

Estudos Menores de 1759 impunha, com isso, uma grande transformação educacional que nem sempre foi apreciada, colocando-se a favor de uma renovação do ensino que ainda não havia sido empregada em vários países da Europa.

O que Pombal buscou, muito provavelmente, com essa profunda mudança educacional foi mais que simplesmente estabelecer um método de ensino que substituísse o método empregado pelos jesuítas no momento da expulsão dos seguidores de Loyola. O Marquês procurou dar mais protagonismo ao poder real em uma área em que ele nem sempre esteve muito presente, fortalecendo, assim, o poder monárquico, como expõe Verdelho:

Justamente no momento em que o latim começava a revelar-se pouco prático como emblema da aristocracia e do poder, uma certa artificialização do estudo da língua materna, pode constituir o segredo para manter a superioridade linguística e o poder que lhe é inerente. Estamos realmente perante uma exploração ou alargamento do privilégio da escrita, que se integra na estratégia geral da apropriação da palavra, como instrumento de domínio social. (1982, p. 21).

Ao determinar a expulsão dos jesuítas e, conseqüentemente, o fim do seu método educacional no império português, a política pombalina fortalecia o poder do Estado duplamente, ao eliminar a ameaça jesuíta, que esta administração considerava completamente desfavorável aos seus interesses, e exaltar um método educacional que demonstrava dar resultados mais rápidos do que o ensino dos inicianos. Com isso, os oratorianos eram capazes de atender às necessidades do Estado naquele momento, além de se mostrarem menos interessados em desafiar as ordens estatais, que caminhavam para se tornar ainda mais absolutas com o controle real da educação.

2.3 O ENSINO PRÁTICO DAS HUMANIDADES COMO PRÁTICA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Uma temática muito presente no Alvará dos Estudos Menores, como também nas Instruções aos professores, é a necessidade de trazer a praticidade para a educação. O ensino deveria ter um sentido e uma aplicação direta para a sociedade; por isso se fala tanto em uma simplificação dos estudos, para que os impactos desse ensino pudessem ser percebidos mais rapidamente pela sociedade. Tratava-se de uma proposta de simplificação do estudo a fim de que o aluno se tornasse, em tese, cada vez mais engajado nos saberes que lhe eram ofertados, fazendo com que esse ensino dialogasse mais profundamente com o próprio aluno.

Partia-se de uma premissa implícita de que ensinar extensamente não significava necessariamente ensinar bem. O ensino dos jesuítas era criticado não por ser incapaz de conduzir o estudante às luzes do conhecimento, mas por tornar o processo de aprendizagem tão complexo que se tornava cansativo para alunos e mestres, prolongando-se mais do que o necessário, como demonstrou o método de António Félix Mendes, que, segundo ele, era capaz de ensinar em um ano o que os mestres jesuítas demoravam cinco anos para ensinar (Cruz, 2019, p. 10).

Esse era o tipo de transformação que a administração pombalina queria empregar em todo o setor educacional. Desejava-se simplificar o ensino para que pudesse servir melhor à sociedade, visto que as necessidades da sociedade comercial moderna exigiam essa simplificação, que, no caso de Portugal, era ainda mais urgente devido à flagrante ausência de profissionais portugueses bem qualificados em áreas cruciais para o desenvolvimento da nação, como era o caso do comércio.

As Instruções aos professores, em sua seção inicial quando se refere aos professores de latim, no segundo parágrafo já deixa claro qual deveria ser a intencionalidade do ensino da língua romana:

Que um desses princípios seja a sciencia da Língua Latina, he ponto averiguado, que não necessita de demonstração. Por isso o que ha de importante nesta parte, he descobrir, e prescrever os meios de se adquirir esta Sciencia com brevidade, e por hum modo, que sirva de excitar em um vivo desejo de passarem ás Sciencias maiores (Portugal, 1761, p. 793).

A praticidade é a temática da parte inicial das Instruções, sendo o latim ainda utilizado como maior referencial de intelectualismo; era a língua que dava acesso ao conhecimento das obras da Roma Antiga, além de vários dos livros do período ainda continuarem sendo escritos em latim para poderem alcançar um público mais amplo do que o da nação do autor. Logo, nota-se que o latim era a base para o acesso ao conhecimento, e era tratado assim pela legislação, a qual também insistia na brevidade do ensino, cuja ideia era formar mais rapidamente os alunos para encaminhá-los aos Estudos Maiores a serem realizados em Coimbra do que tentar inculcar uma complexidade que nem sempre era acessível aos estudantes, com idades que variavam da infância à adolescência.

Para iniciar essa simplificação da língua latina, o novo método partia de um horizonte já conhecido pelos alunos. Conforme mencionado em outro momento, a língua portuguesa seria a base para o ensino do latim, não partindo mais dele como língua viva, como feito anteriormente, situação determinada pelas Instruções:

Todos os Homens sabios uniformemente confessaõ, que deve ser em vulgar o Methodo para aprender os preceitos da Grammatica; pois não ha maior absurdo, que intentar aprender huma Lingua no mesmo idioma que se ignora. Tambem assentaõ, que o Methodo deve ser breve, claro e fácil, para não atormentar aos Estudantes com huma multidão de preceitos, que ainda em idades maiores causaõ confusaõ (Portugal, 1761, p. 794).

Eis uma inovação da educação pombalina, a preocupação em formalizar e ampliar o ensino da língua portuguesa para os alunos que seriam os primeiros a experimentar as inovações do método oratoriano, agora em larga escala. O sucesso desses estudantes confirmaria a superioridade do novo método e legitimaria socialmente a reforma que estava sendo realizada e a expulsão dos mestres jesuítas de todo o império.

Seguindo a temática da simplificação do ensino, as Instruções estabelecem de que maneira deveriam proceder os professores para contextualizar o ensino para os seus discípulos. Ao longo do décimo quinto parágrafo da seção relacionada aos professores de gramática latina, tem-se o seguinte:

Regulando por esta idéa os Professores o tempo, em que devem dar os Themas, principiaraõ os mais faceis; e passarão a outros mais difficeis á proporção: Sendo sempre os Assumptos algumas Historias breves, ou Maximas uteis aos bons costumes: Algumas agradaveis pinturas das virtudes, e acções nobres: E outros destes genero, em que haja gosto, e proveito. Podem tirar-se dos Authores Latinos, para depois ver a differença entre estes, e o que elles escrevêraõ, e conhecerem sensivelmente o genio de huma, e outra Lingua. Estes Themas se darão alternadamente hum dia sim, outro não, para que os Estudantes os componhaõ em casa; e só hum dia na semana faraõ o Thema na Classe, onde he mais, que tudo, util a explicação do Professor, e o exercício (Portugal, 1761, p. 798).

Era esta a intenção da nova legislação educacional: não simplesmente ofertar o conteúdo, mas contextualizá-lo, algo que Verney também defendeu de forma insistente ao evidenciar a necessidade de explicar ao aluno o que se ensinava quando se “falava” com os antigos romanos através dos seus textos, pois o sentido das palavras variava muito com o tempo, o que, além de facilitar a compreensão do texto, estimularia o estudante a aprender mais a respeito da história romana a partir dessa indicação inicial (Verney, 2018, p. 523).

Continua o texto das Instruções aos professores de gramática latina a instruir que os novos mestres se afastassem do ensino dos inicianos ao determinar:

Deve desterrar-se das Classes a prática de fazer tomar versos de cór, confusamente, e sem escolha: Substituindo em seu lugar, para cultivar a memoria dos Estudantes, alguns lugares em Prosa, ou em Verso, nos quaes haja alguma cousa util, e deleitavel, que possa ao mesmo tempo servi-lhes de exercício, e de instrucção (Portugal, 1761, p. 799).

Buscava-se um afastamento do ensino mais teórico, baseado na memorização de versos, para o uso da prosa, especialmente com o objetivo não da exata memorização, mas de uma apreciação do texto abordado em classe, retornando uma das grandes temáticas das Instruções, a saber: a ideia de utilidade e de deleite enquanto é realizado o estudo, situação reiterada constantemente na legislação, a qual faz o papel de teorizar e informar o caminho a fim de que os professores desenvolvam esse ensino mais fluido, como era proposto.

Encerrando a seção relacionada aos professores de gramática latina, a legislação aponta uma mudança fundamental no que se refere à correção do comportamento dos estudantes, qual seja:

Quando algum Estudante merecer castigo mais severo, o Professor o fará saber ao Director para o corrigir, inhabilitando-o para os Estudos, ou pelo modo, que lhe parecer conveniente. Da mesma sorte dará parte ao Director quando tiver algum Estudante inerte, com quem se perca inutilmente o tempo, para que o dito Director o faça despedir: Aconselhando-o que busque emprego proprio da sua condiçãõ, e talento: E evitando-se assim, que a Classe perca a sua reputaçãõ pela negligencia, ou inercia dos que nelle entrem (Portugal, 1761, p. 801).

Tentava-se, ao menos legalmente, acabar com as punições físicas aos estudantes, eventualmente encaminhando os alunos com comportamento mais problemático para serem corrigidos pelo Diretor-Geral dos Estudos, reafirmando o espírito renovado de que a educação se faria pelo convencimento e não pela violência, muito embora seja difícil avaliar o quanto essa medida foi realmente efetiva sem um estudo específico dessa temática. Além disso, caberia ao próprio mestre encaminhar o aluno tido como problemático, e a educação não era realizada somente em Lisboa, que contava com a presença física do Diretor-geral. Sendo assim, é difícil mensurar os efeitos dessa medida nas outras cidades do Reino, e menos ainda ao longo de todo o império.

Quanto ao ensino de grego, as Instruções trazem mais uma vez a utilidade como motivo central ao recomendarem um ensino triplo:

Como a utilidade desta Lingua consiste principalmente na liçãõ, e intelligencia dos Authores; não cansarãõ os Professores aos Discipulos com muitas composições. Porém em seu lugar lhes farãõ traduzir alguns lugares do Grego em Latim, e em Portuguez; porque deste modo vãõ ao mesmo tempo adiantando-se no Grego (Portugal, 1761, p. 803).

Por mais que a legislação esteja abordando o ensino de uma língua diferente, a recomendação segue sendo a mesma do ensino de latim: deve-se aproveitar ao máximo o tempo

dos estudos. Se havia a possibilidade de os alunos estudarem as duas línguas clássicas ao mesmo tempo, que assim fosse feito. Nas entrelinhas, a legislação estava propondo uma aceleração do ensino – bem característica dos tempos modernos. Se a tradição proveniente dos tempos medievais imperava até aquele instante, a reforma educacional deveria promover uma profunda transformação, e parecia não haver tempo a perder.

Da mesma forma que ocorria com o ensino de Latim, o ensino de grego deveria seguir os mesmos moldes de ensino através de textos mais agradáveis ao estudante, como declara o oitavo parágrafo das Instruções aos professores de grego:

Quando os Discipulos estiverem mais adiantados, e quizerem aperfeiçoar-se mais no Estudo desta Utilissima Lingua, lhes fará o Professor ler Homero, onde lhes fará ver não só tudo o que a Antiguidade Profana tem de mais polido, e agradável; mas também o melhor modelo de hum grande Poeta, util ainda para a Oratoria, e para a fácil intelligencia dos Escritores Sagrados, pela grande analogia, que com elles tem na symplicidade do ensino (Portugal, 1761, p. 804).

A intenção da administração, expressa através da legislação educacional era garantir que o ensino não se tornasse um fardo, por isso a leitura recomendada para o estudo da língua helênica eram os contos mitológicos, direito reservado somente àqueles alunos que já se encontravam em um estágio mais avançado. O contato direto com a língua grega deixava de ser uma obrigação para ser o privilégio de alguns que demonstrassem estar aptos a estudar mais profundamente a língua.

O que não pode deixar de ser analisado é a mudança proposta pelas Instruções: a criação das aulas régias de retórica. A legislação educacional pombalina buscava se enquadrar nos tempos modernos, igualando seu ensino ao de outras nações europeias, havendo diversas vezes referência a isso ao longo do texto legal. Entende-se, assim, que não bastava que o aluno soubesse tecnicamente os conteúdos; ele deveria saber expô-los e defendê-los, situação principalmente verificada no Colégio Real dos Nobres, mas que foi legalmente estendida aos demais alunos.

Verificou-se, durante a administração pombalina, esse senso de necessidade de atualização, de recuperar o tempo perdido para se equiparar às demais “nações polidas” da Europa, situação especialmente necessária no Reino português, profundamente marcado pelo atraso em alguns setores educacionais, como era o caso, também, do setor comercial, que se encontrava profundamente defasado: “Não obstante date do século XV o histórico de relações comerciais com mercadores italianos – os quais foram os primeiros a sistematizar o proceder

comercial –, Portugal aparentemente não atentou para as futuras implicações de tal descaso.” (Teles, 2022, p. 289).

Era preciso para o império lusitano vencer alguns dos atrasos educacionais que faziam com que ele se tornasse menos competitivo do que seus rivais. Por mais que existisse um grande exagero retórico por parte da administração pombalina em relação à educação empregada pelos jesuítas, havia de fato a necessidade de uma reforma educacional para que o império pudesse contar com profissionais qualificados de modo a tornarem-no cada vez mais bem gerido e próspero, por isso também era muito importante que o próprio Estado assumisse o controle da educação.

Com efeito, no início do primeiro parágrafo da seção dedicada aos professores de retórica, encontra-se a justificativa para a criação das referidas aulas como papel do Estado:

Naõ ha estudo mais util, que o da Rethorica, e Eloquencia, muito differente do Estudo da Grammatica: Porque esta só ensina a fallar, e a ler correctamente, e com acerto, e a doutrina dos Termos, e das Frases: A Rhetorica porém ensina a fallar bem, suppondo a Ciencia das Palavras, dos Termos, e das Frases: Ordena os pensamentos, a sua distribuição, e ornato: E com isto ensina todos os meios, e artificios, para persuadir os ânimos, e atrahir as vontades. He pois a Rethorica a Arte mais necessaria no commercio dos Homens, e naõ só no Pulpito, ou na Advocacia, como vulgarmente se imagina (Portugal, 1761, p. 805).

A retórica seria esse conhecimento capaz de transformar os outros saberes, pois ensina não só a conhecer, mas a persuadir. O Estado começava a reconhecer a transformação que se espalhava por aqueles tempos, com a certeza de que já haviam passado os tempos em que o comércio não era um setor fundamental de atenção dele – o Estado. A retórica era uma das necessidades de uma reforma educacional mais ampla que estava sendo realizada naquele momento, e essa mudança – com a formalização das aulas de retórica – muito provavelmente foi inspirada pela vivência de Pombal na Inglaterra e na necessidade de equiparar os comerciantes portugueses aos seus pares britânicos em capacidades intelectuais.

Quanto à metodologia a ser empregada, ela é detalhada no terceiro parágrafo da seção dedicada aos professores de retórica:

Pelo que, instruidos os Estudantes na Latinidade (e no Grego os que louvavelmente a elle se applicarem) passarão a aprender Rethorica, que se lhes deve ensinar, não só dando-lhes preceitos; mas explicando-lhes os Authores, e fazendo-os compor em todo o genero, com observação do uso, que os mesmos Authores fizeraõ da Rethorica, e com discernimento, e gosto, na fórmula assima indicada (Portugal, 1761, p. 806).

A retórica seria, então, um dos últimos saberes a serem ensinados durante o ciclo dos Estudos Menores; seria o conhecimento que daria sentido aos outros aprendidos previamente, um dos últimos passos rumo a voos maiores. A legislação também recomendava o uso de autores latinos, como Cícero e Tito Lívio, para compor o referencial dos estudantes, servindo-se do exemplo de grandes oradores romanos e instruindo os estudantes a captar como esses autores construía seu discurso, para que, posteriormente, pudessem elaborar suas próprias falas.

Também havia uma dimensão prática do ensino de retórica, o qual deveria ser realizado, por vezes, por meio de debates conduzidos pelos professores, como informa o décimo parágrafo das Instruções: “Dará Assumptos, para sobre elles discorrerem os Discipulos na Classe, fazendo, que contendaõ entre si: Defendendo hum huma parte, e outro a contraria. Sejam porem os Assumptos uteis, e agradaveis aos Discipulos, que sobre elles devem discorrer.” (Portugal, 1761, p. 808).

Assim, era importante preparar os estudantes para defenderem suas ideias firmemente se fosse preciso e afiarem seus discursos através do confronto, uma habilidade que seria útil a toda a sociedade, que deveria, por sua vez, se beneficiar dessa constante reflexão e do aprimoramento intelectual. Os novos alunos seriam os maiores exemplos da transformação educacional que estava sendo realizada, o que acabou se confirmando posteriormente. Por mais que os primeiros momentos da reforma educacional tenham sido problemáticos, essa nova educação se tornou o padrão mesmo após a queda do Marquês de Pombal.

3 UM PANORAMA DOS IMPACTOS DOS ESTUDOS MENORES NO BRASIL

3.1 INVESTIGANDO OS CLÁSSICOS SOBRE OS ESTUDOS MENORES NO BRASIL

Voltamos agora o nosso olhar para a compreensão de que a reforma dos Estudos Menores, foi aplicada, e representada, de maneiras distintas no Brasil e em outras regiões do império lusitano após a expulsão da Companhia de Jesus, em 1759, nem sempre recebeu a devida atenção da própria historiografia educacional brasileira, que, em linhas gerais, dedicou-se a analisar temas mais contemporâneos, como a expansão da educação a partir da implementação da República ou a educação como forma de resistência durante os períodos ditatoriais do século XX.

A reforma educacional foi vista, muitas vezes, como mais um dos temas englobados na temática maior das reformas pombalinas, temática essa de consideração menor dentro da crise do sistema colonial que começava a se definir um pouco mais claramente na segunda metade do século XVIII. A interpretação mais consolidada durante o século XX foi a de Fernando de Azevedo¹⁰, intelectual escolanovista designado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para criar uma história da civilização brasileira que representasse melhor os anseios do Estado Novo, que à época caminhava para o fim e buscava maneiras de se reequilibrar.

Azevedo escreveu *A cultura brasileira*, publicado em 1944 e atualmente em sua sétima edição, dividido em três partes. Nessa obra, buscou oferecer uma visão abrangente da história brasileira e defendeu que a expulsão dos jesuítas gerou um abismo educacional, deixando o Brasil pedagogicamente abandonado por cerca de 50 anos devido à falta de um projeto bem estruturado para substituir os professores jesuítas por outros professores igualmente qualificados. Para Azevedo (1944), os jesuítas eram os únicos realmente dispostos a se dedicar à educação no Brasil, seja por sua capacidade, sua disponibilidade ou simplesmente por sua quantidade numérica.

Na visão de Azevedo, estabelecida na terceira seção da sua obra, intitulada “A transmissão da cultura”, o governo pombalino apenas criou um ambiente caótico para a educação no Brasil ao expulsar os jesuítas, como afirmou:

¹⁰ Fernando de Azevedo (1894-1974) foi sociólogo, jornalista e educador, um dos grandes nomes do Escolanovismo. Participou da Comissão Organizadora da Universidade de São Paulo nos anos 30, além de ter organizado a primeira Lei de Diretrizes e Bases de 1961.

Em 1759, com a expulsão dos jesuítas, o que sofreu o Brasil não foi uma reforma de ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico. Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que essa destruição fosse acompanhada de medidas imediatas, bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir a sua extensão (Azevedo, 1944, p. 312).

Pouco mais de uma década após a publicação de sua obra, surgiu outro clássico da historiografia educacional brasileira: *As reformas pombalinas da instrução pública*, produzido inicialmente como tese de livre-docência em 1952 e posteriormente republicado como livro em 1978, no qual seu autor, Laerte Ramos de Carvalho¹¹, buscou relativizar o vazio educacional apregoado por Azevedo. A obra do professor Laerte Ramos de Carvalho visou demonstrar como a reforma pombalina da educação não foi o impulso de um ministro que precisava criar algum sistema para substituir imediatamente a ausência dos jesuítas. Pelo contrário, o estudioso demonstrou que a reforma educacional aplicada após a expulsão dos inicianos já vinha sendo discutida décadas antes da expulsão deles e que ela se inseria no projeto reformista ilustrado que o Marquês de Pombal liderava após o terremoto de Lisboa.

Na obra de Carvalho (1978), foram resgatados os ideais de Luís António Verney e António Ribeiro Sanches, que defendiam um ensino mais próximo aos ideais do Iluminismo – uma versão conservadora do Iluminismo que não contrariava os desígnios do rei, mas combatia a ampla liberdade que a Igreja Católica, e especialmente os jesuítas, possuíam de influir na administração portuguesa, além de defenderem uma ampla simplificação dos métodos educacionais que eram empregados pelos inicianos, para assim construir uma educação mais sintonizada com a Era Moderna em que Portugal estava inserido.

O autor também se aprofundou na pesquisa documental nos arquivos portugueses, especialmente na Universidade de Coimbra, onde pôde compor um quadro de como foi organizada a reforma educacional, tanto em Portugal como no Brasil, embora termine por afirmar que era difícil medir os reais impactos da reforma educacional pela falta de fontes detalhando esse movimento socioeducacional.

Duas décadas se passaram até que outro estudo viesse revisitar de forma impactante a questão da reforma dos estudos, desta vez com a contribuição de um historiador português que se tornaria o novo paradigma acerca da temática também no Brasil. Em 1978, foi publicado o livro *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*, de autoria de António Alberto Banha de Andrade. Nele, o autor retomou a discussão dos Estudos Menores do ponto onde

¹¹ Laerte Ramos de Carvalho (1922-1972) foi filósofo e historiador, uma grande referência acerca do pombalismo no Brasil, além de ter sido o primeiro diretor da Universidade de São Paulo em 1969.

Carvalho parou e, após um extenso levantamento de fontes em diversos arquivos portugueses, demonstrou que era sim possível analisar os impactos da reforma educacional no Brasil, uma vez que, ao recompor o quadro que estava disperso nos arquivos portugueses, faz uma análise segmentada da implementação da reforma dos Estudos Menores na América portuguesa. Aqui, Banha de Andrade conseguiu reunir documentação suficiente para analisar os impactos da reforma em diversas capitanias brasileiras, desde Pernambuco até São Paulo, o que fez com que sua obra se tornasse material de consulta obrigatório para todos que buscam estudar o impacto da implementação da reforma dos Estudos Menores no Brasil.

Os livros de Azevedo, Carvalho e Banha de Andrade consolidaram-se como três das maiores obras de referência para aqueles que querem estudar o tema da reforma dos Estudos Menores no Brasil, tornando-se presença constante nos trabalhos que se dedicam a se aprofundar nesse tema nos últimos anos. Seja para concordar ou discordar das afirmações dos três autores de como se deu a reforma dos Estudos Menores no Brasil, dificilmente um pesquisador dessa temática tem como fugir de prestar homenagens a essas três obras pela relevância que alcançaram como referências nessa área, mas o nosso objetivo com esta seção não é somente recapitular quais são os grandes autores e livros acerca da criação das aulas régias.

Uma das demonstrações da relevância desses autores como clássicos dos Estudos Menores é a forte presença deles até hoje nos trabalhos que levantamos para a análise neste capítulo e no capítulo seguinte. Mesmo Azevedo, tão criticado por boa parte da historiografia brasileira nas últimas décadas, continua sendo bem lido pelos autores mais recentes. De acordo com nosso levantamento, ele está presente na bibliografia de 9 dos 13 pesquisadores que estudaram a temática da reforma dos Estudos Menores.

Cabe mencionar que Carvalho é referenciado em 10 dos 13 trabalhos analisados, ao passo que Banha de Andrade está presente em 11 dos 13 textos selecionados.

Pretendemos, nesta seção, observar como essas obras clássicas foram apropriadas pelos programas de pós-graduação e como têm tratado o tema da reforma dos Estudos Menores nos trabalhos mais recentes.

3.2 A REFORMA DOS ESTUDOS MENORES ATRAVÉS DE TESES E DISSERTAÇÕES

Chegamos, pois, às questões mais importantes desta seção: como os programas de pós-graduação têm tratado o tema da implantação dos Estudos Menores através das teses e dissertações? De que maneira eles se interessaram e se apropriaram dessa temática? Quais são

os referenciais teóricos utilizados pelos autores? Onde são encontradas e como são trabalhadas as fontes referentes ao tema? Ou, de uma forma mais simples, o que há de comum ou de diferente entre esses estudos?

Para responder a essas perguntas, realizamos um levantamento nas duas principais plataformas que servem de repositório da produção de teses e dissertações no Brasil, o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (Catálogo Capes) e o Banco Nacional de Teses e Dissertações (BNTD), para que pudéssemos avaliar a produção disponível. Como termos de pesquisa dentro desses bancos de dados, utilizamos: “Estudos Menores”, “Professores Régios”, “Reformas Pombalinas da Educação”, “Educação Colonial Brasileira” e simplesmente “1759”. A partir desse momento, pudemos avaliar os resultados das buscas.

Usando o termo “Estudos Menores”, obtivemos um total de 40.812 resultados no Catálogo da Capes. Já no BNTD, o número foi ainda maior, com impressionantes 74.843 resultados; contudo, esses dados mostraram-se de pouca utilidade para este estudo, uma vez que a maioria dos trabalhos estava relacionada à temática da saúde infantil.

Com o termo “Professores Régios”, encontramos um total de 7 resultados no Catálogo da Capes e 20 no BNTD. Essa pesquisa apresentou resultados mais promissores, especialmente no Catálogo da Capes, onde a maior parte dos trabalhos encontrados relacionava-se diretamente à temática dos Estudos Menores no Brasil.

A busca pelo termo “Reformas Pombalinas da Educação”, por sua vez, resultou em 23 trabalhos no Catálogo da Capes e 45 no BNTD, novamente com resultados relevantes para o presente estudo.

Já com o termo “Educação Colonial Brasileira”, identificamos 126 resultados no Catálogo da Capes e 738 no BNTD. Neste caso, os trabalhos foram mais amplos, com foco majoritário na educação promovida pelos jesuítas, em detrimento das reformas pombalinas.

Por fim, utilizando o termo “1759”, obtivemos 153 resultados no Catálogo da Capes e 380 no BNTD. Esses resultados também foram pouco proveitosos, pois abrangiam pesquisas sobre os mais variados temas relativos a essa data, especialmente no BNTD. Ainda assim, no Catálogo da Capes, foi possível localizar alguns estudos relevantes para o nosso objeto de pesquisa, mesmo com um termo tão genérico.

De forma qualitativa, após esse extenso levantamento, identificamos um total de 26 trabalhos relacionados à temática. Contudo, uma análise mais detida revelou que apenas 13 deles tratavam efetivamente da implementação da reforma dos Estudos Menores no Brasil. Os outros 13 precisaram ser excluídos, visto que, embora o título ou o resumo sugerissem relação com a reforma, os estudos tratavam, na verdade, de análises sobre a reforma de primeiras letras

(realizada em 1772) ou sobre justificativas teóricas e filosóficas para a implantação dos Estudos Menores, sem abordar a sua aplicação concreta.

Mesmo entre os trabalhos incluídos, nem todos se dedicavam exclusivamente à reforma dos Estudos Menores, havendo estudos que discutiam também outras reformas pombalinas, educacionais ou administrativas. O critério final para compor o conjunto das 13 obras selecionadas foi a presença de, ao menos, uma seção dedicada à análise do processo de implementação da reforma em uma capitania específica ou no Brasil como um todo.

Desses 13 trabalhos, oito eram dissertações de mestrado e cinco, teses de doutorado. O que se pode pontuar, de início, é o número bastante reduzido de pesquisas (teses e dissertações) dedicadas ao tema. Apesar de poucos, esses estudos apresentam alta qualidade e contribuem para compreender como o tema tem sido tratado nos programas de pós-graduação brasileiros. As razões para essa baixa produção serão discutidas ao final desta seção; por ora, interessa-nos analisar a composição desses trabalhos e identificar suas semelhanças e diferenças.

Um aspecto relevante é que, apesar de poucos, os trabalhos selecionados apresentam grande abrangência geográfica: há estudos que analisam a institucionalização das aulas régias no Piauí, em Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Sergipe, na Bahia e no Rio de Janeiro. Assim, acreditamos que uma análise detalhada desse conjunto contribui para oferecer um panorama mais amplo da reforma dos Estudos Menores, em contraste com trabalhos restritos a uma localidade específica. A divisão desses estudos por local de produção acadêmica está apresentada no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Divisão dos Trabalhos de acordo com o local de produção acadêmica

Local de estudo	Número de trabalhos
Goiás	1
Mato Grosso	1
Pernambuco	1
Sergipe	2
Rio Grande do Norte	2
Rio de Janeiro	2
Minas Gerais	2

Fonte: Elaboração própria (2025).

Detalhando esses trabalhos mais especificamente, afirmamos que estão concentrados em dois tipos de programas de pós-graduação, ou em variações desses: Educação e História. Dos 13 trabalhos reunidos, oito pertencem a programas de pós-graduação em Educação, sendo um deles vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade Estadual de Minas Gerais. Os cinco trabalhos restantes pertencem a programas

de pós-graduação em História, incluindo um vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal de Pernambuco e outro ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ao adentrar os trabalhos propriamente ditos, um ponto relevante é que sua produção é bastante recente em termos historiográficos. Dos 13 trabalhos analisados, apenas dois foram produzidos no século XX, em 1995 e 1998, ambos provenientes do Rio de Janeiro, possivelmente inspirados pelos estudos do professor Francisco Falcon, referência brasileira a partir dos anos 1980 para estudos sobre Iluminismo e Despotismo Esclarecido e sua apropriação no império português. As duas teses analisaram a instituição das aulas régias no Rio de Janeiro.

Como as teses e dissertações selecionadas são majoritariamente recentes, refletem as tendências teóricas do século XXI. Ao analisarmos as referências teórico-metodológicas dos trabalhos, observamos muitas semelhanças nos autores e correntes privilegiadas. Destaca-se, de imediato, a predominância da História Cultural como referencial de análise. Nomes como Roger Chartier, Norbert Elias, Peter Burke e Robert Darnton aparecem com frequência, sendo que apenas três trabalhos não utilizam algum desses autores como referencial teórico principal.

Fazendo uma breve contagem, percebemos que Roger Chartier está presente em cinco dos 13 trabalhos. Peter Burke e Robert Darnton aparecem como referência em dois trabalhos cada, e Norbert Elias também em dois. Nota-se, portanto, que a História Cultural domina amplamente a produção acadêmica sobre a implantação dos Estudos Menores no Brasil, enquanto outros referenciais permanecem praticamente ausentes.

A historiografia com viés marxista, que teve grande presença na academia brasileira durante os anos 1970 e 1980 (Jesus, 2020), praticamente desapareceu desses estudos, identificando-se apenas um que utilizou o Materialismo Dialético como referencial teórico. Essa distribuição por teóricos está representada no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 - Divisão dos trabalhos por referencial teórico

Referencial teórico	Número de ocorrências
Roger Chartier	5
Peter Burke	2
Robert Darnton	2
Norbert Elias	2
Karl Marx	1
Viecent, Lahire e Thin	2

Fonte: Elaboração própria (2025).

Outra questão que nos chama atenção é o recorte temporal utilizado nos trabalhos selecionados. Em sete desses trabalhos, foi utilizada uma longa duração, tendo como recorte inicial o ano da implementação das aulas régias (1759), ou até antes dessa data, se estendendo até depois da independência do Brasil. No entendimento dos autores pesquisados, não houve diferenças significativas o suficiente para que se pudesse considerar que o modelo educacional implantado depois da independência brasileira foi muito diferente do empregado durante os tempos coloniais, por isso entendem a reforma dos Estudos Menores como mais uma etapa da instituição do ensino como dever do Estado, e não mais como uma prerrogativa das ordens religiosas.

Parece-nos que, para a maioria dos autores analisados, a implementação da reforma dos Estudos Menores configura-se como um tema inserido em outro mais amplo: o processo das reformas pombalinas da educação. Assim, observamos que alguns trabalhos se dedicam a analisar certos aspectos da reforma dos Estudos Menores em determinadas seções, enquanto outros tratam da reforma das primeiras letras de 1772 ou da reorganização da Universidade de Coimbra, ocorrida no mesmo ano.

Essa situação, porém, não é algo novo, como já apontou Bruno Bomtempo Júnior (1995). A historiografia brasileira tende a produzir consensos em torno das temáticas preferidas da historiografia da educação, das correntes teóricas em voga e, nas últimas décadas, de recortes temporais e objetos de estudo cada vez mais específicos (Bomtempo Jr., 1995, p. 105).

Quanto às fontes presentes nesses trabalhos, há uma variedade de fontes reunidas através da pesquisa nos arquivos ou em obras escritas durante o século XVIII, tais como referências a cartas dos professores endereçadas à metrópole, testamentos, ordens régias, alvarás, compilações da legislação portuguesa da segunda metade do século XVIII e até mesmo alguns poemas produzidos por alguns dos professores régios que atuaram no Brasil. É interessante também observar a diferença entre os arquivos pesquisados nos trabalhos produzidos nos anos 90 do século XX e os trabalhos dos últimos anos: enquanto nos trabalhos mais antigos existe uma busca maior por fontes nos maiores arquivos, nos trabalhos mais recentes há uma valorização da busca de arquivos estaduais ou de fundos de preservação da memória municipais.

Nos primeiros trabalhos, observamos que os autores se dedicaram à pesquisa de fontes no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, ou mesmo na Torre do Tombo, em Lisboa, privilegiando os maiores arquivos pela ideia de que seria mais fácil localizar documentos relevantes tanto no Brasil quanto em Portugal. Com o avanço da tecnologia da informação e a digitalização de parte dessas fontes, a abordagem de pesquisa mudou: os trabalhos mais

recentes passaram a buscar documentos em arquivos estaduais, que ainda não tinham passado por este processo de digitalização, a fim de trazer novas fontes e perspectivas que não estavam presentes nos grandes arquivos nem nas obras já consolidadas da historiografia educacional.

Os autores dos trabalhos mais recentes enfrentaram o difícil desafio de selecionar fontes em arquivos públicos nem sempre bem organizados para obter material suficiente para suas pesquisas. Cabe aqui nosso agradecimento a todos esses pesquisadores, pois, sem eles, o presente estudo não seria possível.

3.3 UMA ANÁLISE SOBRE OS ESTUDOS MENORES ATÉ AQUI

A grande realidade é que a reforma dos Estudos Menores e a implementação das aulas régias no Brasil nunca foram um tema que chamou muito a atenção da historiografia da educação no país. Consolidou-se a ideia de que, se a educação durante os tempos imperiais foi marcada pelo atraso e pela falta de estrutura, foi ainda pior durante os tempos coloniais, em que as diretrizes para organização do ensino tinham que atravessar um oceano para chegar até o Brasil.

A educação colonial foi muitas vezes confundida com a educação jesuítica. Com a expulsão da ordem inaciana em 1759, segundo o senso comum, o que ficou aqui foi um caos que as autoridades portuguesas não estavam interessadas o bastante para tentar resolver, visão consolidada, como já afirmamos, pela obra de Fernando de Azevedo. Por mais que Laerte Ramos de Carvalho tenha escrito *As reformas pombalinas da instrução pública* em 1952, quase dez anos depois da publicação de *A cultura brasileira*, de Azevedo, e tenha demonstrado que entre erros e acertos a reforma dos Estudos Menores foi parte de um processo maior de reforma administrativa que já estava sendo pensada décadas antes da sua implantação por grandes intelectuais portugueses como Verney e Ribeiro Sanchez, ele não conseguiu, com aquela publicação, alterar o *status quo*.

Durante esse período, a historiografia da educação estava mais interessada em estudar os impactos dos primeiros anos de educação republicana e dos grupos escolares que se estabeleceram naquele período. O tema da educação colonial continuava ainda muito distante da preocupação e do olhar da maioria dos historiadores. Assim, a obra de Carvalho é excepcional em vários aspectos pelo exaustivo levantamento de fontes, por ter defendido que não existia uma animosidade prévia entre o Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus e por ter conseguido detalhar a implementação das diversas reformas educacionais – desde a reforma de primeiras letras até a reforma da Universidade de Coimbra.

Mas a realidade é que a obra não conseguiu fazer escola, pois não houve uma revitalização dos estudos sobre a educação colonial e sobre a reforma dos Estudos Menores, com uma crescente produção de trabalhos acerca desse tema após a publicação do seu trabalho, que ganharia uma segunda versão em 1978, com a publicação do estudo na versão de livro, a qual realmente consolidou Carvalho como uma das grandes referências acerca das reformas educacionais pombalinas.

Não conseguimos localizar nenhum trabalho anterior ao ano de 1995 no levantamento realizado na BNTD ou no Catálogo Capes sobre a reforma dos Estudos Menores. Com isso, a obra de Carvalho configura-se certamente como uma referência nesse tema, ainda que sua consolidação como tal seja um fenômeno relativamente recente. Da mesma forma, é recente a tendência de boa parte da historiografia da educação em abandonar a ideia de caos e completo abandono da educação no período colonial. Como evidenciado pelo levantamento realizado, existe um movimento – embora ainda pequeno – de retomada da discussão sobre os Estudos Menores no Brasil.

Com a consolidação dos trabalhos de Carvalho, Falcon, Banha de Andrade e Maxwell no Brasil, um novo entendimento do que foram as reformas educacionais pombalinas e da própria administração portuguesa do período começou a ser criado, com a revitalização dos estudos dessa temática com novas fontes e metodologias. Vimos, nos trabalhos mais recentes, uma preocupação em vasculhar os arquivos estaduais em busca da documentação desse período de reforma educacional, a qual ficou durante séculos pouco explorada pelos historiadores, podendo assim ampliar a discussão empreendida por Carvalho e Banha de Andrade, que pesquisaram fontes nos arquivos portugueses. Nesse contexto, os novos trabalhos têm tentado revalorizar a história local das aulas régias entre seus erros e acertos.

Os novos trabalhos produzidos especialmente após o século XXI têm contribuído para demonstrar o alcance da reforma dos Estudos Menores no Brasil, até mesmo nas províncias mais afastadas dos centros de poder, mostrando que a educação foi uma das grandes discussões mesmo em capitanias como Goiás e Mato Grosso, que tinham sido recentemente criadas na época em que foram instituídas as aulas régias. Desse modo, eles têm o mérito de trazer uma abrangência maior para a reforma dos Estudos Menores e demonstrar o quanto ela foi diversa em sua aplicação, com cada capitania enfrentando diferentes desafios para tentar implantar a vontade real de substituir os jesuítas por professores régios. Mas, ao mesmo tempo que esses trabalhos são diversos, eles também têm muitos pontos de contato.

Algo que nos chama atenção é a predominância da História Cultural como metodologia de análise em quase todos os trabalhos. É impressionante notar que, mesmo considerando

estudos de diferentes regiões do Brasil, há pouca diversidade de referenciais teóricos, o que leva muitos trabalhos analisados a apresentarem estruturas bastante semelhantes, ao enfocarem a temática sob lentes muito parecidas.

Por outro lado, não podemos nos eximir da nossa “culpa” nessa questão, já que também utilizamos como referencial teórico as contribuições de Roger Chartier, especialmente com seu conceito de representação, que também esteve presente em alguns dos trabalhos levantados. Essa situação é relativamente comum na historiografia da educação, como apontamos. Durante os anos 70 e 80 do século passado, predominaram os trabalhos com viés marxista, mas entendemos que, quanto mais variada for a metodologia utilizada nos estudos, mais qualificado será o debate historiográfico a ser apresentado.

Essa baixa produção de trabalhos em história da educação que evidenciem o período colonial é, de certa forma, recorrente. Na dissertação de Bomtempi Júnior (1995), que analisou todas as teses e dissertações exclusivamente dedicadas a temas de história da educação brasileira produzidas entre 1972 e 1988, constatou-se que apenas cinco trabalhos se voltavam ao estudo do período colonial, dentro de um universo de 146 pesquisas.

Embora tenha havido um crescimento no número de trabalhos em história da educação desde os anos 1980, o baixo número de estudos sobre a reforma dos Estudos Menores mostra que ainda persiste um reduzido interesse pela história educacional da colônia. Além disso, o pequeno número de pesquisas sobre essa temática pode ser explicado pelo fato de que os autores dedicados a ela enfrentaram o árduo trabalho de localizar fontes em arquivos regionais, muitas vezes pouco organizados, e contaram com poucas referências brasileiras, dificultando, assim, a fundamentação teórica e a divulgação do tema entre a comunidade acadêmica, que ainda não se apropriou dele.

Esperamos que os estudos sobre a reforma dos Estudos Menores continuem avançando, agora que muitas das fontes dispersas em arquivos passaram a ser referenciadas nos trabalhos levantados e, em alguns casos, digitalizadas. Logo, acreditamos que esses novos estudos poderão servir de inspiração para futuras pesquisas, de modo que visões reducionistas da reforma – consagradas na obra de Azevedo – sejam progressivamente revistas. Assim como houve uma renovação historiográfica sobre a educação imperial, esperamos que historiadores da educação se interessem também pelos estudos da educação colonial após a expulsão dos jesuítas no Brasil.

Além disso, é desejável que novas pesquisas tragam perspectivas metodológicas inovadoras, permitindo superar as estruturas interpretativas que historicamente dominaram a historiografia da reforma dos Estudos Menores. Podemos afirmar que os estudos mais recentes

demonstram que ainda há muito a ser feito: novas fontes foram descobertas, antigos estigmas estão sendo reavaliados e uma lenta renovação interpretativa vem ocorrendo. Entretanto, é fundamental que novas pesquisas se somem a essa discussão a fim de que a reforma dos Estudos Menores seja devidamente valorizada.

4-AS REPRESENTAÇÕES DA REFORMA POMBALINA DOS ESTUDOS MENORES ATRAVÉS DAS TESES E DISSERTAÇÕES

É possível afirmarmos sem grandes controvérsias que os grandes livros que serviram como referencial acerca da reforma dos Estudos Menores no Brasil são: *As reformas pombalinas da instrução pública*, escrito por Laerte Ramos de Carvalho, e *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*, escrito pelo historiador português António Alberto Banha de Andrade, dada a grande quantidade de citações realizadas pelas teses e dissertações que analisamos neste trabalho. Ambos livros publicados em 1978 serviram como referência obrigatória para os historiadores que trataram da temática educacional pombalina depois deles, devido ao vigor interpretativo, apresentação de consistente documentação e apuro intelectual ao tratar das motivações acerca da reforma educacional.

Ambas as obras intentam tratar da reforma de uma maneira ampla, enquanto que Carvalho enfoca nos motivos políticos e econômicos que fizeram com que a expulsão dos jesuítas fosse efetivada e posteriormente todo o sistema educacional do império português teve que ser reformado, Andrade trata da aplicação da reforma dos Estudos Menores nas distintas capitâncias do Brasil expondo os seus relativos sucessos e os seus mais constantes percalços. O que a nova geração de historiadores que estudaram as reformas educacionais pombalinas tem realizado, especialmente a partir dos anos 90 e 2000 como expomos anteriormente é tratar da reforma de forma localizada e bem mais específica, mais até do que Andrade realizou, conseguimos observar trabalhos que analisavam a aplicação da reforma dos Estudos Menores não em capitâncias, mas em estado micro através da aplicação em vilas (Silva,2020).

Neste capítulo, seguiremos os resultados mais recentes da historiografia e buscaremos analisar as representações da reforma dos Estudos Menores no Brasil através das teses e dissertações mais atualizadas que tratam desta temática, tratando demonstrando como foi realizada, na prática, a reforma nas terras brasileiras após a expulsão dos jesuítas, buscamos seguir os passos de Banha de Andrade que dividiu a reforma através das capitâncias brasileiras

e apontar novas informações que eventualmente não estiveram acessíveis ao historiador português na época dos seus estudos. Infelizmente não poderemos fazer uma análise comparativa da obra de Andrade com as teses e dissertações mais recentes, já que o historiador lusitano utilizou diversos arquivos históricos da sua nação para realizar sua análise da reforma no Brasil, enquanto que nem todas as capitânicas citadas por ele foram contempladas com estudos recentes que servissem como comparativo as informações que ele traz em seu livro.

Consideramos que será de bom proveito para o andamento deste capítulo destacarmos os diversos objetivos destas teses e dissertações, para valorizarmos os múltiplos enfoques que os autores deram a mesma temática, ainda assim, podemos dividi-los em alguns grupos, houveram trabalhos que se dedicaram a demonstrar que a reforma dos Estudos Menores no Brasil foi muito mais complexa do que estabeleceu Fernando de Azevedo no seu livro *Cultura Brasileira* (1944), como os de Leite (2017) e Almeida (1995), alguns se dedicaram a tentar recompor a vivência dos primeiros professores régios - Silva (2006); José (2023); Domingues (2009); Silva (2020), Cunha (2009) – e, por fim, houve o caso dos trabalhos que tiveram como objetivo analisar a aplicação da reforma a partir do ponto de vista dos alunos que participaram desta transformação educacional, Dourado (2014); Vieira (2011).

Decidimos por tratar a reforma de forma localizada, de acordo com as capitânicas do Brasil, o fazemos, pois geralmente, os trabalhos consultados tem seguido a tendência contemporânea de analisar exclusivamente uma única localidade, seja uma capitânia ou até mesmo uma vila específica, no intuito de trabalhar o tema de forma intensiva, o que nos ajudou a ter uma boa noção de como foi registrada a reforma dos Estudos Menores nestas diversas localidades e de como ela é representada em cada um destes estudos.

4.1-A APLICAÇÃO DA REFORMA DOS ESTUDOS MENORES EM MINAS GERAIS

Diferente de outras capitânicas, em Minas Gerais a população não contou com a presença de padres jesuítas, então estavam acostumados a buscarem formas alternativas de educarem-se, especialmente os membros da elite colonial (Dias, 2009, p.7). Quando a expulsão dos jesuítas foi formalizada em setembro de 1759, esta pouco teve efeito na vivência da colônia.

Em Minas Gerais, a reforma dos Estudos Menores realizou um trabalho realmente inovador de formalizar oficialmente a função de mestres e professores régios, algo totalmente disruptivo até aquele momento, já que era habitual delegar as funções educacionais à própria família, que tivesse condição de pagar por tutores, ou aos membros mais intelectualizados e dispostos da Igreja (Dias, 2009, p. 17). A educação formal e enciclopédica aqui empregada era

e continuou sendo destinada aos filhos da elite, enquanto que aos mais humildes era empregada uma educação mais rústica, muita das vezes não se ensinando mais do que o curso de primeiras letras.

O que acontecia até a metade do século XVIII era o envio das crianças mais abastadas que quisessem continuar os seus estudos para participarem de aulas públicas na Bahia ou no Rio de Janeiro (Dias,2009, p.21), onde lhes fosse mais conveniente, o que não deixava de ser um processo bastante custoso, tendo em vista a viagem necessária, além de todos os custos para a manutenção destes estudantes em outra capitania, nesse sentido a reforma educacional pombalina facilitou a vida destes estudantes e dos pais que desejavam que seus filhos fossem bem instruídos no ciclo das humanidades ou Estudos Menores. Assim como acontecia em outras localidades, era comum que as câmaras das vilas mineiras escrevessem ao reino pedindo o auxílio para o estabelecimento de alguma classe régia na mesma vila, já que nada poderia ser feito sem a autorização real, estes pedidos acumulavam-se na corte e nem sempre eram atendidos ou eram atendidos após anos de espera, relegando aos próprios moradores a continuidade das funções educacionais (Dias, 2009, p26;30).

Um dos pontos mais relevantes que podemos destacar para demonstrar o quanto a aplicação da reforma dos Estudos Menores foi problemática em Minas Gerais é o número decrescente de professores régios, de acordo com Dias:

Após um período de crescimento de vinte e dois anos ocorre uma queda significativa de 1795 em diante. O número de aulas de Gramática Latina, que era de 11, cai para 5. Mariana e Piranga, na comarca de Ouro Preto, ficam sem aulas de Latim e a Comarca do Rio das Velhas que possuía 4, em 1800 não tem nenhum. Os mestres de ler, escrever e contar que totalizavam 27 em 1795 passam a ser 16 em 1800, ou seja, 11 a menos. Rio das Velhas sofreu a maior queda, dos 8 mestres só restaram 3 (2009, p.34)

Estes números nos mostram como de uma maneira geral, a administração portuguesa não conseguiu fazer da profissão de mestres ou professores régios uma função atrativa, as dificuldades de garantir uma remuneração estável e atrativa e a falta de apoio governamental para o desempenhar suas funções em uma condição agradável fizeram com que vários destes profissionais abandonassem as suas funções como observamos acima. Por parte da população havia um sentimento de frustração pela cobrança do subsídio literário, mesmo nas vilas que não contavam com nenhum mestre ou professor régio, o que fez com que a sonegação e as fraudes em relação a essa cobrança fossem relativamente comuns (Dias,2009, p.36;39).

O processo para a oficialização de um professor régio era um processo complexo que envolvia o reconhecimento das capacidades do requerente pelas autoridades imperiais em Lisboa, notadamente do Diretor-Geral de Estudos, enquanto que o processo para o apontamento de um substituto, que em geral receberia a metade do salário de um professor

régio plenamente reconhecido pela metrópole, era muito mais simples, cabendo as próprias câmaras locais que contavam com professores régios definirem os seus substitutos. Estabelecia-se assim um jogo duplo, enquanto a legislação dificultava o pleno reconhecimento dos professores régios com salário integral, abria possibilidades para que os substitutos fossem mais facilmente integrados a hierarquia administrativa a partir das suas relações sociais mais próximas (Dias,2009, p.45-46).

Apesar das já tão referidas dificuldades para o exercício do magistério em Minas Gerais, o que justificava que houvessem candidatos aptos e que continuavam nas suas funções era a possibilidade de acumular o cargo de professor régio com outra ocupação que já mantivessem, servindo o magistério como um complemento para suas rendas, algo que se intensificou após o estabelecimento do subsídio literário quando passou-se a esperar mais firmemente que algum momento os seus vencimentos seriam pagos, também havia o fator de possível aprofundamento das relações com as elites locais, já que era necessária a anuência das mesmas para exercer a função de professor substituto. Muitos dos que continuavam a exercer suas aulas tinham a expectativa de que ao estar de certa maneira próximos do círculo interno do poder local poderiam posteriormente galgar alguma função mais vantajosa dentro da hierarquia local (Dias, 2009, p. 52;58).

A reforma dos Estudos Menores em Minas Gerais ocorreu de uma maneira peculiar pela própria história local que não tinha contado com mestres jesuítas, tendo a administração que realmente empenhar-se em desenvolver um sistema educacional propriamente dito, algo que tinha até aquele momento, metade do século XVIII, sempre sido relegado à sorte dos pais mais afortunados da região, também é algo digno de destaque que nunca a administração conseguiu transformar a profissão de professor régio em algo atrativo aos letrados, num movimento que se diferenciou do que aconteceu em outras regiões em que o estabelecimento do subsídio literário estimulou o crescimento do número de professores régios, na capitania mineira a tendência de queda do número dos profissionais da educação continuou mesmo após o estabelecimento deste tributo.

4.2- A APLICAÇÃO DA REFORMA DOS ESTUDOS MENORES EM GÓIAS

A situação da capitania de Goiás na segunda metade do século XVIII, de acordo com boa parte da historiografia tradicional é de um reducionismo decadente, ainda maior do que nas Minas Gerais, é marcante em diversos autores a ideia de decadência, de distância do auge da produção aurífera (Leite, 2017, p.82). Essa situação não é em todo verdadeira, tendo em

vista que houve um interesse da administração portuguesa em criar classes régias na capitania goiana (Leite, 2017, p.86), prerrogativa que somente as localidades com alguma relevância econômica ou social possuíam.

Porém, por mais que não houve um esquecimento estatal para a definição dos professores régios durante as reformas pombalinas, estas só vieram a ser realmente efetivadas após o governo de Pombal, de acordo com Leite: Conforme os documentos listados por Bretas (1991), entre os anos de 1787 a 1790 foram nomeados, oficialmente pelo reino português, oito professores para a capital e outros arraiais e vilas na Capitania de Goyaz (2017, p.78).

Destes professores possuímos algumas informações, novamente de acordo com Leite:

Soma-se a isto a observação quanto à distribuição espacial dos professores régios no qual, 5 professores régios atuaram em Vila Boa, sendo 2 (dois) de Gramática Latina, 1 (um) de Retórica e 2 (dois) de Filosofia; ao passo que em no Arraial de Meia Ponte houve 2 (dois) professores na cadeira de Latim (2017, p.100)

Assim como em outras regiões destaca-se a presença de padres que também exerceram a função de professores régios, dos 8 professores mencionados acima, quatro também eram integrantes da Igreja Católica, sendo três destes exercendo a atribuição de professores régios de gramática latina e o outro sendo empregado como professor régio de filosofia racional e moral (Leite, 2017, p.103). A administração, porém, não fez qualquer distinção em relação aos clérigos e aos leigos, todos tiveram dificuldades de receberem seus provimentos (Leite, 2017, p. 104), porém como ocorreu em Minas Gerais, alguns destes mestres posteriormente foram recompensados com cargos mais vistosos dentro da administração local (Leite, 2017, p.104-105).

4.3- A APLICAÇÃO DA REFORMA DOS ESTUDOS MENORES EM MATO GROSSO

Por se tratar de uma capitania recente, tendo sido criada no ano de 1748, Mato Grosso, assim como Minas Gerais não contou com uma prévia presença de educadores jesuítas que tivessem previamente estabelecido um modo de educação, mesmo que desconexo, tiveram que os administradores locais ao receberem as notícias da expulsão da ordem inaciana de todo o império português de tratar de começarem a definir estratégias para que o ensino público fosse executado.

A realidade, porém, é que diversas outras preocupações administrativas geradas pela criação da capitania, o estabelecimento de uma hierarquia básica e a definição das próprias

fronteiras da capitania fizeram com que a preocupação com a educação fosse adiada para um momento posterior, muito embora este tema fosse discutido dentro das câmaras locais (Dourado, 2014, p.223) Esta preocupação foi tão real que a capitania promoveu a seleção e aprovação de dois candidatos ao cargo de professor régio de gramática latina para exercerem suas funções na vila de Cuiabá, foi o caso dos padres José de Almeida e Manuel Alves (Dourado, 2014, p.226).

Apesar deste fato, a realidade geral na capitania era de um baixo desenvolvimento educacional, com o desenvolvimento das atividades educacionais durante as primeiras décadas da capitania acontecendo muito mais pela vontade e empenho das próprias famílias do que pelo apoio estatal, estas atividades educativas concentraram-se nas maiores vilas da capitania, notadamente Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade (Dourado, 2014, p.222). A situação não era entendida como facilmente remediável a se considerar o estado de isolamento em que vivia boa parte dos moradores da recém criada povoação, havendo a autorização por parte do príncipe regente D. João VI no ano de 1799 para que o próprio governador de Mato Grosso, assim como foi recomendado para outras capitanias, tivesse a autonomia para coletar e administrar o subsídio literário, numa tentativa de garantir uma maior estabilidade de arrecadação e pagamento dos professores régios (Dourado, 2014, p. 228-229).

Sabe-se que apenas um ano depois desta determinação, o capitão-geral Caetano Pinto de Miranda Montenegro intentava realizar sua própria reforma para melhor arrecadação do subsídio literário (Dourado, 2014, p. 232), a situação, porém não se alterou profundamente, com a educação na capitania sendo na maioria dos casos subvencionada pelos próprios pais dos alunos, em espaços improvisados pelos próprios professores (Dourado, 2014, p. 238). Apesar de todas estas dificuldades materiais e organizacionais, há o registro oficial de que sete alunos foram enviados para continuar sua educação na prestigiosa Universidade de Coimbra durante os primeiros anos do século XIX, tendo inclusive sido criado um novo imposto para ajudar a custear a estadia destes jovens na universidade portuguesa (Dourado, 2014, p. 240-244).

4.4- A APLICAÇÃO DA REFORMA DOS ESTUDOS MENORES NO PIAUÍ

Um dos casos mais interessantes da aplicação da reforma dos Estudos Menores aconteceu na capitania do Piauí, muito embora ela não tenha ocorrido, de fato, as autoridades locais sugeriram que fosse criado um colégio a semelhança do Colégio Real dos Nobres, criado

em 1766, a versão colonial deste colégio chegou a ser proposta com a implementação do projeto a ser realizada na cidade de São Luís do Maranhão, mas que abrangeria os filhos da elite piauiense no regime de internato, da mesma forma que ocorria com os nobres portugueses. Esta proposta interessante e inovadora, porém, não foi levada adiante pela administração portuguesa, (Vieira,2011, p.73-74).

A população piauiense não se contentou com esta negativa, continuaram insistindo de diversas formas para que um sistema público de educação fosse instituído na capitania, sendo assim, por décadas insistiram pela nomeação de professores régios, com diversas petições partindo das câmaras e da própria população, em uma destas ocasiões, diversos membros da comunidade fizeram doações no ano de 1761 para que um sistema educacional pudesse ser estabelecido localmente, como afirma Vieira:

Os requerentes ao se comprometerem de fazer destinação de parte de seus bens, assinavam ou faziam o sinal da cruz no lugar do nome. Dentre os noventa e três (93) homens doadores, 74,3% declararam que não sabiam ler e escrever, rogando a terceiros a assinatura da declaração por eles; 19,3% afirmaram ter assinado a declaração; 6,4% disseram ter passado da própria letra e sinal. [...] As dezessete (17) mulheres doadoras, 88,2% diziam-se não saber escrever, portanto, rogaram a terceiros a assinatura da declaração por elas; 11,8% afirmaram ter assinado a declaração. (2011, p.76)

Apesar de mais essa profunda demonstração de vontade dos moradores piauienses de contarem com um sistema educacional atualizado de acordo com os métodos empregados pela reforma dos Estudos Menores, a pouca expressividade da atividade econômica piauiense fez com que mesmo com essa comovente atitude não fossem atendidos pelas autoridades competentes, continuou imperando no Piauí a educação informal, feita pelos poucos letrados que viviam na capitania e que estavam dispostos a compartilharem dos seus dons, sem grandes reconhecimentos estatais (Vieira, 2011, p. 77).

4.5- A APLICAÇÃO DA REFORMA DOS ESTUDOS MENORES EM PERNAMBUCO

A implementação extremamente problemática da reforma dos Estudos Menores em Pernambuco torna evidente o quão importante era realizar uma articulação com as elites locais se o funcionário régio quisesse ter uma vida mais facilitada, o que não foi a realidade do professor Manoel da Silva Coelho, um dos primeiros professores de gramática latina aprovados de acordo com os novos métodos e representante oficial da reforma em Pernambuco. Cabia ao professor Coelho dar notícia dos novos métodos que seriam empregados e trabalhar com os alunos que anteriormente estavam habituados ao ensino dos seguidores de Loyola.

Desde que chegou em Pernambuco envolveu-se em diversas polêmicas, seja com a população que não estava interessada em comparecer as suas aulas, com o ouvidor-geral que acusa de nunca ter se afeiçoado aos novos métodos e mostrar-se convencido da superioridade do antigo e até mesmo com o bispo local, que também acusa de mostrar-se mais interessado nos métodos inicianos e de não o ter recebido bem na capitania pernambucana (Da Silva, 2006, 60-63).

Sabemos tanto sobre a experiência do professor Coelho em Pernambuco, porque ele terminou por ser preso acusado de defloração, e é justamente durante o período em que ele esteve preso que o professor escreve uma longa missiva, enviada ao Diretor-Geral de Estudos, onde se defende das suas acusações, afirmando que os pernambucanos tinham inveja da sua intelectualidade e sem boas razões preferiam os professores ‘nacionais’, em detrimento dos enviados pelo rei (Da Silva, 2006, pg.67).

Mesmo preso, o professor régio ainda critica a atuação do ouvidor-geral que realizou sua prisão de forma vexatória e em público, algo que era proibido pelo título de nobreza que possuíam os professores régios aprovados em exame público em Portugal, além de queixar-se da sua baixa remuneração. Também supomos pelo relato do professor que ele continuou a ministrar suas aulas, mesmo durante o período em que esteve preso (Da Silva, 2006, p.66-69).

Apesar de ser condenado localmente, o professor termina absolvido pelas autoridades metropolitanas, apesar dos veementes protestos da vítima, e em tese poderia retornar às suas atividades educacionais, algo que termina por não realizar, o professor Manoel Coelho pede licença para retornar a Portugal, que lhe é concedida em 1770 (Da Silva, 2006, p.76). Todo o seu caso, porém, é emblemático porque demonstrou que a tentativa de uma aplicação forçada dos novos métodos por um professor que era desconhecido da população no momento em que chegou na capitania e a falta de maleabilidade do mesmo, terminou por nunca conseguir realizar o seu intento de aplicar a contento os novos métodos propostos pela administração, além de ter se envolvido em grave polêmica.

4.6- A APLICAÇÃO DA REFORMA DOS ESTUDOS MENORES NA BAHIA

Um dos relatos mais detalhados e aprofundados que conseguimos encontrar acerca da aplicação da reforma educacional no Brasil é a tese de doutorado de José Carlos de Araújo Silva, por ter se debruçado amplamente nas fontes presentes nos arquivos públicos baianos e na bibliografia pré-existente, Silva (2006) conseguiu realizar um trabalho mais extenso do que

vários outros que dispomos, temos também que ter em vista as circunstâncias que lhe foram favoráveis, à época da aplicação da reforma dos Estudos Menores (1759), Salvador ainda era capital do estado do Brasil e foi um dos primeiros locais a sentirem o impacto das mudanças, além de ter sido realizado na cidade a primeira seleção oficial para os novos professores régios que seriam os modelos ideais do novo método que seria empregado.

O primeiro ponto que temos que destacar é que a reforma, não se propunha a ser muito extensa, não havia um interesse e nem uma perspectiva de alterar essencialmente as dificuldades que afetavam um acesso ampliado à educação formal, como demonstra Silva:

Quanto ao precário cotidiano das escolas, cabe destacar as dificuldades, para consecução de um local para o funcionamento da aula, a falta de livros, de penas, de papéis e até de bancos escolares. No aspecto linguístico, a persistência das chamadas “línguas gerais”, criavam um maior “fosso cultural”, para o que se pretendia civilizar pela palavra. Essa problemática culminou por reforçar a teoria da superioridade cultural metropolitana como mais uma das justificativas para o domínio político então exercido. (2006, p.83-84)

Mesmo na capital colonial, continuavam a se impor as dificuldades materiais que foram tão presentes na aplicação da reforma educacional, também se buscava como efeito colateral da reforma acabar com as ‘línguas gerais’, permitidas como forma válida de comunicação durante o período de prevalência dos inicianos, mas que agora passavam a ser atacadas, da mesma forma como os religiosos tinham sido. Não demorou, porém, para a administração portuguesa a formalmente trabalhar pela seleção dos novos professores que substituiriam os professores jesuítas na Bahia.

Estas mudanças que deveriam ser a referência para todos os estudantes do ciclo de humanidades (Estudos Menores), ficaram bem restritos geograficamente, de acordo com Silva:

Nos limites estreitos da mudança, a primeira observação que deve ser feita é relativa ao alcance geográfico da reforma, que, nesse primeiro momento, ficou circunscrita as duas maiores aglomerações urbanas da Capitania: Salvador e Cachoeira. Assim sendo, fica evidente que, no restante do território baiano, onde havia escolas, continuou a ser aplicado o “método antigo”, inclusive com a utilização dos livros condenados pela reforma. Aliás, os indicados pela reforma ou não chegavam, ou quando chegavam eram em quantidade insuficiente e muito caros. (2006, p. 87)

As autoridades locais enfrentaram grandes dificuldades para atrair professores para as regiões mais afastadas da capital, por isso que durante os primeiros momentos a reforma ficou restrita a essas regiões, enquanto às outras foram relegadas a continuidade do antigo método, enquanto não se estabelecia o novo por todo o território baiano. De qualquer forma, foram selecionados 19 professores régios já em 1760, para ajudarem a atenuar a profunda falta de professores que assolava a capitania, destes destacam-se 11 padres, seguindo a tradição de

dominância de membros da Igreja Católica entre os primeiros professores régios (Silva, 2006, p. 87-88).

Assim como acontecia no Reino português, também na Bahia havia a realidade do ensino descentralizado com os professores sendo mestres de apenas um saber, muita das vezes ensinando em espaços improvisados em suas próprias casas (Silva, 2006, p.91) fazia com que o processo de aquisição de conhecimento fosse bem trabalhoso para os estudantes que tinham que buscar pelos seus mestres em diversas localidades, ao invés de encontra-los no mesmo sob a forma de colégios estruturados e mais fáceis de gerir do que o sistema pós reforma, onde cada professor era em si, uma escola.

Da mesma forma como aconteceu em diversas outras localidades, até o estabelecimento do subsídio literário, coube aos pais dos alunos baianos o financiamento direto da educação em muito dos casos com o pagamento aos professores (Silva, 2006, p.92). Quanto aos professores régios, assim como em outras localidades, a continuidade no magistério era estimulada pela certeza, ainda que incerta, por mais contraditório que isso possa soar de que receberiam alguma remuneração, seja dos pais ou do próprio Estado em algum momento, trabalhavam os professores com essa esperança em mente (Silva, 2006, p.94).

4.7- A APLICAÇÃO DA REFORMA DOS ESTUDOS MENORES EM SERGIPE

A aplicação da reforma dos Estudos Menores em Sergipe demoraria bem mais a ser iniciada do que em outras regiões do Brasil, com os primeiros professores régios só começando suas atividades na região em 1780, na época já se passavam três anos desde que o marquês de Pombal tinha sido destituído do poder e se encontrava em uma situação de pouca relevância política. Inicialmente alguns professores foram enviados para a cidade de São Cristóvão, e para as vilas de Santa Luzia e para Nova Vila Real do rio São Francisco (José, 2023, p. 112)

A aplicação dos Estudos Menores em território sergipano só tomou um impulso maior durante o governo da rainha Maria I, de acordo com José:

Entre os anos de 1780 e 1799, o padre Felix Pacheco Alvares da Silva e João Gois de Melo assumiram as aulas de Primeiras Letras e Gramática, na Vila de Santo Amaro das Brotas; enquanto O Mestre Joaquim José Moreira assumiu as aulas de Ler e Escrever, na cidade de Sergipe Del Rey, em 1799 (2023, p. 112)

Mesmo antes da expulsão dos jesuítas, já era difícil encontrar mestres dispostos a se dedicarem a educação dos jovens sergipanos, a dificuldade de locomoção, a pequena população branca, e uma série de incertezas faziam com que os mestres inacianos nunca tivessem realmente se interessado em praticar o ensino nas terras sergipanas, a expulsão destes religiosos

não contribuiu com a situação de falta de professores, na verdade a agravou, mesmo os outros religiosos que ocuparam o vácuo deixado pelos jesuítas não se dedicaram a educação, com um certo receio de sofrerem o mesmo destino dos jesuítas (José, 2023, p. 109-111).

Apesar de não contarem com um sistema educacional consistente, ainda assim continuavam pagando o subsídio literário, quando lhes foi cobrado este tributo, esta situação causou alguns atritos entre a população e a administração em certos momentos, já que a população insistiu no envio de professores régios, além de outros terem praticado a sonegação deste imposto (José, 2023, p. 113-114)

Se dedicar a prática da educação em Sergipe durante a metade final do século XVIII era tarefa inglória, por isso, alguns chegaram a abandonar seus cargos, como afirma José:

Além disso, muitos professores régios desistiam das aulas por acharem o salário desvantajoso. Temos como exemplo o professor José Pinheiro Requião, da vila Real de Santa Luzia, em Estância, que foi professor substituto nas escolas da cidade da Bahia, na freguesia dos Paços e também pensava em desistir por ter um ordenado que atrasava com frequência de cento e cinquenta mil réis, uma quantia considerada pequena quando levados em consideração todos os gastos que teria. (2023, p. 114)

É somente ao longo do século XIX que a educação sergipana vai contar com um projeto mais estruturado com a criação de colégios, além de uma sistematização maior do ensino e do próprio cargo de professor, mesmo assim tendo que enfrentar as dificuldades de um território de baixas possibilidades econômicas (José, 2023, p.115).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma dos Estudos Menores certamente representou uma grande transformação pedagógica na educação imperial portuguesa. A partir de 1759, o Estado português se dedicou a definir todos os aspectos do ensino, algo que nunca havia sido feito por nenhum Estado europeu, ainda mais nessa escala em um alcance intercontinental. A tentativa de centralizar esse processo a partir da figura do Diretor-Geral de Estudos foi uma medida acertada, mas como este não tinha autonomia financeira e, por várias ocasiões, tampouco política, seus intentos nem sempre foram cumpridos da maneira que ele esperava ou pretendia.

A reforma sofreu por este ineditismo, pela falta de um financiamento adequado até o estabelecimento do subsídio literário em 1772, e mesmo por um excessivo otimismo inicial que desconsiderou a dificuldade de substituir todo um sistema educacional que tinha sido construído e firmado pelos jesuítas por cerca de dois séculos. A ausência de manuais pedagógicos já consoantes com os novos métodos propostos pela legislação que estabeleceu os Estudos Menores também foi um fator complicador para a boa execução da reforma, que acabou por ser de certa maneira desfeita durante o reinado mariano, quando se aceitou a volta dos manuais pedagógicos dos jesuítas, num reconhecimento não oficial de que o Estado português nunca conseguiu suprir as normativas necessárias para a aplicação desta ampla reforma educacional.

Porém, devemos reconhecer que a educação portuguesa durante o período pombalino carecia, sim de reformas, e as contribuições de autores como Verney e Ribeiro Sanches tiveram um grande valor em apontar direções a respeito das transformações que poderiam ser executadas pela administração portuguesa, os tempos eram outros e uma educação que conseguisse entregar bons resultados em um tempo menor do que vinha sendo praticado até aquele instante era fundamental para a pretensão governamental de ampliar o número dos seus funcionários bem instruídos, ou mesmo o desenvolvimento da burguesia portuguesa dependia deste desenvolvimento educacional e especialmente da ampliação do número de estudantes.

O marquês de Pombal tão atacado por seus inimigos a partir do momento em que foi deposto em 1777, teve este mérito de iniciar o processo educacional que levaria à formação destes bons profissionais que começariam a ocupar posições relevantes, especialmente durante o século XIX, se havia realmente a necessidade de ser empreendida a expulsão da Companhia de Jesus é uma questão que não nos cabe debater, somente pretendemos compreender os seus

impactos para Portugal e seus domínios, em especial os impactos da criação deste novo sistema educacional estatal.

No mundo prático, os professores régios, sejam aqueles devidamente examinados em Portugal ou aqueles que se integraram à hierarquia através das suas relações locais no Brasil, acostumaram-se a uma vida de remunerações insuficientes, não importando a região em que viviam. Além disso, eles dependiam fundamentalmente de si próprios para empreenderem suas funções educacionais. Entre a estrita legislação, seja com o Alvará ou com as Instruções aos professores, e a prática educacional, existiu um abismo. Os professores sabiam que cabia a eles desenvolverem o melhor que pudessem as suas funções, de acordo com os novos métodos que não eram profundamente conhecidos por todos.

Terminou-se por estabelecer a função do professor como um profissional abnegado, que deveria dedicar-se às suas atividades sem esperar um grande retorno financeiro. Para os tais, deveria bastar a felicidade em compartilhar os seus conhecimentos com a nova geração e prepará-la para o futuro com a continuidade dos seus estudos no ciclo dos Estudos Maiores, a serem realizados na Universidade de Coimbra, já no reino português

Poder aprofundar estas discussões foi uma jornada ao mesmo tempo árdua e gratificante, porque pouco se escreveu a respeito dos Estudos Menores em comparação com outros temas educacionais com uma maior tradição historiográfica, como é o caso dos impactos da Lei do Diretório no Brasil. Em algumas ocasiões, foi complicado encontrar textos e análises que saíssem das conclusões dos clássicos Banha de Andrade e Laerte Ramos de Carvalho. Porém, através do tempo em que desenvolvi esta pesquisa, pude ter um contato e uma melhor noção de como se estabeleceu a minha profissão docente, seja no Brasil ou em Portugal, além de perceber os ecos desta primeira tentativa de profissionalização do ensino na estrutura imperial portuguesa.

Os trabalhos que consultamos sejam artigos, teses, dissertações e livros demonstraram o quanto a visão de Fernando de Azevedo classificando a expulsão dos jesuítas como um fracasso educacional completo é bastante reducionista, os trabalhos estudados demonstraram as iniciativas governamentais em busca de um desenvolvimento educacional, não se pode negar que houveram tentativas de estabelecer um sistema educacional amplo e coeso, o que nem sempre ocorreu por diversas razões. Entretanto, a visão azevediana continua sendo um certo senso comum em relação a educação colonial após o expurgo dos inacianos, tendo em vista

que não houve um amplo processo de renovação historiográfica quanto a esse período da educação colonial, com alguns dos trabalhos dedicando-se justamente a contrapor os argumentos de Azevedo.

É preciso também agradecer mais uma vez a contribuição dos membros da Cátedra Marquês de Pombal, seja pelas palavras de incentivo durante a realização deste trabalho, seja pela colaboração através da elaboração das suas obras acerca da vasta obra pombalina e das representações da mesma, estes trabalhos contribuíram para o desenvolvimento do meu próprio trabalho ao fornecer caminhos que eu não vislumbrava antes de ter contato com esta bibliografia.

Através da pesquisa em uma bibliografia mais atual pude perceber as nuances da aplicação da reforma dos Estudos Menores nas distintas capitanias e como apesar das dificuldades, o ensino continuou a sendo desenvolvido, em muitos dos casos por pressão da população que cobrou a estrutura estatal para que o ensino continuasse a ser desenvolvido, especialmente após a aplicação do subsídio literário. Os súditos da monarquia portuguesa mostraram-se mais ativos em busca daquilo que antes da época pombalina não se pensava em cobrar do Estado, que era o direito à educação pública. Por mais que esta educação ainda tenha se mantido destinada às elites locais, houve um senso de negociação maior entre a população e os seus governantes, começando uma era de exigência popular pela educação.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Anita C. L. De. A República das Letras na Corte da América Portuguesa: a Reforma dos Estudos Menores no Rio de Janeiro Setecentista. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 170 p. 1995.

ALVES-JESUS, Susana Mourato. O papel da educação para a emergência de um homem novo na época das luzes: Antecedentes teóricos e aplicações práticas no projeto político pombalino. *Revista de Estudos de Cultura*, [S. l.], v. 5, n. 15, p. 15–24, 2020. Doi: 10.32748/revec.v5i14.13845. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revec/article/view/13845>. Acesso em: 17 out. 2023.

ANDRADE, António Alberto Banha de. A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil. São Paulo: Saraiva, 1978

ARANHA, Maria L. A. História da Educação e da Pedagogia. Geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2006. (3ª ed. rev. ampl.)

AZEVEDO, Fernando de. "A Transmissão da Cultura", in Idem. A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1944.

BARBOSA, Sara R. S. O Ensino de Língua Latina e a Institucionalização da Profissão Docente no Brasil (1759-1771). Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 159 p. 2012.

BARROS, Jônatas B. e. A Introdução das Ciências Naturais no Pará por meio das Instituições de Ensino. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemáticas), Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará. Belém. 114 p. 2016.

BETTIOL, Maria R. B. A herança jesuíta ressignificada no grande projeto da Ilustração In: FRANCO, José E... [et al]. *Jesuítas e Iluminismo: Rupturas e Iluminismo*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2019. Lisboa :Theya Editores, 2020.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. *As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e práticas das aulas régias no Rio de Janeiro: 1759- 1834*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998, 322 pg.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. (Brasiliana, v. 334).

CARVALHO, Rómulo de. *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*. São Paulo: Saraiva. 1978.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações* Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHAUVIN, Jean Pierre. A “Expulsão dos Jesuítas” como lugar comum. *Revista de Estudos de Cultura* Pgs 48-64. Universidade Federal de Sergipe. | N 06 | Set. Dez./2016. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revec/article/view/5946>. Acesso em: 10/05/2023.

CRUZ, A. Nota sobre a reforma pombalina da instrução pública. *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, [S. l.], v. 2, 2019. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5875>. Acesso em: 27 abril. 2025.

CRUZ, A. “A reforma pombalina e as ciências auxiliares da História”, In: *Revista da História das Ideias*, vol. IV (1982 -1983), tomo II (O Marquês de Pombal e o seu Tempo), pp. 101-112. Disponível em: <https://ap1.sib.uc.pt/handle/10316.2/93093>. Acesso em: 27 abril. 2025

CUNHA, Elaine C. G. Da. O professor régio, o Bispo e o Ouvidor: distintos olhares sobre a educação em Recife (1759-1772). Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Departamento de Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife. 197 p. 2009.

DIAS, Manuel N. Fomento ultramarino e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) (VII). *Revista de História*, São Paulo, v. 37, n. 75, p. 55–83, 1968. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1968.127408. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/127408>. Acesso em: 7 jul. 2024.

DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIAS, Danielle Rezende B. *Universo das letras: Os desdobramentos da reforma pombalina da educação em Minas Gerais colonial*. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 86 pg. 2009.

DOURADO, Nileide S. *Práticas Educativas Culturais e Escolarização na Capitania de Mato Grosso (1748-1822)*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Educação. Cuiabá. 268 p. 2014.

FIOLHAIS, C., & FRANCO, J. E. (2017). Os jesuítas em Portugal e a ciência: continuidades e rupturas (séculos XVI-XVIII). *Antiguos Jesuitas En Iberoamérica*, 5(1), 163–178. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/ihs/article/view/17656>. Acesso em [11/05/2023](https://revistas.unc.edu.ar/index.php/ihs/article/view/17656).

FALCON, Francisco. *A Época Pombalina*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FRANCO, José E. e RITA, Annabela. *O mito do Marquês de Pombal: a mitificação do primeiro-ministro de D. José pela maçonaria*. Lisboa: Prefácio Editora, 2004.

FRANCO, José E... [et al]. Jesuítas e Iluminismo: Rupturas e Iluminismo. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2019. Lisboa :Theya Editores, 2020.

FRANCO, José Eduardo. O mito dos Jesuítas em Portugal – séculos XVI - XX. Revista Lusófona de Ciências da Religião. N.9-10., 2006. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cienciareligioes/article/view/4151>. Acesso em: 28.out.2024.

FRANCO, José Eduardo. Os catecismos antijesuítas pombalinos. Revista Lusófona de Ciências da Religião. N.7-8., 2005. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cienciareligioes/article/view/4151>. Acesso em: 28.out.2024.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª rev. — São Paulo: Global, 2003.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. A expansão do ensino régio na América Portuguesa no século XVIII: centralização e singularidades. Cad. Hist. Educ., Uberlândia, v. 22, e183, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198278062023000100055&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 fevereiro. 2024.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil - 26. ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JESUS, Ronaldo P. de. O fim do marxismo na historiografia brasileira? Revista Crítica Histórica, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 366–395, 2020. DOI: 10.28998/rchv11n21.2020.0015. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/8601>. Acesso em: 6 maio. 2024.

JOSÉ, Elisson S. de S. As Reformas Pombalinas da Instrução Pública e as Ordens Religiosas: o caso de Sergipe Del Rey. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 139 p. 2023.

JUNIOR, Bruno Bomtempo. História da educação brasileira: o terreno do consenso. Dissertação (Mestrado em Educação: História e Filosofia da Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 116p. 1995.

LEITE, João V. N. Luzes e Poder Real: As Aulas Régias na Capitania de Goyaz (1760-1822). Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 115 p. 2017.

MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: Paradoxo do iluminismo. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MEDEIROS, Tiago S. “Contra as ruínas do mau estudo”: a construção do conhecimento de civilidade nos pressupostos educacionais do iluminismo português (1759-1800). Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 176 p. 2021.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo (org.). A Legislação Pombalina sobre o Ensino de Línguas: Suas implicações na Educação Brasileira (1757-1827). 2. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2022. 432 p.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo; FRANCO, José Eduardo. O Marquês de Pombal e a invenção do Brasil: Coordenadas Históricas. Revista de Estudos de Cultura Pgs 48-64. Universidade Federal de Sergipe. | N 06 | Jan-Jun./2016. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revec/article/view/5446>. Acesso em: 10/05/2023.

PORTUGAL. Coleção das leis, decretos, e alvarás, que compreende o feliz reinado del Rei fidelíssimo D. José o I desde o anno de 1761 até o de 1769. Lisboa: Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1801. Disponível em: <https://almamater.uc.pt/bibdireito/item/58595> Acesso em 26/12/2024.

PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição, 2011.

ROSA, T.; GOMES, P. Os Estudos Menores e as reformas pombalinas. *Revista Interações*, [S. l.], v. 10, n. 28, 2014. DOI: 10.25755/int.3911. Disponível em:

<https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/3911>. Acesso em: 10 mai. 2023.

ROSITO, Margaréte M. B. *Aulas Régias: Currículo, Carisma, Poder - um teatro clássico?* Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 219 p. 2002.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SANCHES, Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Porto: Editorial Domingos Barreira, [19- -]. Disponível em: <https://purl.pt/148>

SANTOS, Elaine Maria. As reformas pombalinas da instrução pública no Brasil: Um caso de fracasso? *Revista de Estudos de Cultura*, [S. l.], v. 5, n. 15, p. 51–60, 2020.

Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revec/article/view/13848>. Acesso em: 17 out.2023.

SILVA, Adriana M. P. Da. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 359 p. 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sergipe colonial: uma Capitania esquecida*. São Paulo: Singular, 2019

SILVA, José C. A. *As aulas régias na Capitania da Bahia (1759-1827): Pensamento, vida e trabalho de “nobres” professores*. Tese (Doutorado em Educação), Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 228 pg., 2006.

SILVA, Wellington P. *Mestres régios no Termo de Mariana: Trajetórias e Redes de Sociabilidade (1759-1821)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana, Universidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. 176 p. 2020.

SILVA, Iverson G. da. O projeto anti-jesuítico: Verney, os oratorianos e a aliança com o estado português. *Sacrilegens*, [S. l.], v. 10, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/26759>. Acesso em: 19 abril 2025.

SOUZA, Álvaro P. de. Reformas Pombalinas e lexicografia luso-brasileira no século das Luzes: breve percurso histórico. In: OLIVEIRA, Luiz Eduardo (org.). *A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)*. 2. ed. Aracaju: Criação; Lisboa: Theya, 2022, p. 305-328. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/a-legislacao-pombalina-sobre-o-ensino-de-linguas-suas-implicacoes-na-educacao-brasileira1757-1827/>

SOUZA, Everton A. M. De. Um Estudo sobre o Vazio Educacional no Brasil Colonial. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 155 p. 2020.

TELES, Thadeu Vinicius Souza. A concepção pombalina do perfeito negociante português. In: OLIVEIRA, Luiz Eduardo (org.). *A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)*. 2. ed. Aracaju: Criação; Lisboa: Theya, 2022, p. 289-305. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/a-legislacao-pombalina-sobre-o-ensino-de-linguas-suas-implicacoes-na-educacao-brasileira1757-1827/>

TOLEDO, Cezar de Alencar Arnaut de; BARBOZA, Marcos Ayres. Apontamentos sobre a pedagogia dos oratorianos na América Portuguesa. *Rev. Bras. Hist. Educ*, Maringá, v. 24, e306, 2024. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-00942024000100210&lng=es&nrm=iso; Acesso em 27 abril 2025.

VERDELHO, Telmo. Historiografia linguística e reforma do ensino. A propósito de três centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal. *Brigantia*. Bragança, v. 2, n. 1982, p. 347-356. Disponível em: Acesso: 20 jan 2025.

VERNEY, Luiz Antonio. “Verdadeiro método de estudar”. In: FRANCO, José Eduardo e FIOLEAIS, Carlos. Obras pioneiras da cultura portuguesa, V. 27, Primeiro tratado pedagógico. Lisboa: Círculo de Leitores, 2018.

VIEIRA, Maria A. B. A educação destinada a algumas crianças no Piauí (1730-1859). Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 183 p. 2011.

VOGEL, Christine. Guerra aos Jesuítas. A propaganda antijesuítica do Marquês de Pombal em Portugal e na Europa. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2017.